

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO

JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de
vida de jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho-SP

Franca/SP

2026

EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO

JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho-SP

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Área de concentração: Desenvolvimento social

Orientador: Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Franca/SP

2026

F363j

Fernandez Filho, Edelmiro Alfonso

Juventude, mundo do trabalho e política de assistência social : uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho-SP / Edelmiro Alfonso Fernandez Filho. -- Franca, 2026
154 p. : il., fotos

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Frederico Daia Firmiano

1. Juventude. 2. Precarização do trabalho. 3. Assistência social. I.
Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Espera-se que os resultados do estudo fomentem políticas públicas para a juventude em precariedade social, possibilitando vivências laborais não degradantes e, considerando ainda, que suas perspectivas de futuro não sejam somente perspectivas de um mundo do trabalho precário, mas que se aproximem de projetos de vida libertários.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The study's results are expected to promote public policies for youth in social precariousness, enabling non-degrading work experiences and, furthermore, ensuring that their future prospects are not only those of a world of precarious labor, but align more closely with emancipatory life projects.

EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO

JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho-SP

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Área de concentração: Desenvolvimento social

Data da defesa: 13/03/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP

Profª. Dra. Aline Suelen Pires
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

Dedico este trabalho à minha família e aos
jovens do município de Sertãozinho/SP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Ana Paula, que me acompanhou de perto na trajetória desse mestrado, me apoiando em todas as etapas e não me deixou desistir e fraquejar, me mostrando que eu conseguiria. Sua compreensão e suporte emocional foram fundamentais.

Ao meu orientador Frederico Daia Firmiano, que me orientou com maestria e dedicação. Seu acolhimento cuidadoso, disponibilidade, conhecimento e correções precisas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha irmã Isis, pela disponibilidade, atenção e suporte na trajetória do mestrado.

À minha sogra Jacinta, pelos cafés e pelo acolhimento em sua residência durante as aulas presenciais.

Aos meus pais, Edelmiro e Maria Eliana, pela importância na minha trajetória de vida.

Aos jovens que fizeram parte da pesquisa, pela disponibilidade, atenção, compreensão e compromisso.

RESUMO

Frequentemente, jovens da classe trabalhadora são vistos como “problemas sociais” e não como sujeitos de direitos. Lidam diariamente com desvantagens sociais dadas como naturais em uma corrida injusta pela inserção em um mercado de trabalho estruturalmente precarizado. É no início da juventude que os projetos de vida começam a ganhar forma e sentido, sobretudo associados às experiências sociolaborais. No entanto, dados da PNAD – contínua (IBGE, 2025a) apontaram para a existência, em 2024, de 493 mil pessoas entre 14 e 17 anos inseridas em trabalhos degradantes da Lista das piores formas de trabalho infantil – Lista TIP, também proibidos aos menores de 18 anos, mostrando o fosso da desigualdade no acesso ao trabalho protegido. Este estudo buscou investigar as perspectivas de futuro de jovens impactados pelas experiências de trabalhos degradantes e como a Política de Assistência Social enfrenta esta contradição no contexto da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP. Investigando, ainda, o perfil desses jovens e discutindo seus projetos de vida a partir das vivências em trabalhos degradantes. Para tanto, o estudo, de abordagem qualitativa, é constituído por pesquisa bibliográfica e documental, discutindo a juventude em situação de precariedade social, a degradação social do trabalho, os projetos de vida e a Política de Assistência Social; e a pesquisa de campo, com jovens de 18 a 24 anos vinculados à Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas adotando critérios de amostragem por saturação teórica. Buscou-se capturar subjetividades e padrões do fenômeno estudado, debatendo com o referencial teórico. Os resultados apontam para uma vivência laboral degradante iniciada precocemente, antes do início da juventude, para suprir necessidades materiais do jovem e/ou da família. Foi observado que o acesso ao trabalho degradante esteve mediado por familiares dos jovens. Os resultados também apontaram que as formas de trabalho degradantes se perpetuam durante a adolescência dos jovens entrevistados, impactando suas perspectivas de futuro. A percepção de si mesmos sobre a juventude demonstrou que ser jovem não se limita ao fator bioetário, perpassa também um sentimento de aprendizado e maturidade para lidar com a vida futura. No entanto, reconhecem que o volume de responsabilidades impostas no dia a dia está em desacordo com a pouca idade que têm. A Casa da Juventude de Sertãozinho/SP foi reconhecida pelos jovens entrevistados como importante espaço de apoio, suporte e orientação.

Palavras-chave: juventude em precariedade social; degradação social do trabalho; assistência social; projetos de vida.

ABSTRACT

Often, impoverished youth are seen as "social problems" rather than subjects of rights. They deal daily with social disadvantages considered natural in an unfair race for insertion into a structurally precarious labor market. It is in early youth that life projects begin to take shape and meaning, especially those associated with socio-labor experiences. However, data from the PNAD – Continuous (IBGE, 2025a) pointed to the existence, in 2024, of 493,000 people between 14 and 17 years old engaged in degrading work listed in the List of the Worst Forms of Child Labor – TIP List, also prohibited for those under 18, showing the gap of inequality in access to protected work. This study sought to investigate the future perspectives of young people impacted by experiences of degrading work and how the Social Assistance Policy addresses this contradiction in the context of the Youth Center of Sertãozinho/SP. It also investigated the profile of these young people and discussed their life projects based on their experiences in degrading work. This qualitative study consists of bibliographic and documentary research, discussing youth in situations of social precariousness, the social degradation of work, life projects, and Social Assistance Policy; and field research with young people aged 18 to 24 linked to the Youth Center of Sertãozinho/SP, using semi-structured interviews and adopting sampling criteria based on theoretical saturation. The aim was to capture subjectivities and patterns of the phenomenon studied, debating them with theoretical references. The results point to a degrading work experience that begins early, before the onset of youth, to meet the material needs of the young person and/or their family. It was observed that access to degrading work was mediated by the young people's families. The results also indicated that these forms of degrading work persist during the adolescence of the young people interviewed, impacting their future prospects. Their self-perception of youth demonstrated that being young is not limited to the bio-age factor; it also involves a feeling of learning and maturity to deal with future life. However, they acknowledge that the volume of responsibilities imposed on them daily is inconsistent with their young age. The Youth Center of Sertãozinho/SP was recognized by the young people interviewed as an important space for support, guidance, and assistance.

Keywords: Youth in precarious social conditions; social degradation of labor; social assistance; life plans.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Fachada da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP	53
Foto 2 – Entrada da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP	55
Foto 3 – Chaminé de tijolinhos da antiga Usina Santa Lúcia em Sertãozinho/SP	61
Gráfico 1 – Quantidade de experiências em trabalhos degradantes relatadas por 214 jovens por tipo de trabalho	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos norteadores da entrevista semi-estruturada	92
Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados para a pesquisa	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CCQ	Círculo de Controle da Qualidade
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TIP	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PJW	Projeto Juventude no WhatsApp
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PEI	Programa de Ensino Integral
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SARS-COV-2	Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2
SINAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	<i>Notas metodológicas</i>	18
2	O MUNDO DO TRABALHO E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NOS ANOS 1970	21
2.1	<i>O movimento de reestruturação produtiva do mundo do trabalho</i>	21
2.2	<i>O esgotamento do modelo de produção Fordista/Taylorista</i>	25
2.3	<i>O modelo flexível de produção ou Toyotismo</i>	28
2.4	<i>Aspectos da reestruturação produtiva no Brasil</i>	38
2.5	<i>A rápida precarização do trabalho no Brasil a partir de 1990</i>	41
3	JUVENTUDE E O MUNDO DO TRABALHO	52
3.1	<i>A Casa da Juventude de Sertãozinho</i>	52
3.2	<i>A cidade de Sertãozinho: aspectos gerais das relações laborais</i>	60
3.3	<i>Os jovens em face do excludente e precário mundo do trabalho</i>	70
3.4	<i>Projetos de vida na juventude: um projeto de vida neoliberal</i>	77
3.5	<i>A juventude enquanto categoria social: uma breve discussão</i>	85
4	DA EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DEGRADANTE AO PROJETO DE VIDA: A CONSCIÊNCIA PRÁTICA DOS JOVENS TRABALHADORES ACERCA DE SI MESMOS.	92
4.1	<i>Configurando o universo sociodemográfico dos jovens participantes das entrevistas na Casa da juventude</i>	92
4.2	<i>Da precariedade social na adolescência à atividade laboral precoce.</i>	98
4.3	<i>O precário início da vida laboral dos adolescentes e sua perpetuação em trabalhos degradantes.</i>	103
4.4	<i>Percepção da juventude e transição para a vida adulta.</i>	109
4.5	<i>Dos projetos de vida às perspectivas de futuro: um desencontro com os jovens em trabalho degradante</i>	114
4.6	<i>Produto: contribuições à Casa da Juventude de Sertãozinho/SP.</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	125
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS EMITIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO	145
	ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE FRANCA.	147
	APÊNDICE A - MODELOS DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.	151
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA	152

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem sofrido profundas transformações ao longo das últimas décadas, particularmente após a segunda metade do século XX, como expressão dos limites da margem de viabilidade produtiva do capital (Mészáros, 2011). Como manifestação, a reestruturação produtiva do mundo do trabalho inaugura esses novos tempos e estabelece o precário como padrão no trabalho e na vida social.

Autores como Druck (1999), Alves (2010) e Antunes (2013) compreendem esse processo contraditório e os impactos dessas transformações na sociabilidade da classe trabalhadora. Dessa forma, ao descreverem os avanços da terceirização, a captura da subjetividade do trabalhador através dos incipientes métodos produtivos de intensificação da produtividade, ou mesmo o trabalho informal como tendência à valorização do capital em uma nova morfologia que se revela, estão apontando na direção de que a cada dia amplia-se a degradação do trabalho.

Essa degradação social do trabalho apresenta-se à juventude, foco deste estudo. Juventude entendida como categoria social que vivencia os dilemas da vida em seu tempo histórico. Dayrell (2003), Abramovay e Castro (2015) vão descrever que em cada época vivenciada é impresso o que é ser jovem, não sendo somente uma condição etária, mas sim uma construção sócio-histórica, e que os critérios para a sua conceituação devem ser culturais e históricos, não se reduzindo a uma simples passagem, e expressos pela classe social à qual estão inseridos.

Autores como H. Abramo (1997) e Groppo (2017) defendem um olhar como sujeitos de direitos, pois a juventude possui questões e necessidades próprias dessa categoria, sendo fundamental descolar-se da visão funcionalista da juventude que os coloca em uma posição anexa na socialização com a sociedade.

Essa categoria depara-se cotidianamente com um mundo do trabalho estruturalmente desigual, exibido como natural, embora decorrente das relações contraditórias do modo de produção capitalista. Essas desigualdades criam barreiras sociais, dificultando para esses jovens pensarem em uma perspectiva de futuro enquanto projeto de vida. Projetos que ganham forma mediante ações dos indivíduos, não sendo algo natural trazido espontaneamente por estes (Maia; Mancebo, 2010; Sousa; Alves, 2019).

Yazbek (2012), ao citar os pobres como produtos de relações sociais contraditórias, compreende que são desqualificados por sua condição social, tendo suas crenças, seu modo de se expressar e seus comportamentos vistos como características negativas e incômodas

precedidas por sua classe. Reforçando assim a culpabilização dos jovens¹ pelos fracassos (Maia; Mancebo, 2010).

Nesse sentido, L. Abramo (2013) vai discutir como as desigualdades vivenciadas pelos jovens vão se expressar principalmente nas oportunidades para se inserir no mercado de trabalho, bem como no tipo de trabalho encontrado. Dessa forma, são necessárias políticas públicas para mediar acesso e permanência ao trabalho protegido, impactando nas perspectivas de futuro de jovens precarizados.

É nesse cenário de profundas contradições que a Casa da Juventude (Sertãozinho, 2011) se apresenta e está inserida. Enquanto política pública, pode contribuir para fomentar e tensionar as demandas sobre o mundo do trabalho² dos jovens (Brasil, 2011), pois, conforme destaca a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2005), tanto a inserção precária quanto a não inserção no mercado de trabalho informal ou formal de grupos em precariedade social constituem públicos dessa política.

A partir dessa discussão, é apresentado o objetivo geral da pesquisa, que visa investigar as perspectivas de futuro de jovens impactados pela experiência do trabalho degradante e como a Política de Assistência Social enfrenta esta contradição, no contexto da Casa da Juventude, no município de Sertãozinho-SP.

Para os objetivos específicos que compõem esse estudo, buscou-se investigar: 1 - Revisão teórica das transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital; 2 - O perfil dos jovens vinculados à Casa da Juventude do município de Sertãozinho-SP; 3 - Identificar e discutir os projetos de vida dos jovens que vivenciaram as situações de trabalho degradante; 4 - Apresentar como produto da pesquisa contribuições para a Casa da Juventude do município de Sertãozinho-SP, particularmente, no que diz respeito às relações entre juventude, mundo do trabalho e projetos de vida.

A pesquisa é justificada por uma realidade expressa pela existência de dados que apontam para a inserção de jovens em vivência laboral degradante como alternativa à exclusão do trabalho formal no município de Sertãozinho. Pesquisa realizada pela Casa da Juventude com jovens vinculados ao equipamento, exibida no levantamento “Perfil d@s Jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), à qual este pesquisador esteve à frente, perguntou aos jovens se dos 14 anos até completarem 18 anos tiveram uma ou mais

¹ Optou-se, neste trabalho, pelo uso do termo “jovens” no masculino gramatical como forma genérica, referindo-se à juventude enquanto categoria social, sem prejuízo do reconhecimento da diversidade de gênero que as compõem.

² Utilizaremos a categoria mundo do trabalho dentro do campo da Assistência social, “sendo este um conceito mais amplo e adequado aos desafios da Política de Assistência Social” (Brasil, 2011, p. 2), e que expressa as várias facetas de uma relação social desigual.

experiências em trabalhos degradantes contidos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

A lista TIP foi regulamentada pelo Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008 (Brasil, 2008). Em seus anexos, estão relacionados trabalhos proibidos para pessoas com idade inferior a 18 anos por serem prejudiciais à segurança, à moralidade e à saúde.

No documento, 214 jovens responderam ao questionamento, mostrando que um percentual expressivo de jovens já teve experiências laborais em condições degradantes. São dados que chamam atenção, sobretudo por indicarem que muitos jovens experienciam essas relações aviltantes mais de uma vez, em atividades laborais diferentes.

É um cenário municipal que alinha-se com o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua (IBGE, 2025a), que mostrou a existência, em 2024, de 493 mil pessoas entre 14 e 17 anos inseridas em trabalhos degradantes contidos na Lista das piores formas de trabalho infantil – Lista TIP. Expondo a disparidade da desigualdade no acesso ao trabalho protegido.

Dito isso, podemos observar que a discussão envolvendo juventude e mundo do trabalho é tema atual e necessário, pois, como argumenta L. Abramo (2013), em relação aos adultos, os jovens encontram-se mais submetidos ao desemprego e às condições precárias. Sendo indispensável um olhar mais profundo sobre o tema.

Ferreira, França e Costa (2020) dialogam nesse mesmo sentido ao indicarem que o tema é relevante, pois as dificuldades que esses jovens enfrentam ficam ocultas em sua grande maioria perante o não reconhecimento de suas demandas, interesses e especificidades, isso amplia o fosso das desigualdades sociais na vida desses jovens.

Para complementar essas afirmações, Ribeiro (2011) corrobora ao mencionar que, quando se fala em construção de vida no trabalho ou escolhas iniciais de jovens, não muito se discute em relação àqueles considerados em vulnerabilidade psicossocial. Isso reforça a existência de uma lacuna de estudos ao se referir à discussão entre os jovens em precariedade social, suas vivências laborais, seus projetos de vida, e como esse segmento é pensado e tratado na Política de Assistência Social do município.

É com essas indagações que o pesquisador deste estudo, assistente social lotado na Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, há 07 anos, se debruça, buscando contribuir para um melhor entendimento sobre a juventude, o mundo do trabalho e seus projetos de vida. Por uma sociedade mais igualitária e justa.

No primeiro capítulo, procuramos trazer aspectos significativos das transformações ocorridas no mundo do trabalho ensejadas por volta de 1970, destacando a reestruturação

produtiva como movimento desencadeado em decorrência da redução da margem de viabilidade produtiva sem precedentes no mundo do capital. Com isso, identificamos nesse processo o esgotamento do modelo de produção Fordista/Taylorista e o desenvolvimento do modelo flexível de produção capitalista ou também chamado de Toyotismo, que ganhou espaço no mundo do trabalho e da vida, produzindo demasiados desafios à classe trabalhadora, em um mundo que estabelece o precário como padrão das relações. E os impactos na rápida precarização do trabalho no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos a Casa da Juventude como importante equipamento público da Política de Assistência Social do município, referência para os jovens em precariedade social, descrevendo os dados de um levantamento realizado pela equipe da referida instituição que mostra vivências em trabalho degradante de jovens do município, e que foi o ponto de partida para as indagações deste pesquisador para esse estudo. Refletimos sobre a relação dos jovens em face ao excludente e precário mundo do trabalho, discutindo o trabalho degradante que se apresenta como realidade laboral aos jovens.

No terceiro capítulo, conferimos voz aos jovens vinculados à Casa da Juventude e passamos à consciência prática desses sujeitos sobre juventude, as experiências laborais degradantes vividas antes dos 18 anos e seus impactos nas perspectivas de futuro. Destacando sua condição como jovem em precariedade social e sua relação com o trabalho precoce e degradante, que acontece antes do início da juventude para suprir necessidades pessoais e/ou familiares e os impactos em suas perspectivas de futuro e projetos de vida.

Por fim, finalizamos o estudo apresentando como produto contribuições à Casa da Juventude de Sertãozinho com a finalidade de refletir e expor os limites institucionais de uma política inserida nas expressões neoliberais, mas que também é um espaço contraditório de lutas e socialização para jovens em precariedade social.

1.1 Notas metodológicas

O estudo elaborado foi constituído em duas etapas: pesquisa bibliográfica e documental, e pesquisa de campo. Para chegar ao objetivo e responder ao problema de pesquisa, a proposta teve abordagem qualitativa (Gil, 2002).

Etapa 1 – Foi composta por consulta às principais plataformas de trabalhos acadêmicos, legislações sociais, livros virtuais e físicos que dialoguem com o método materialista histórico e dialético.

A busca aconteceu nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionadas dissertações e artigos que tivessem relação com o tema, priorizando os trabalhos dos últimos 5 anos e citados por pares, assim, foi possível o conhecimento dos estudos já desenvolvidos.

Foram realizadas também consultas na Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus Franca/SP, a partir das sugestões de referencial teórico proposto pelo orientador. Em tempo, foi consultada a biblioteca virtual que tem a Unesp como instituição parceira para localização dos livros pertinentes ao referencial teórico sugerido.

E, através do referencial teórico escolhido, discutimos algumas frentes de investigação visando responder ao primeiro e segundo objetivos específicos.

A primeira frente se refere à discussão teórica sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970. A segunda frente se refere à investigação teórica da relação entre juventude, trabalho degradante e projetos de vida, particularmente à experiência do trabalho degradante na juventude, destacando o perfil dos jovens vinculados à Casa da Juventude. Evidenciando também a Casa da Juventude enquanto equipamento de apoio ao jovem, vinculado à Política Municipal de Assistência Social.

Etapa 2 - A pesquisa de campo visou responder ao terceiro e quarto objetivos específicos. A Casa da Juventude da Prefeitura Municipal de Sertãozinho/SP foi o local escolhido para a coleta dos dados. Foi realizado contato com a Secretaria da Política Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar, que autorizou a realização da etapa de coleta de dados.

Foi autorizado o acesso deste pesquisador aos jovens e aos dados do perfil dos jovens vinculados à Casa da Juventude. A referida instituição dispõe de um levantamento intitulado “Perfil d@s Jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), que foi elaborado em 2024 e tornado público na 7ª edição do Conexidades, evento da coordenação estadual de Políticas Públicas para a Juventude, vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania, com o objetivo de divulgar práticas de sucesso de políticas públicas de juventude. A pesquisa está partindo desses dados quantitativos com a finalidade de obter um retrato da juventude que procura o equipamento.

Com base nas informações fornecidas pelo levantamento acima citado, foram identificados quais jovens desempenharam atividades laborais degradantes tendo como referência a lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP), que tipifica os trabalhos

degradantes prejudiciais à moralidade, à saúde e à segurança de menores de 18 anos (Brasil, 2008).

A partir desse levantamento, foi realizada pesquisa de campo com jovens de 18 a 24 anos, procurando capturar subjetividades e padrões do processo estudado. A escolha pela faixa etária buscou analisar os impactos dessas experiências degradantes nas perspectivas de futuro desse grupo que já vivenciou trabalho degradante antes dos 18 anos.

O método escolhido para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, por proporcionar, segundo Minayo (2007), combinar perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado narrar sobre o assunto sem se prender à pergunta formulada.

Com o objetivo de estabelecer a validade dos dados obtidos na pesquisa qualitativa, depreendendo rigor e transparência ao estudo, serão adotados critérios de amostragem por saturação teórica, tendo em vista não ser exequível entrevistar todo o universo de jovens acompanhados pela Casa da Juventude. Tal procedimento utilizará amostra fechada por saturação, pois “fechar a amostra significa definir o conjunto que subsidiará a análise e interpretação dos dados” (Fontanella et al., 2011, p. 389).

Nesse sentido, reconhece-se a saturação dos dados coletados quando nenhum novo componente é encontrado e a adição de novas informações deixa de ser necessária, não modificando o entendimento do fenômeno estudado.

Os jovens foram recrutados por conveniência e convidados para a entrevista, na qual foi explicado detalhadamente sobre a pesquisa. Foi apresentado e lido aos jovens participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em tempo, o trabalho foi submetido à Plataforma Brasil, bem como ao Comitê de Ética da Unesp, com parecer “Aprovado” em 08 de agosto de 2024 sob o número 6.992.660.

Para se compreender os extratos das subjetividades narradas obtidas nas entrevistas, foi utilizado o método de análise temática (AT) conforme proposta de Braun e Clarke (2013). Esse procedimento é composto por seis fases, que apesar de sistemático, é flexível, contendo leitura, codificação, busca por temas, elaboração de um mapa temático, definição dos temas e redação final.

Os resultados obtidos dialogam com o referencial teórico, conforme descrito na primeira etapa desta pesquisa, proporcionando novos entendimentos teóricos ao processo e fomentando a produção do estudo proposto.

2 O MUNDO DO TRABALHO E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NOS ANOS 1970

2.1 O movimento de reestruturação produtiva do mundo do trabalho

O nosso objetivo neste capítulo é discorrer sobre as metamorfoses do mundo do trabalho no modo de produção capitalista, particularmente na segunda metade do século XX, quando, sob condições de redução drástica da margem de viabilidade produtiva, o mundo do capital experimenta avanços tecnológicos sem precedentes no sistema produtivo, a ascensão do neoliberalismo e a reestruturação permanente do mundo do trabalho, com consequente precarização/degradação social do trabalho. Tudo isso, no seio da mundialização e financeirização da economia.

Podemos apreender que, por meio da reestruturação produtiva do capital em curso, particularmente a partir dos anos 1970, ocorreu uma alteração substancial nas formas de dominação do trabalho pelo capital, trazendo inúmeras modificações e imensos impactos no ideário, na subjetividade e nos valores da classe trabalhadora, conforme aponta Antunes (2009). Investigar esses processos permite analisar o conjunto de mecanismos que dá forma a essa nova fase do capital.

Podemos abordar alguns contornos que permearam as transformações no mundo do trabalho, movimento impulsionado por um conjunto de ações complexas que visou reestruturar a produção do capital. Para Neves (2022), essas transformações são respostas à sua crise que se expressou já no final dos anos de 1960 e que segue até a crise atual. Esses traços que constituirão esse processo irão alterar e expandir as formas de exploração e dominação dadas pelo capital, inclusive a incorporação de um modelo de produção que terá a finalidade de manter e ampliar as altas taxas de lucro do capital, já em declínio.

Conforme assinalado, esse cenário apresenta-se já nos anos 1960 com manifestações de trabalhadores que pulsavam em alguns países. Antunes (2008) revela que, em especial após 1968, com as lutas sociais na França, bem como em 1969 na Itália, no que ficou conhecido como Outono Quente, foram movimentos que buscavam o controle da produção, dando sinais de um derradeiro período de glória do capital após a Segunda Guerra Mundial.

Para Antunes (2010), a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970 foi uma resposta ao declínio nas taxas de lucros, que Mészáros (2011) tratará como a redução da margem de viabilidade produtiva da expansão do capital. Como consequência, esse processo reverberou na classe trabalhadora, impactando seus ganhos, uma vez que, segundo Filgueiras

(1997), as organizações sindicais e partidárias e os trabalhadores participavam como agentes fundamentais, resultando na inserção social e econômica de grande contingente de assalariados doravante à distribuição dos ganhos de produtividade.

Vale destacar, como menciona Filgueiras (1997), que os ganhos reais nos salários auferidos pela classe trabalhadora nos países de capitalismo central foram necessários para o desenvolvimento do capital: o consumo em massa era o antídoto para uma crise de produção já vivenciada em décadas passadas. No entanto, um dos traços da crise que chega aos anos 1970 com o declínio das taxas de lucros é justamente o custo da força de trabalho, pois, ainda que sejam conquistas salariais do pós-Segunda Guerra, impactam, agora, nas taxas de lucro dos capitalistas (Antunes 2009).

Filgueira (1997, p. 905) argumenta que:

Nessas novas circunstâncias, a disputa distributiva entre lucros/salários tendeu a se agravar, manifestando-se, no plano macroeconômico, na elevação da inflação, uma vez que o capital, já não mais aceitando a elevação do salário real, começou a repassar aos preços dos produtos todo aumento de custo daí derivado. Além disso, a redução do crescimento dos mercados consumidores, motivada pelo esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo americano, também se constituiu em uma das causas essenciais da crise, uma vez que levou à redução dos níveis de investimento.

Mészáros (2011) tece entendimento sobre este processo histórico, apontando que o sistema do capital é guiado para a expansão e acumulação, e que no momento em que encontra barreiras intransponíveis para a exploração do trabalho, independente dos motivos, ou seja, quando não consegue mais extrair trabalho excedente, as consequências são desastrosas, no sentido de intensificar formas destrutivas de produção.

Enquanto o capital encontrou espaço para expandir-se nos países de capitalismo central, o que Mészáros (2011) chama de fase de ascensão histórica do sistema do capital, foi possível conciliar altas taxas de lucros e algumas conquistas importantes para a classe trabalhadora. No entanto, quando o capital esbarra em seus limites absolutos, ingressando numa fase histórica de descenso, essa contradição explode e a classe trabalhadora paga o preço. Conforme a crise se aprofunda, a balança penderá a favor do capital, ou seja, “ganhos defensivos, tornados possíveis pela fase, relativamente pouco problemática, de expansão global do capital” passam a ser revertidos fortemente em nome da manutenção ou tentativa de manutenção das taxas de lucro do capital (Mészáros, 2011, p. 330).

É importante destacar que os ganhos defensivos, apesar de serem conquistas da classe trabalhadora, puderam ser assegurados porque se acomodavam na margem de lucro da ascensão do capital. Nesse sentido, Mészáros (2011) afirma que, durante o tempo em que a

ascensão histórica do capital ocorresse sem interrupções, em países relativamente privilegiados, os interesses da classe trabalhadora acomodavam-se nas margens de lucro do capital. Desse modo, bastou que o limite de viabilidade produtiva ficasse em risco para os ganhos defensivos serem atacados e dissolvidos.

Como resultado, tivemos que experimentar o começo da legislação anti-trabalho pelos governos trabalhistas e a metamorfose dos partidos social-democratas – que até então ainda alegavam ao menos alguma lealdade à classe trabalhadora – em organizações políticas liberal-burguesas por toda a Europa ocidental (Mészáros, 2011, p. 778).

Druck (1999) vai corroborar com o exposto acima ao afirmar que a crise também gerou uma insatisfação enquanto sociedade, inclusive impactando no modo de vida, com cenários de lutas em vários países, como já dito. Decorrencia de um capital em processo de crise estrutural.

Uma das consequências para esse cenário de crise do capital foi o crescente desemprego estrutural nos países de capitalismo central. Para se ter uma ideia, Varela e Pereira (2018, p. 159), citando Waddington e Hoffmann (2000, p. 41), afirmam que em 1967, na Europa, as taxas oficiais de desemprego eram “[...] 2,1% na França, 2,9% na Espanha, 1,7% na Alemanha, 1,6% na Holanda, 2% no Reino Unido. Em 1985, eram de 10,2% na França, 21,1% na Espanha, 8% na Alemanha, 10,9% na Holanda e 11,5% no Reino Unido”.

Esses dados apresentam-se dentro de uma amálgama de consequências na sociedade do capital, conforme aponta Filgueiras (1997). Esse cenário expressa-se com uma acelerada taxa de inflação, com alta dos déficits públicos, na contração da produtividade e na diminuição do crescimento. Sinais de um capital em crise que buscará na superexploração do trabalho soluções para o seu colapso que se intensifica até os dias atuais.

Ainda sobre o mundo do trabalho no seio da crise do capital, acrescentam Firmiano, Silva e Sant’Ana (2024, p. 5) que:

[...] não se trata apenas da redução do número global de postos de trabalho, decorrente da reestruturação produtiva permanente do capital, embora esta seja uma importante tendência da crise civilizatória do capital; ou da formação de um exército de reserva, inerente ao movimento de acumulação de capital, mas também da constituição mesma de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras extremamente precarizada, não raro, degradada, destituída de qualquer direito trabalhista ou qualquer forma de proteção social.

Soma-se a isso outros aspectos apontados como parte da resposta do capital para sua crise estrutural, como a crescente financeirização da economia, a exacerbada concorrência entre as corporações agora transnacionalizadas, a concentração e centralização de capitais, os avanços tecnológicos, a queda no consumo e a contenção nos investimentos na produção

(Antunes; Praun, 2023), aspectos de um mundo que desperta para a mundialização do capital – também ela uma expressão da crise.

Nesse sentido, Antunes (2009) complementa, ao analisar os impactos da crise do capital, que a fase de reestruturação produtiva do capital possui como traços o desemprego estrutural, a destruição da natureza de modo globalizado e a precarização do trabalho. E pode-se complementar que não apenas da reestruturação produtiva do capital, senão da própria sociabilidade capitalista contemporânea.

Tudo isso está enraizado em processos sociais que expõem os limites da viabilidade do sistema do capital. Durante seu período de ascensão, entre meados dos anos 1940 e o início dos anos 1970, o sistema global do capital comportou algumas conquistas em termos de bem-estar social – pelo menos para uma pequena parcela da classe trabalhadora nos chamados países centrais.

Nesse sentido, é sua própria dinâmica expansionista que conduz à crise, não permitindo a imposição de barreiras à sua expansão. Diante disso, busca-se reorganizar com o objetivo de manter seu crescimento na acumulação de capitais, bem como responder às lutas coletivas dos trabalhadores.

Mészáros (2011, p. 946) elucida bem esse ponto ao afirmar que:

A 'hora da verdade' só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades da expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando da forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a 'contradição viva'.

Desse modo, diante dos limites de viabilidade produtiva, o capital metamorfoseou-se com a finalidade de buscar mecanismos de expansão, como a própria reestruturação produtiva, e também com a emergência do chamado neoliberalismo. Para Antunes e Praun (2023), além do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, compõe essa tríade de transformações também o capital financeiro. Antunes e Druck (2015) acrescentam que o capital financeiro passou a submeter à esfera produtiva as formas de gestão do trabalho e suas práticas, dirigindo todas as suas operações.

A partir desse entendimento, destaca-se que essa tríade surgida nos anos 1970 foi um processo histórico que não se limitou a uma única dimensão, impactando também na reorganização política, econômica, social e ideológica (Filgueiras, 1997).

É imperioso destacar que a crise civilizatória do capital e de sua forma de acumulação denominada capitalismo, tem em uma de suas faces a rápida precarização do trabalho em

escala global (Firmiano; Silva; Sant'Ana, 2024), processo que vem se desenhando e intensificando não somente como forma organizacional da produção, mas como sistema ideológico, político e econômico denominado neoliberalismo que conduz à reestruturação produtiva.

Dessa forma, faz-se primordial analisar os processos de modificações gestados a partir do esgotamento do modo de produção taylorismo/fordismo ocorrido por volta dos anos de 1970, pois, segundo Druck (1999), para explicarmos essas metamorfoses recentes no mundo do trabalho, precisamos recuperar os fatores que constituíram sua crise, uma visita em suas contradições nos ajudará a compreender este percurso.

2.2. O esgotamento do modelo de produção Fordista/Taylorista

Após o segundo pós-Guerra, até por volta dos anos 1970, o modelo organizativo binomial vigente dominante baseou-se no fordismo/taylorismo, caracterizado por um trabalho repetitivo, fragmentado, parcializado e rotinizado, que impôs a destruição dos saberes daqueles trabalhadores (Druck, 1999). Ademais, realizou uma combinação da produção com as características já citadas, com o cronômetro presente no Taylorismo (Antunes, 2009), em que disciplina e controle do tempo passaram a ser os motores desse método de trabalho padronizado.

Surgido nos Estados Unidos da América (EUA) e expandido para a Europa, o fordismo foi por quase 30 anos o combustível predominante de produtividade e de controle do capital sobre o trabalho, sobretudo porque as taxas de lucro auferidas possibilitaram uma relação de “compromisso” entre capital e trabalho por meio de um Estado providência (Antunes, 2009), o que possibilitou uma conjuntura particularizada em alguns países da Europa.

Esse cenário de bem-estar na relação capital/trabalho foi passageiro. Varela e Pereira (2018) vão argumentar que nesse período histórico os ricos tornaram-se mais ricos enquanto os pobres ficaram menos pobres. Desse modo, o sistema global do capital possibilitou o bem-estar, mas somente aos países centrais, enquanto podiam exportar suas contradições.

Nesse mesmo sentido, Antunes (2009) destaca que, para além do papel dos sindicatos e dos partidos políticos nos países onde o bem-estar prosperou, esse compromisso baseava-se na imensa exploração que se realizava nos países de terceiro mundo, e que estavam excluídos desse pacto. Corroborando com a afirmação de Antunes (2009), Varela e Pereira (2018) vão mostrar que os 30 anos gloriosos escondem as lutas anticolonialistas contra a dominação

européia impelidas por revoluções como na Argélia francesa ou nas colônias portuguesas, que em 1962 e 1974 se tornaram independentes, respectivamente.

Antunes (2009) argumenta que a classe trabalhadora se massificou durante o período fordista, e que esse operário-massa também foi o principal elemento de ruptura da sociabilidade do capital ao modelo de produção fordista/taylorista, pois as contradições presentes no processo de criação de valores sujeitam o trabalho ao capital, essas disparidades puderam até ser toleradas pela primeira geração do operário-massa, que identificava “vantagens” mesmo com o “preço” a ser pago pelo acesso.

No entanto, não podemos dizer o mesmo da segunda geração de operário-massa, formada em meio ao fordismo. Esses operários não estavam dispostos a trocar o ser pelo ter, ou seja, uma existência desprovida de sentido em detrimento do crescimento do poder de compra.

O fordismo não foi somente um modelo de organização fabril, mas uma forma de ser que constituiu um novo homem. Esse conceito de novo homem foi apresentado em 1934 por Gramsci em seu Caderno do Cárcere – caderno 22. Para Gramsci (2024), um novo tipo humano precisou se adequar a um novo tipo de processo produtivo e de trabalho, impelido por uma racionalização de uma nova estrutura industrial.

Nessa perspectiva, Gramsci (2024) desvenda, ao descrever esse processo industrial, que “a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc. que não constitui algo inato, ‘natural’, mas que deve ser adquirido” (Gramsci, 2024, p. 13). Desse modo, o capital necessitou de um novo homem, esse, com seu saber de ofício expropriado, deveria ser capaz de se adaptar a um trabalho automatizado dentro de uma linha de montagem parcializada e se tornar um apêndice produtivo da máquina. Filgueiras (1997) complementa ao afirmar que o fordismo precisa ser compreendido de modo mais amplo, no sentido de um novo modo de vida que vai além dos muros das fábricas.

Na reestruturação produtiva, o capital, a vista das necessidades de intensificar a extração da mais-valia para fomentar a acumulação do capital, impõe, não somente no bojo do processo de produção, mas em vários aspectos da sociabilidade humana exigências que irão transformar o modo de viver em sociedade, sobretudo nas condições em que se dão o mundo do trabalho, como um “[...] dispositivo organizacional e ideológico cuja ‘intentio recta’ é buscar debilitar (e anular) ou ‘negar’, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital” (Alves, 2007, p. 161).

A crise de produtividade do modelo fordista, vigente até então, não é somente uma crise do modo organizativo da produção fabril e da vida em sociedade, mas sim uma crise na estrutura do capital, intrínseca ao seu metabolismo, que, sem capacidade para dar respostas à queda da taxa de lucro, busca novas formas para se reproduzir e continuar acumulando sem limites.

Conforme afirma Antunes (2009), em países de capitalismo avançado, o modelo fordista ofertou o delírio de que o sistema capitalista pudesse ser regulado e fundado num compromisso entre trabalho e capital, fosse perene, controlável e efetivo, mediado pelo Estado, no entanto, a crise estrutural mostrou sua natureza destrutiva.

Mészáros (2011) aprofunda a discussão ao afirmar que o sistema global do capital é incontrolável, que expansão e acumulação são sinônimas, e que uma tentativa de controle é inviável, ou seja, o modo de produção capitalista é impulsionado por determinações sistêmicas para expandir-se, independente dos objetivos particulares dos capitalistas, mostrando que regulação e compromisso não fazem parte desse sistema.

Diante dessa crise na estrutura do capital, materializada na crise do sistema fordista/taylorista de produção, mas não somente, em um contexto de sociabilidade no qual a barbárie se revela enquanto a dimensão civilizatória se esgota (Paulo Netto, 2013), às relações sociais que já se movimentavam numa lógica da disciplina e do controle nas fábricas, começam a se desenhar em outros moldes mais intensos, tendo como anúncio um mercado de trabalho flexível com trabalhadores flexíveis, para não falar precarizados.

Conforme Antunes (2009, p. 33) nos apresenta, com a reestruturação produtiva, o capital precisou encontrar saídas:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

O fato é que o padrão rígido de acumulação do capital através do modelo de organização empresarial fordista não atendia mais às necessidades do capital, sendo impostas amplas transformações no bojo da sociedade capitalista ou de perspectiva social-democrática para alguns países.

É importante elucidar o entendimento das amplas transformações trazidas pelo capital nesse processo de reestruturação. Mészáros (2011) faz uma distinção entre uma crise

estrutural e crise cíclica, apontando que uma crise de dimensões estruturais atinge a totalidade do que o autor chama de complexo social e todas as relações a ele articuladas.

Em contrapartida, uma crise cíclica aflige “[...] apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade [...], não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (Mészáros, 2011, p. 797). Desse modo, a resposta do capital à crise ocorreu instrumentalmente, ou seja, adotando estratégias com o objetivo de somente restabelecer as taxas de crescimento na acumulação. Essa afirmação se faz tendo em vista que a base de acumulação do capital não se alterou, mas sim o que sofreu mutação foi o padrão de acumulação.

Quando as coisas não vão bem, ou seja, quando há uma falha no crescimento econômico e em seu correspondente avanço, as dificuldades são diagnosticadas em termos do raciocínio circular, que evita as causas subjacentes e apenas acentua suas consequências, segundo o qual ‘o crescimento atual não é suficiente’ (Mészáros, 2011, p. 176).

2.3 O modelo flexível de produção ou Toyotismo

O toyotismo, também chamado de modelo japonês, ganhou força no Japão desde o pós-Guerra, promovendo o resgate da produtividade e mostrando sinais efetivos de recuperação. Em um cenário de mercados consumidores domésticos reduzidos, buscou soluções na importação de tecnologias e produtividade em escalas pequenas.

Ganhou espaço na produção norte-americana diante da crise do fordismo na década de 1970, no entanto, seu desenvolvimento não se deu da mesma forma, mas sim a partir de adaptações (Druck, 1999). É importante destacar que o toyotismo não surge como uma simples aparição no ocidente.

Antunes (2008, p. 20) explica que:

Foram várias as experiências exercitadas pelo capital, em seu processo de reestruturação: na Suécia (em Kalmar); no norte da Itália na chamada 'Terceira Itália'; na Califórnia nos EUA; no Reino Unido, na Alemanha e em outros diversos países e regiões, sendo a experiência toyotista do Japão a mais expressiva de todas, pois vinha se estruturando desde os inícios dos anos 1950 e, a partir da crise de 1973, mostrava forte potencialidade universalizante, conhecida no Ocidente como 'modelo japonês' ou toyotismo.

Os EUA encontravam-se na contramão da produtividade, sobretudo porque havia um aumento significativo do déficit norte-americano. Em contrapartida, no Japão havia crescentes superávits (Filgueiras, 1997).

Nos anos 1970, esse modelo japonês tornou-se referência para a produtividade ocidental, propondo métodos alternativos de gestão e disciplina nos espaços de trabalho das

empresas, trazendo novos desafios também para a classe trabalhadora que se heterogeneizou, se fragmentou e se complexificou (Antunes, 2010).

Ressalta-se que o toyotismo, como conjunto de normas e protocolos que organiza o processo de produção das empresas, impactou profundamente as fábricas, pois a concorrência impõe a todo empreendimento capitalista, aderir a procedimentos técnicos e organizacionais advindos da matriz ideológica do toyotismo (Alves, 2007).

Em linhas gerais, esse modelo de trabalho que nasce na empresa Toyota, no Japão, diferencia-se do fordismo em alguns pontos, a saber: 1 - a demanda passa a estar associada a uma produção heterogênea e variada, evitando a produção de mercadorias em excesso; 2 - pelo trabalho em equipe, os trabalhadores passam a incorporar os ideais da empresa, executando inúmeras funções, sendo fiscais de si mesmos e do outro, além de se autoavaliarem.

Os trabalhadores, agora pensados em um conceito de empresa enxuta, que elimina mão de obra, mas mantém a produtividade, operam várias máquinas. São geridos pelo *just-in-time*, sistema que foca no aprimoramento da produção com a finalidade de evitar o desperdício do tempo. Além do sistema *Kanban* com sistemas de reposição de materiais a partir de tecnologias que eliminam a necessidade de estoques.

O relacionamento entre as empresas também mudou, antes hierarquizadas, agora passam a ser horizontalizadas com o objetivo de proporcionar as subcontratações, como as terceirizações, em um cenário de enorme concorrência. As empresas grandes e dominantes passam a expandir o espaço de produção para empresas menores subcontratadas que mantêm trabalhadores desqualificados, mal remunerados, sem direitos e precarizados.

Poucos trabalhadores especializados ficam nas empresas matrizes, num processo cada vez mais intenso de ampliação do trabalho morto em detrimento do vivo, pois com a expansão do modelo toyotista ocorre uma descentralização da produção fabril. Dessa forma, podemos observar, conforme assinalam Antunes e Druck (2015), que a estratégia patronal é tornar a terceirização/subcontratação como centrais, pois enquanto na fábrica fordista por volta de 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%.

Segundo Antunes (2009), o toyotismo reabriu um novo estágio de intensificação do trabalho, em um sistema de produção racionalizada com a finalidade de produzir mais sem ampliar o quadro de funcionários, ou seja, trata-se da lógica do capital contemporâneo de realizar mais com menos. Para Antunes e Druck (2015), nessa lógica do toyotismo, alguns elementos passam a fazer parte da pragmática da empresa flexível: aumento da produtividade,

terceirização ampliada, qualidade total, eliminação de postos de trabalho, envolvimento, reengenharia, *lean production e team work*.

Nesse entendimento, é relevante diferenciar produtividade de intensidade, termos que ganham destaque nos procedimentos de extração da mais-valia no modelo toyotista. Conforme Dal-Rosso (2013) aponta, a produtividade é aumentada pelas inovações tecnológicas, no entanto, o nível de intensidade se refere à cooperação entre os trabalhadores pela forma como o trabalho é organizado, ou seja, a intensidade está associada à gestão e à organização, sendo elas o motor para o trabalho ser mais eficaz e mais eficiente.

Capturados por uma lógica humilhante, destrutiva e desumanizadora, os trabalhadores “veem-se diante da intensificação de formas ‘flexíveis’ de gestão da força de trabalho e do agravamento de toda a sorte dos expedientes que já integram o modo de funcionamento normal do capitalismo periférico ou dependente” (Firmiano; Silva; Sant’Ana, 2024, p. 5).

Um ponto de discussão trazido por Alves (2007), Antunes (2010) e Druck (1999) trata-se do debate sobre a transferência do modelo orgânico japonês aos países ocidentais. Segundo os pesquisadores, há divergências se os elementos do toyotismo rompem com as bases fordistas. Nesse sentido, Druck (1999) questiona em que medida é viável afirmar que o toyotismo, sendo ele um novo modelo de trabalhar e produzir, está vinculado a um modo de viver japonês?

Esse debate versa sobre a possibilidade de o toyotismo ter sido adaptado para uma gestão do trabalho ocidental, seguindo as próprias necessidades da economia dominante. A autora afirma que, assim como ocorreu com o fordismo, o toyotismo assumiu aspectos regionais e nacionais (Druck, 1999).

Antunes (2009, p. 59) corrobora com Druck (1999) ao afirmar que:

[...] sua adaptabilidade, em maior ou menor escala, estava necessariamente condicionada às singularidades e particularidades de cada país, no que diz respeito tanto às condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, quanto à inserção desses países na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições do mercado de trabalho, entre tantos outros pontos presentes quando da incorporação (de elementos) do toyotismo.

Nessa linha de pensamento, Alves (2007) argumenta que a mundialização do capital tornou o toyotismo um valor universal a partir dos anos 1980, distanciando-se do modelo japonês orgânico e perdendo suas particularidades.

Segundo Alves (2007), o que temos na verdade é um empreendimento capitalista apoiado na produção difusa, flexível e fluida, que se inclina a adaptar-se ou fundir-se com processos de racionalização já vigentes. Nesse sentido, Alves (2007) entende que não se pode

considerar que o toyotismo seja somente um neotaylorismo ou um neofordismo, pois existe um componente qualitativamente novo na manipulação da objetividade/subjetividade da força de trabalho pela lógica do capital, não se reduzindo aos seus mecanismos orgânicos fundamentais.

Em vista disso, podemos depreender que o modelo japonês se adaptou às diferentes necessidades do capital, sobretudo considerando os receituários estabelecidos pelo neoliberalismo e as singularidades históricas de cada país, a partir da sua posição na estrutura global de acumulação do capital. No entanto, não quer dizer que houve um abandono do modelo fordista, o que percebemos é que os dispositivos de exploração conjugam novas e velhas faces. O capital se apropria e perpetua artifícios convenientes para a sua acumulação. Basta perceber que o controle do ponto do trabalhador ainda se mantém rígido, apesar de as empresas quererem um trabalhador com horários flexíveis.

De modo mais amplo, com o ajuste do modelo às necessidades da produção de cada país, depreendemos que a forma como se deram as transformações na reestruturação produtiva vai muito além da gestão do espaço de trabalho, estendendo-se a um complexo de ações que não podem excluir as dinâmicas particulares de cada país.

Segundo Filgueiras (1997, p. 904), esse processo amplo pode ser observado em duas dimensões.

No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais (siderurgia, têxtil). E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, a introdução de novos padrões de gestão/organização do trabalho (o 'modelo japonês'); acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o consequente enfraquecimento dos sindicatos.

Sobre o processo de individualização apontado pelo autor, é importante salientar que o modo de produção capitalista, sistema de relações sociais de exploração marcado pela subordinação do trabalho, intensifica, a partir da reestruturação produtiva, o confisco da subjetivação do indivíduo.

Essa apropriação da subjetividade é uma resposta do capital à sua crise, se recompondo rapidamente como um sistema metabólico, trazendo consigo instrumentos para se contrapor às lutas da classe trabalhadora e continuar submetendo o trabalho aos seus interesses de mais-valia. Segundo Alves (2000), o toyotismo tem em seu valor universal a

constituição de uma nova hegemonia mundial com a finalidade de capturar a subjetividade para racionalizar a produção.

Através não somente de mediações objetivas, mas também subjetivas, protege a acumulação de capital, multiplicando cada vez mais a precarização do trabalho e da vida. Antunes (2009) afirma que o sistema capitalista possui mediações claramente identificadas e que subordinam todas as funções reprodutivas sociais.

Um dos aspectos interessantes a respeito das capacidades do capital de impor aparatos para a perpetuação da reprodução social está na discussão de que o toyotismo aproximou a relação entre o trabalho e o capital no sentido de diminuir suas contradições conflituosas, quando comparado ao fordismo/taylorismo.

Segundo Antunes (2009, p. 50):

Essa interpretação, que teve sua origem com o texto de Sabel e Piore (1984), vem encontrando muitos seguidores, que, mais ou menos próximos à tese da especialização flexível, defendem as chamadas 'características inovadoras' da 'nova fase', mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho e, nesse sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista.

Essa discussão, segundo Antunes (2009), parte da premissa de que essa nova relação no modelo toyotista foi mais favorável ao trabalhador, por aproximar o trabalhador como parte significativa da empresa, uma vez que se pretendia um trabalhador mais qualificado, parceiro, participativo, polivalente, mais realizado na empresa.

Entretanto, Alves (2010) refuta essa ideia ao apontar que, no plano ideológico, o capital se apropria do trabalhador como forma de dominação e reprodução do capital, afirmando que o toyotismo, enquanto modelo de produção de valor, não somente reorganiza objetivamente o processo de dominação e expansão do capital, mas procura também se apropriar da subjetividade dos trabalhadores com a finalidade de se reproduzir socialmente e acumular capital. Antunes (2010) menciona que é um processo de recomposição de seu projeto de dominação.

A ideologia de mercado no toyotismo não atinge somente os clientes-consumidores ao propor conexões emocionais com intuito de efetivar os negócios, alcança também a subjetividade do trabalho vivo, impactando as ações e pensamentos dos trabalhadores em função da racionalização da produção, processo nunca antes percebido com tamanha amplitude. Para Alves (2014), a dimensão pessoal da individualidade de classe é apreendida sob os mecanismos do toyotismo.

Essa nova forma de reorganização do capital é justamente a intensificação de modos sistêmicos de captura e manipulação da subjetividade do trabalho, utilizando-se de métodos

ideo-organizacionais do capital (Alves, 2007). Até porque os procedimentos organizativos de racionalização da produção (*Just in time*, *Kaizen*, *Kanban*, Círculos de controle de qualidade, etc.) precisam estar em funcionamento.

Por exemplo, o *just-in-time*, que se apoia na flexibilidade para produzir por demanda, necessita de trabalhadores igualmente flexíveis, pois a aplicação do dispositivo *just-in-time* representa a eliminação de todos os desperdícios e tempos mortos no processo de produção, inclusive no interior da jornada de trabalho (Filgueiras, 1997); incluindo a dispensa do trabalho vivo.

Essa captura vai muito além do fazer e saber conforme visto no fordismo, envolve uma adesão passiva ao que é imposto pelo toyotismo, mesmo que aviltante, trata-se de múltiplos aspectos de apropriação da subjetividade para que o processo de produção seja flexível e fluido. São ferramentas que vão desde formas de contratos atípicos, desprotegidos, ofertas salariais ínfimas, perfis profissionais, entre outros.

E não para por aí, pois outras dimensões de captura da subjetividade do trabalhador são impostas, não somente enquanto discurso, mas a sedução de seu papel no processo produtivo, sobretudo pela exclusão das gerências científicas, promovendo um engodo de suposta horizontalidade na relação capital/trabalho ao colocar o trabalhador como colaborador, um parceiro da empresa. Essa lógica mobiliza o trabalhador a cooperar com o processo de valorização do capital, manipulando seu campo afetivo/intelectual (Alves, 2007, 2014), fazendo com que este se perceba como solução para as demandas da empresa/instituição, estando na instituição para o que for preciso, sacrificando seu convívio familiar e comunitário, por exemplo.

É importante destacar que essa lógica do processo de valorização do capital sob o toyotismo não se restringe somente ao ambiente fabril ou empresarial, esse discurso ideológico, assim como os mecanismos de controle do trabalhador, espalhou-se para as mais variadas instituições sociais, desde serviços públicos ao terceiro setor. Em outras palavras, a reestruturação produtiva e seu nexos complexo de ações não se restringiu ao mercado e suas empresas, mas também se difundiu no Estado, tendo em vista sua natureza funcional, bem como ao terceiro setor.

Busca-se com isso um trabalhador polivalente, proativo, capaz de propor soluções aos problemas apresentados pela empresa, com vontade de aprender, que se doe pela equipe, aceitando baixos salários e que não espere por salários fixos ou estáveis, que seja capaz de se adaptar às diferentes necessidades e infortúnios.

Esse trabalhador, sob um engajamento manipulado (Alves, 2007, 2014), precisa estar em constante capacitação, pois cria-se no espaço de trabalho um ambiente de tensão, medo, concorrência e incertezas. Esse novo ser flexível se vê operando várias máquinas, estando disponível permanentemente para o trabalho, inclusive no seu tempo livre, barreira dissolvida pela tecnologia digital.

O resultado dessa exigência é:

[...] um tipo de trabalhador com maior iniciativa e maior capacitação do que o trabalhador fordista, em particular aqueles pertencentes ao núcleo central da mão de obra da empresa, que torna dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes (Filgueiras, 1997, p. 908).

Sendo assim, na contramão de ideias defendidas sobre vantagens na relação capital/trabalho no modelo toyotista, essa apropriação dos trabalhadores aos valores-fetiches do capital (Alves, 2010) somente beneficia a acumulação flexível.

Para Alves (2007), à vista disso, o toyotismo não é somente um modo de organização da produção no espaço de trabalho, mas que também perpassa o entendimento no plano ideológico, sendo capturada a sua subjetivação social (Alves, 2007, 2010, 2014). Esse novo modelo organizacional, e também tecnológico, possui como características essenciais a flexibilidade (Filgueiras, 1997). Essa nova ideologia de confisco da subjetividade social para a produção pode ser dividida em duas perspectivas: a primeira dimensão como sonhos e expectativas do mercado, e uma segunda dimensão como a capacidade do trabalhador em aprender e se envolver com a empresa e a marca. (Alves, 2014).

Dessa maneira, promove-se um rompimento nas formas hierárquicas de subordinação dos trabalhadores ao colocá-los mental e fisicamente envolvidos com a empresa, sentindo-se parte do ideário dos capitalistas, como se os seus objetivos fossem também os objetivos da empresa.

É importante ressaltar que flexibilidade quer dizer também, conforme elucida Filgueiras (1997), uma necessidade contínua do capital de libertar os processos produtivos, financeiros e comerciais de toda a rigidez própria do fordismo. Para isso, a captura da subjetividade amplia-se também ao cotidiano dos trabalhadores, ao ser necessário o parâmetro de um trabalhador ideologicamente novo para a acumulação flexível ocorrer.

Esse complexo de ações que surge com a reestruturação produtiva, tendo como característica principal a tomada da subjetividade, está além do espaço de produção das empresas, perpassa também a reprodução social no dia a dia. O capital buscou se reorganizar em diferentes esferas da sociabilidade e, capturar a subjetividade, foi uma necessidade que

impulsionou uma gama de inovações sociometabólicas e tecnológico-organizacionais do mais amplo espectro social (Alves, 2010).

Dessa forma, temos a sujeição do trabalhador a uma dada forma de ser e visualizar o mundo do trabalho. Antunes (2009) vai corroborar ao mencionar que o capital, no plano ideológico, por exemplo, promoveu uma idolatria a um ideário e um subjetivismo fragmentador, cultivando um individualismo contra os modos de solidariedade e atuação coletiva, necessários aos métodos de produção incipientes.

Nesse mesmo caminho, Filgueiras (1997, p. 908) aponta que os discursos que promovem essa ideologia de parceria e dos programas de qualidade total, aliados a um alto nível de desemprego, são instrumentos de cooptação e de convencimento dos trabalhadores utilizados pelas empresas.

O que temos com o toyotismo é um mundo do trabalho com um ideal de empresa enxuta e fluida, distanciando-se de um formato de empresa que tinha a sua posição atrelada ao maior número de funcionários, como visto no fordismo. Agora, o sistema de produção almeja uma empresa que busca a ampliação da produção sem ampliar o quadro de funcionários.

Temos, a partir desses discursos ideológicos difundidos pelo capital, uma perspectiva de descolamento do indivíduo enquanto trabalhador vinculado a um espaço coletivo. Existe, agora, numa dimensão toyotista, a reconstrução do coletivo como seres individuais que trabalham exclusivamente para si ou para a empresa, como as formas de trabalho empreendedoras que não veem no outro um igual trabalhador, e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), igualmente.

E, no confisco da subjetividade daqueles que vivem do trabalho, promoveu-se uma acentuada individualização, enfraquecendo inclusive os movimentos sindicais, pois o teor ideológico contido nestas políticas, que se expressam nas práticas gerenciais, comprova que a flexibilização pode ser considerada uma resposta às lutas e resistências dos trabalhadores (Druck, 1999).

A classe trabalhadora sob o toyotismo passa a ser moldada com um perfil de trabalho que favorece as empresas em redes de produção e equipes de trabalho. Essa integração de mente e corpo capturados, fragmenta a consciência de classe e a organização coletiva, sobretudo tendo em vista os contratos de trabalho atípicos (Alves, 2007). Nesse sentido, a construção ideológica exercida pelo capital faz com que o trabalhador se aproprie dos valores das empresas, potencializando o individual ao coletivo. É uma empresa que encanta o trabalhador com um espaço de trabalho aparentemente mais envolvente e participativo (Antunes; Praun, 2023).

O colega de trabalho passa a ser o inimigo que precisa ser vigiado, os resultados passam a ser frutos de escolhas pessoais e a culpa recai sobre o trabalhador. Nas palavras de Alves (2010, p. 46, grifos do autor):

Na 'selva de mercado', as individualidades pessoais de classe estão imersas na concorrência cotidiana. Os locus privilegiados do 'egoísmo burguês' são os locais de trabalho que, apesar da ideologia do 'trabalho em equipe', tornaram-se arena de disputas particularistas. A ideia de *team* é meramente uma farsa para ocultar o que denominamos de 'manipulação reflexiva', manipulação sistêmica invisível e onipresente pela qual, por um lado, o operário e o empregado vigiam (e avaliam) o Outro-próximo-de-si, o Igual concorrente que compartilha os mesmos valores particularistas a serviço do capital; e, por outro lado, ele, o trabalhador assalariado, vigia (e avalia) a si mesmo de acordo com valores-fetiches compartilhados (torna-se 'carrasco de si mesmo').

É nesse cenário de incertezas que observamos o mundo do trabalho nos dias atuais, e embora o trabalho seja uma categoria estruturante da vida social, está dialeticamente metamorfoseando-se e precarizando-se a cada passo da busca incontrolável da expansão do capital.

A dominação da subjetividade objetivando a reprodução do capital está promovendo a desconstrução do indivíduo enquanto ser coletivo, inclusive enquanto seres que lutam coletivamente. Essas técnicas de dominação não são somente para que os trabalhadores se apropriem dos objetivos da empresa, servem também como engodo diante da destruição das formas de proteção social construídas histórica e coletivamente, pois, como Filgueiras (1997) observou, o intuito é flexibilizar os direitos sociais, a jornada de trabalho e a remuneração.

Para isso, o mercado de trabalho impõe um discurso positivo sobre a flexibilidade e as mudanças que propõe, por precisar de um trabalhador que não se mobilize coletivamente, que passe a crer na efetividade de acordos diretos com o empregador, que não veja sentido em ser protegido social e juridicamente, ou seja, um trabalhador flexibilizado.

Todo esse engodo é arcabouço para que o mercado de trabalho possa realizar suas contratações sem restrições do Estado, desregulamentando as legislações trabalhistas e não tendo limite para a precariedade. Impondo formas de contratos de trabalho fragmentados e sem direitos, com o objetivo de reduzir custos e mão de obra, beneficiando somente o sistema de produção.

Antunes (2008, p. 22, grifos do autor) sintetiza a perversidade da precariedade do mundo do trabalho e suas formas degradantes em que:

O trabalho estável torna-se, então, quase virtual, uma vez que estamos vivenciando a erosão e mesmo corrosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelo trabalho terceirizado, flexibilizado, pelas

formas de trabalho *part time*, pelo 'empreendedorismo', 'cooperativismo', 'trabalho voluntário', 'terceiro setor'.

Observamos um mundo do trabalho global em transformação para um modelo que flexibiliza as relações de trabalho visando a reconfiguração de uma sociabilidade mundial com vistas ao precário como padrão de socialização. É necessário expressar que esse movimento não se deu igualmente para o todo da classe trabalhadora mundial, principalmente nas regiões periféricas do capital.

Estamos falando dos trabalhadores à margem dos centros capitalistas, ou seja, trabalhadores da periferia do capital, que, embora impactados pela lógica do capital flexível e dos métodos flexíveis de gestão do trabalho e seus discursos que aprisionam a subjetividade, ficam escondidos nas franjas da sociedade em um grupo historicamente considerável da informalidade que compõe o mundo do trabalho e que ganha na contemporaneidade papel relevante na valorização do capital.

São adultos, jovens, idosos e crianças que participam da acumulação do capital em trabalhos informais, quando não inclusos nas piores formas de trabalho, em muitos casos análogos à escravidão. São trabalhadores que definham e desidratam-se sozinhos em relações de trabalho abusivas sem um olhar atento das políticas de proteção social.

Antunes (2013) denominou, há mais de uma década, de nova morfologia do trabalho a crescente informalidade que se projeta como uma tendência mundial à valorização do capital. Mais recentemente, o relatório *World Employment and Social Outlook: Trend 2025*, da *International Labour Organization* (International Labour Organization, 2025), indicou as tendências de emprego no mundo para 2025, e apesar da taxa estável de desemprego global de 5% para 2024, considerada animadora para alguns, o aumento da informalidade seguiu como tendência para 2025. Embora a taxa de desemprego entre os jovens seja muito mais alta, cerca de 12,6% (International Labour Organization, 2025).

Salienta-se que existem variações regionais e nacionais quando olhamos para os impactos das transformações no mundo do trabalho. As taxas de desemprego em 2024, quando comparadas a 2023, ficaram inalteradas, sugerindo haver empregos, no entanto, as melhorias na qualidade do emprego e produtividade estão caindo. O relatório aponta que o emprego informal continua alto e absorvendo muitos dos novos ingressantes na força de trabalho, especialmente nos países de baixa renda.

Dados do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de estimativas globais modeladas de novembro de 2024, mostram uma desaceleração na taxa de progresso na formalização. Entre 2023 e 2024, o crescimento do trabalho formal recuou 0,5%,

enquanto 23 milhões de trabalhadores informais foram adicionados à força de trabalho global, concentrando-se em países de baixa renda, afetando aproximadamente três em cada cinco trabalhadores (International Labour Organization, 2025).

Para esses trabalhadores que sobrevivem, em alguns casos, pelo pagamento do dia, em relações de trabalho como “bicos” sem nenhuma garantia de que no outro dia terão trabalho ou sequer conseguirão manter sua segurança alimentar, o precário já se constitui historicamente como regra estabelecida. Excluídos de relações de trabalho minimamente protegidas que se perpetuam por gerações, perseguem sua sobrevivência mediante trabalhos precários, quando os têm.

Mais da metade da força de trabalho global sobrevive em relações laborais desprotegidas, segundo o relatório *World Employment and Social Outlook: Trend 2025*. É a parcela da classe que não está “adequadamente protegida por arranjos de segurança social, proteção legal ou medidas de segurança no local de trabalho” (International Labour Organization, 2025, p. 13). Esses trabalhadores, sem segurança laboral, veem-se diante do desemprego estrutural, marcado por um mercado de trabalho excludente, sobretudo quando consideramos os recortes de raça, gênero e classe.

2.4 Aspectos da reestruturação produtiva no Brasil

A partir da recessão da economia brasileira em 1980, a reestruturação produtiva dá os primeiros passos no Brasil com características distintas em relação ao ocorrido na Europa. No entanto, já era possível perceber nesse processo de reorganização para acumulação do capital metamorfoses no processo produtivo, tecnológico e organizacional, assim como no de serviços, em um movimento mais lento do que aqueles experimentados em países de capitalismo central (Antunes, 2009). E que impôs à classe trabalhadora brasileira, historicamente marcada pela degradação social do trabalho, a agudização do precário.

Para Firmiano e Teixeira (2021), a inserção do Brasil na nova estrutura do capital coincidiu com o fim da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização no país, resultado da crise do capital a partir dos anos 1970. Destaca-se que a incipiente reorganização produtiva que chega ao Brasil não se deu exatamente nas mesmas linhas e condições que aquelas dos países de capitalismo central. O movimento global do capital, tendo que lidar com os limites absolutos à sua reprodução, impõe dinâmicas diferentes ao Brasil, em sua forma de ser.

Alves (2000) descreve alguns fatores que contribuíram para a reestruturação produtiva no Brasil, a saber: 1 - o endividamento externo do país, o que gerou adesão às políticas recessivas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para obtenção de superávits em decorrência de um mercado interno consumidor em crise; 2 - o mercado nacional volta-se às vendas ao mercado mundial com incentivos à exportação.

Como complemento, Firmiano e Teixeira (2021, p. 503) apontam que, nos anos 1980:

[...] o Brasil experimentou um importante processo de desindustrialização, no sentido da reprimarização da pauta de exportações e perda dos setores de inovação tecnológica e progresso técnico, passando a afirmar um novo padrão de acumulação de capital baseado na especialização produtiva.

Dessa forma, os efeitos das exportações amenizaram os impactos das políticas recessivas, sobretudo no setor de autopeças e automobilístico, com crescimento significativo no setor exportador.

Esse caldo de incertezas e de baixo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) levou as indústrias de ponta a adotarem novos padrões de gestão e organização, principalmente as subsidiárias de empresas automobilísticas estrangeiras que foram aderindo aos padrões toyotistas de produção.

O capital, com a reestruturação produtiva, promoveu ajustes frente às demandas e concorrências no setor industrial com o objetivo de garantir a qualidade, maior produtividade, competitividade e flexibilidade no mercado mundial, potencializados pela inserção da microeletrônica no processo de produção (Alves, 2000).

Druck (1999) já havia argumentado de modo semelhante sobre os motivos que levaram à reorganização da gestão/organização da produção no Brasil, destacando que a necessidade de redução de custos, competitividade e qualidade em um mercado econômico que se abria ao mundo tinha o peso e o impulso de uma reestruturação produtiva internacional. Soma-se a isso, segundo a autora, o processo crônico de inflação.

Tais elementos levaram empresas a buscarem produção e arranjos flexíveis como saídas para competir no mercado. Acrescentam-se a essa conjuntura políticas internas, como o modelo de substituição de importações financiado pelo Estado. Segundo Druck (1999), a capacidade de financiamento pelo Estado para garantir a competitividade mediante políticas de subsídio ao setor privado se esgotou.

Outro fator que se destaca é a ascensão de um novo sindicalismo nos anos 1980 (Alves, 2000; Antunes, 2009), que foca nos espaços de trabalho através das comissões de fábricas, espaços dominados pelo regime capitalista e pelo regime autoritário após 1964. A

tradição dos sindicatos no Brasil de não focar nas condições de trabalho ganha nova força com a chegada dos anos 1980. Desencadeando uma expressiva reação da classe operária no sentido da busca por direitos do trabalho, como a organização por locais de trabalho, negada pelo desenvolvimento capitalista no Brasil (Alves, 2000).

Druck (1999, p. 286) destaca que “para alguns autores, como é o caso de Humphrey, as empresas brasileiras não chegaram a viver uma clara ‘crise do fordismo’, no que concerne às práticas de resistência operária e sindical”, ou seja, essa abordagem aponta para o paradigma de que o toyotismo se desenvolveu por pressão da concorrência, e que não houve no Brasil a crise do fordismo como visto no centro do capitalismo, desconsiderando a resistência operária no declínio do fordismo.

No entanto, Druck (1999, p. 286) sugere que:

[...] as mobilizações operárias em curso desde o final dos anos 70, o avanço da organização sindical nos anos 80 – com a formação de centrais sindicais e a conquista de várias comissões de fábrica nos setores mais avançados da indústria –, juntamente com formas de resistência menos visíveis – porque, em geral até mesmo espontâneas – no interior das fábricas, como as ‘operações-padrão’, ‘operação-tartaruga’, absenteísmo, foram práticas que também expressaram insatisfação, cansaço e revolta frente às condições impostas pelo ‘fordismo periférico’.

Alves (2000) vai na mesma direção ao apontar que o novo sindicalismo no Brasil nos anos 1980 desenvolvia-se como grande força nacional, com inúmeras manifestações por segmento, além de milhares de sindicatos espalhados pelo país; sem contar a greve geral de 1989.

Foi uma década de lutas com grande expansão dos sindicatos de trabalhadores assalariados e dos setores de serviços, todo esse forte movimento se estabelecia na contramão das tendências sindicais de vários países de capitalismo avançado.

Alves (2000) considera que o toyotismo adentrou ao Brasil de modo restrito, apesar da mundialização do capital, impactando num primeiro momento as subsidiárias transnacionais. O incipiente modelo produtivo japonês surgia tendo como limite o enrijecimento e aprofundamento do fordismo, que dificultava justamente a sua hegemonia na produção.

Esse é um elemento essencial para compreendermos a formação ideológica da classe empresarial brasileira. Isso pode ser um pressuposto para compreender as complexidades e limites do modelo toyotista. Conforme assinala Druck (1999), é necessário observar que existe uma significativa cultura empresarial/gerencial autoritária no Brasil.

2.5 A rápida precarização do trabalho no Brasil a partir de 1990

No início dos anos 1990, um cenário econômico de recessão e fracassos na estabilização da moeda marcou a economia brasileira que era impelida para a globalização do mercado, em um cenário fiscal de crises presidido por Fernando Collor de Mello (1990 – 1992).

A economia brasileira é impulsionada por entidades financeiras internacionais como o FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) a promover reformas estruturais e abrir a economia brasileira ao mercado de investimentos estrangeiros. Essas intervenções impostas para interesses do mercado global têm a finalidade de adaptar, com vistas ao reordenamento dos mercados no plano global e do processo de reestruturação produtiva, às novas exigências dos países centrais em relação às economias dos países periféricos (Druck, 1999).

Privatizações, desindustrialização, desemprego em massa e uma conjuntura econômica e produtiva de abertura ao mercado global e financeirizado, associadas a capitais estrangeiros, foram as direções apontadas ao país neste momento. Sem contar a adoção de uma estratégia política de manutenção da estabilidade cambial pautada no Plano Real, com a valorização do real frente ao dólar e uma grande viabilidade para importação, que exige das empresas aceleradas transformações (Filgueiras, 1997).

Desse modo, as intervenções ocasionadas pela reestruturação produtiva intensificaram as metamorfoses nas estruturas produtivas do Brasil nos anos 1990, incorporando métodos toyotistas de gestão/organização e tecnológicos ao mercado de trabalho.

As precárias condições laborais de trabalho que já faziam parte do dia a dia do brasileiro pioram assustadoramente, pois, conforme assinalam Firmiano, Silva e Sant’Ana (2024), as consequências mais severas desse metabolismo destrutivo são impostas à periferia do sistema global do capital.

Um grande processo de enxugamento da força de trabalho e desproletarização se inicia nesse período, com grandes segmentos de trabalhadores e assalariados da indústria perdendo seu espaço de trabalho. Antunes (2009, p. 235) destaca que:

Enquanto no ABC Paulista existiam, em 1987, aproximadamente 200.000 metalúrgicos, em 1998 esse contingente diminuiu para menos de 120.000, sendo que essa retração tem se intensificado enormemente. Em Campinas, outra importante região industrial no estado de São Paulo, existiam em 1989 aproximadamente 70.000 operários industriais, e em 1998 esse número havia sido reduzido para menos de 40.000.

É preciso elucidar que não estamos falando somente do desmantelamento da indústria, vários outros segmentos da classe de trabalhadores assalariados, estáveis e melhor remunerados foram afetados com as crescentes terceirizações, contratos atípicos, rebaixamento de salários, demissões em massa, em um receituário ao sabor do enxugamento das empresas e instituições de gestão flexíveis.

O avanço das tecnologias produtivas de trabalho a serviço do capital fez com que, em um mercado globalizado, as empresas de produção global se expandissem. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) promoveram a oportunidade para empresas operarem sistematicamente em rede (Pochmann, 2012), ou seja, empresas filiadas produzem produtos em diferentes localidades, vinculando-se com a empresa matriz.

Nesse sentido, Antunes (2009) vai indicar que o fordismo, apesar de ainda dominante, mistura-se a novos processos produtivos, e que a desregulamentação trabalhista, a flexibilização e as novas formas de gestão produtiva estão vivas em grande intensidade em um mercado globalizado.

Alves (2007) já havia descrito de forma semelhante ao afirmar que a implementação do toyotismo no Brasil ocorreu de modo desigual, combinada com outras formas de gestão. O autor evidencia que, por aqui, tal modelo irá assumir uma forma mais crescente nas grandes empresas, ou seja, restritamente (Alves, 2000). Isso não quer dizer que os mecanismos do toyotismo não chegaram a outros segmentos, contudo, as transformações no padrão de produção e gestão expandiram-se principalmente nos setores automotivos nesse período.

Desse modo, as formas de trabalho mais protegidas e estáveis, como se via no fordismo até então, se modificam, e, nos anos 1990, temos a intensificação do corpo de trabalhadores terceirizados, subproletariados e subempregados, ou seja, precarizados.

Para se ter uma ideia da rápida transformação da precarização do trabalho no Brasil, segundo Pochmann (2012), no intervalo entre os anos de 1985 e 1990, por exemplo, podemos observar que a taxa de terceirização do emprego formal no Estado de São Paulo foi de 11,7% para 58,2% das ocupações geradas a cada ano.

No entanto, os fracassos nas tentativas do governo brasileiro de estabilizar a moeda entre os anos de 1990 e 1995 fizeram com que decrescesse a taxa de terceirização no Estado de São Paulo de 58,2% para 8,9% de postos de trabalho abertos e formais (Pochmann, 2012).

E, apesar dos sinais positivos na estabilização monetária a partir de 1994, essa onda flexível de inovação tecnológica, reorganização empresarial e suposta modernização trabalhista, trazidas como único caminho a seguir na geração de empregos e/ou sua manutenção, fundamenta-se, na verdade, na redução de custos com a finalidade de aumentar a

produtividade brasileira. Logo, as formas mencionadas como modernizadoras do trabalho contemporâneo, como as subcontratações, mostram um caráter indissociável entre a terceirização e a precarização do trabalho (Antunes; Druck, 2015). Aliás, para parcela considerável da classe trabalhadora, a precariedade é a forma sistêmica de trabalho presente historicamente no dia a dia.

Antunes e Druck (2015) explicam que as formas de ser da precarização em um contexto de capital flexível passam por recorrentes contratos temporários, sem registro em carteira, sem estabilidade, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas.

Dito isto, nos anos 1990 temos uma intensa ampliação das subcontratações no Brasil. Para se ter uma ideia, no Estado de São Paulo, por exemplo, a taxa de terceirização, entre os anos de 1995 e 2002, saltou de 8,9% para 97,6% (Pochmann, 2012). Druck (1999) argumenta que as terceirizações, um dos procedimentos da gestão toyotista, dá-se pela estratificação de trabalhadores em categorias de primeira e segunda ordem, diferenciadas pelas condições de trabalho e salários, sendo esses um dos aspectos das empresas subcontratadas.

A pesquisadora descreve as diferenças nas formas de ser do trabalho nas empresas matriz e nas subcontratadas, destacando a categorização dos trabalhadores que:

No caso das grandes empresas: o emprego vitalício; mão de obra mais qualificada; uma organização do trabalho baseada na gestão da qualidade total e participativa no sentido de envolver o trabalhador na busca por produtividade, redução de custos e qualidade a fim de obter produtos diferenciados; níveis salariais mais condizentes com as funções assumidas; e um sindicalismo de empresa como elemento-chave de colaboração para neutralizar qualquer reação e oposição mais organizada dos trabalhadores. No caso das pequenas e médias empresas, que formam a rede de subcontratação, encontram-se todos os tipos de trabalho. Marcadas, em geral, por uma instabilidade muito grande. Nestas empresas não existe emprego vitalício; há menor qualificação da mão de obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares e de trabalho ocasional e/ou parcial (Druck, 1999, p. 283).

Tal categorização marca uma relação trabalhista desprotegida e hierarquizada, que, segundo Antunes e Druck (2014), pode ser a porta de entrada para o trabalho análogo à escravidão. Colapsa também a unidade de luta da classe trabalhadora ao estabelecer distinção de valor entre os trabalhadores pertencentes às categorias terceirizadas e não terceirizadas, sendo que, conforme os autores, a distinção é percebida no tipo de treinamento, que em linhas gerais é menor para os terceirizados, seja com revistas na entrada e saída da empresa, no acesso restrito às instalações da empresa, na intensificação do trabalho e jornadas de trabalho mais extensas, em situações de insegurança e salários inferiores.

É uma modalidade de trabalho sob a direção do capital financeiro globalizado, cujo mote está na precarização do trabalho, exigindo-se do trabalhador a valorização do capital

através da maximização da mais-valia com redução dos custos de trabalho em contratos flexíveis.

Antunes e Druck (2014) ainda afirmam que as diferentes formas patronais de subcontratação reforçam o trabalho como mercadoria, na qual a rotatividade, a flexibilidade e o descarte são fatores determinantes para um elevado nível de insegurança e instabilidade no trabalho em uma lógica nunca antes vista.

Dito isto, temos as terceirizações como centrais no universo das relações trabalhistas no Brasil, cooperativas, organizações não governamentais, redes de subcontratação e “pejotização” camuflam formas de trabalho interempresariais estabelecendo contratos flexíveis e determinados ao sabor da produção (Antunes; Druck, 2014).

E, apesar do discurso pró-mercado de que as diversas formas de trabalhos atípicos serviriam como a panaceia para resolver os problemas do desemprego na década de 1990, não foram alcançados os resultados esperados, impondo, na verdade, a geração de postos de trabalhos precários e com baixos salários. Neves (2022) vai afirmar que essa intensificação do trabalho é geralmente seguida pelo rebaixamento salarial, focalização e privatização de políticas sociais e retirada de direitos trabalhistas.

Dessa forma, constata-se a queda na remuneração nacional de 20,4% para o período entre 1980 e 2000, contudo, observa-se a partir de 2003 até 2010 um cenário de recuperação da renda nacional com aumento de 8,8% devido à retomada do crescimento econômico e forte geração de empregos (Pochmann, 2012).

Antunes (2013) aprofunda a discussão ao defender uma nova morfologia do trabalho. Em seu entendimento, existe uma inclinação global de informalização da força de trabalho com aumento do grau de precarização da classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, o boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2018a) do 1º para o 2º trimestre de 2018 aponta que, entre os 9,4 milhões de trabalhadores que conseguiram ocupação, a taxa de informalidade foi de 74%.

O autor refere-se também a uma significativa tendência a uma maior intelectualização do trabalho em setores específicos altamente qualificados vinculados ao cognitivo e ao informacional.

Para Antunes (2013), a informalidade apresenta formas atuais de valorização do capital com ampliação acentuada de novos mecanismos para exploração do trabalho. Neves (2022) acentua que o modo como o capitalismo se encontra atualmente, em sua organização do trabalho, intensifica a flexibilização como molde e impõe mais terceirização, informalidade e precarização à classe trabalhadora.

E longe de cairmos no engodo de que a informalidade cresce somente em setores específicos, o informal também avança em outros segmentos considerados mais estáveis. Conforme outro relatório do DIEESE de 2018:

Na educação, saúde, serviços sociais e também na administração pública, dois segmentos dos serviços onde a formalização é maior, o número de trabalhadores informais aumentou em 322 mil pessoas e em 191 mil, respectivamente, enquanto as ocupações formais tiveram, em ambos os setores, redução de 257 mil vagas. Na indústria, a taxa de formalização, que era de 66,7% no final de 2016, caiu para 63,6%, com aumento de 473 mil pessoas ocupadas informalmente ou por conta própria e o fechamento de 20 mil empregos formais. O movimento se repetiu na construção, no comércio e em praticamente todos os segmentos dos serviços. Até no setor de informação, comunicação e atividades financeiras, no qual a taxa de formalização é relativamente alta (64,2%, no último trimestre de 2017), o número de trabalhadores informais e por conta própria cresceu mais (quase 328 mil) do que o de formais (60 mil pessoas) (DIEESE, 2018b).

Como consequência dessa condição de precarização, seja em atividades temporárias ou mais instáveis ou sob temor direto do desemprego, salienta Antunes (2013), expulsam da produção uma enxurrada de trabalhadores, resultando em trabalhadores descartáveis, excedentes e desempregados, fazendo parte das fileiras de manutenção para a retração salarial.

Essa nova morfologia do trabalho vem abrangendo as variadas formas de ser da informalidade, expandindo um trabalho que aparentemente mostrava-se invisibilizado, mas que Antunes (2013) defende como hipótese ser um fator de grande importância e ampliação para a realização do mais-valor.

Em seu ensaio sobre o Brasil e a metáfora do Ornitorrinco, Oliveira (2003) descreveu que o informal até poderia se configurar como uma situação passageira, principalmente nos últimos anos de 1970. No entanto, o autor observou ao longo das décadas o trabalho informal como fundante na valorização do valor. Destaca-se que o trabalho abstrato foi atingido pelo salto de produtividade, traços da mundialização do capital em combinação com os avanços tecnológicos, que Oliveira (2003) chamou de molecular-digital.

Oliveira (2003) explica que esse salto de produtividade é a luta do capital para diminuir as distâncias entre o tempo de trabalho da produção e o tempo de trabalho total, ou seja, é a busca do capital para transformar todo o tempo de trabalho em tempo de trabalho excedente. É por meio do desenvolvimento da produtividade que desaparecem o tempo de não-trabalho, dito de outro modo, é a produtividade em setores desenvolvidos da acumulação molecular digital que faz com que o trabalho informal seja possível. Assim, Oliveira (2003) destaca que, nesse cenário, todo o tempo de trabalho é, para o capital, tempo de produção.

Explica o autor que nas novas formas de trabalho precário, como no caso das terceirizações e o trabalho informal, há uma mudança, uma tendência moderna e radical na prescrição do que “Marx chamou os salários de capital variável” (Oliveira, 2003, p. 136), que se trata de um adiantamento em forma de salário do capitalista para o trabalhador atrelado à mão de obra e trabalho pago e excedente. Dessa maneira, agora os ganhos dos trabalhadores vão depender da realização do valor das mercadorias e, por mais estranho que pareça, isso não ocorria antes em locais de produção ainda dominados pela forma-salário (Oliveira, 2003).

Os salários dos trabalhadores deixam de ser um custo para os capitalistas, entendido até então como capital variável, atrelam-se, agora, à dependência das vendas das mercadorias e, por não ser mais um adiantamento variável do capital, não se configuram mais como um custo (Oliveira, 2003).

Dessa forma, o setor informal realiza a declaração moderna de que o seu futuro é o futuro do trabalho formal, os trabalhadores passam a enfileirar um mundo do trabalho em transformação, colocados nas cadeiras de uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva (Oliveira, 2003).

Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, e que as regras do Welfare tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro, pois persistem em fazer dos salários – e dos salários indiretos – um adiantamento do capital e um 'custo' do capital (Oliveira, 2003, p. 137).

Antunes (2013) complementa esse cenário ao afirmar que o trabalho estável como conhecíamos na fase fordista-taylorista, que relativamente estava configurado na regulamentação, modifica-se pelas mais variadas formas laborais de informalidade. O autor descreve ainda que o empreendedorismo, o cooperativismo, o trabalho atípico, o trabalho voluntário e os trabalhos terceirizados constituem as novas facetas da morfologia do trabalho.

Oliveira (2003) contribuiu com a análise das transformações morfológicas do trabalho trazidas por Antunes (2013) ao afirmar que o conceito entre formal e informal não tem mais força de elucidação. Para o autor, o aumento da produtividade do trabalho permite esvaziar a jornada de trabalho como parâmetro do valor da força de trabalho. Em contrapartida, a fonte de produção do mais valor fica relacionada ao trabalho abstrato dos informais.

Isso permite que o capital se utilize do trabalho abstrato dos trabalhadores que estão na informalidade para gerar a valorização do capital com a produção da mais-valia, suprimindo justamente a jornada de trabalho e as legislações de proteção ao trabalhador (Oliveira, 2003).

As diversas formas de ser da informalidade no Brasil incluem a tradicionalmente conhecida informalidade dos menos “instáveis”, ou seja, aqueles trabalhadores que possuem

um pouco de conhecimento profissional e alguns meios para executar o trabalho, em geral, como prestadores de serviços, exemplo cabeleireiro, pedreiros, carpinteiros (Antunes, 2013).

Além dos considerados mais “instáveis”, executando trabalhos mais contingenciais e eventuais, com baixa remuneração e uso da força física, por exemplo: serviços gerais. Observa-se também a prática de “bicos” em trabalhos ocasionais, além dos informais assalariados sem registro, excluídos da legislação social trabalhista (Antunes, 2013).

Para Antunes, essa lógica instrumentalizada do capital vai deslocando as empresas para a racionalidade da flexibilização da jornada, da remuneração e do trabalho, impondo novas relações que tomam aspecto de informalidade (Antunes, 2013), rompendo com as proteções trabalhistas e crescendo enquanto precariedade de trabalho.

Podemos observar esse contexto no avanço da informalidade nas ditas economias criativas, atividades laborais que exigem certo grau de criatividade e inovação. Segundo o DIEESE (2024a), essa forma de atividade laboral aumentou 47% entre o segundo trimestre de 2012 e 2024, indo de 5,6 milhões de pessoas para 8,2 milhões de pessoas.

Conforme mostra o documento, em 2024, enquanto a taxa total de informalidade no país ficou em 38,6%, a informalidade nas ocupações criativas era de 42,2%. Os dados evidenciam também que 37,7% dos trabalhadores em ocupações criativas não contribuem com a previdência social.

Antunes e Druck (2015) convergem com Antunes (2013) ao traçar entendimento relevante sobre o conceito de informalidade, mostrando que, embora não seja uma novidade no Brasil, vem se ampliando e tornou-se uma realidade cruel no mercado de trabalho brasileiro.

Os autores também afirmam que empresas flexíveis e sua racionalidade de produção impulsionam relações de trabalho flexíveis, seja no contrato de trabalho ou na remuneração, que acabam ganhando o formato de cunho informal. Desse modo, a informalidade passa a ser a regra, deixando de ser exceção, tornando a precarização do trabalho o cerne da dinâmica do capital flexível (Antunes; Druck, 2015).

Ainda nesse espectro, Antunes e Druck (2015) complementam, apontando que não quer dizer que a informalidade seja sinônimo de precariedade, mas que encontra nítida concordância com a precarização. Antunes (2013) vai na mesma direção, descrevendo sobre a cisão dos laços formais. O autor aponta que, se diretamente a informalidade não for sinônimo de precariedade, sua expressão apresenta com grande frequência e intensidade trabalhos com direitos aviltados, mostrando nítida semelhança com a precarização.

Nesse cenário adverso, não podemos deixar de mencionar que o Brasil se deparou na última década com um significativo desmonte na legislação protetora do trabalho, evidenciado pela Lei 13.467/2017 (Brasil, 2017), que entrou em vigor em novembro de 2017 com a reforma trabalhista, que promoveu, por exemplo, o contrato de trabalho intermitente ou zero hora, em que o trabalhador fica à disposição da empresa aguardando para ser chamado, porém sem remuneração.

E, embora seus defensores argumentem que o trabalho intermitente gere a criação de milhões de empregos no Brasil, o que se viu foi que dos contratos intermitentes ativos no final de 2023, no setor privado, 41% não geraram trabalho ou renda (DIEESE, 2024b), índice bem pior em relação ao registrado em 2021 quando 20% dos contratos não geraram trabalho ou renda (DIEESE, 2023), sem contar que a remuneração mensal de contratos ativos no final de 2023 foi de R\$ 762,00; 42% inferior ao salário mínimo para o ano de 2023 (DIEESE, 2024b).

Não podemos deixar de destacar os trabalhos informais por conta própria que, em muitos casos, utilizam-se da força de trabalho familiar, além da sua própria (Antunes, 2013), e que ganham sob o capital flexível outra face, moldando a subjetividade do trabalhador, fomentando a ideia de que, trabalhando por conta própria, esse indivíduo seja o remédio da crise do desemprego estrutural.

Alves (2010) denomina de capitalismo Você S/A, forma de captura da subjetividade que se insere no movimento sociometabólico do capital, transformando o trabalhador em uma pessoa jurídica, dotada de responsabilidades fiscais e arcando com o ônus jurídico e prejuízos financeiros. Defesas sobre a forma de trabalho empreendedora demonstram-se dominantes e poderosas, fazendo com que o trabalhador se aproprie das ideias do “faça você mesmo”.

Nesse sentido, podemos destacar os efeitos da pandemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), em 2020, que ainda impacta na precarização do trabalho, trazendo mais desafios à classe trabalhadora empreendedora. Os dados evidenciam uma piora nas condições de trabalho e renda daqueles que vivem dessa forma de trabalho. Informações do DIEESE (2022) revelam que, na recuperação do trabalho, após os impactos iniciais da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), dos trabalhadores que iniciaram a ocupação por conta própria durante a pandemia, 74,2% não tinham Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e não contribuíam com a previdência social, mostrando o fosso da desproteção social.

Outro dado alarmante do referido boletim, segundo recorte do quarto trimestre de 2021, nas atividades por conta própria, os trabalhadores que se inseriram nessa ocupação

durante a pandemia tiveram seus rendimentos equivalentes a somente 69,1% dos recebidos por aqueles que começaram há dois anos ou mais.

Esses aspectos da precarização no Brasil alinham-se ao ideário neoliberal em um Estado brasileiro conduzido pela lógica capitalista, e embora haja determinantes estruturais mundiais que impactam o país, lidamos no Brasil com condicionantes conjunturais que conduzem a lógica do precário, como as disputas por projetos políticos que abalam as instituições democráticas de direito, a já citada pandemia do novo coronavírus, e uma condução de medidas que buscam flexibilizar os direitos do trabalho sob o pretexto de manutenção do emprego.

Não podemos perder de vista que existe um processo de complexificação da classe trabalhadora, ou, como descreve Antunes (2009), aqueles que vivem do trabalho, termo que confere contemporaneidade à classe e nega seu fim. Uma dessas faces da precarização contemporânea do trabalho é a uberização (Antunes, 2013). Tendência global mediada por plataformas digitais, mas não somente, que impõe uma nova forma de controle, gerenciamento e organização da classe trabalhadora envolvendo diferentes tipos de ocupações (Abílio, 2020a).

A uberização, fenômeno social que atravessou o mundo do trabalho, ganhando visibilidade com o modelo de gerenciamento e controle dos motoristas da empresa Uber, não se refere somente a essa empresa e nem se iniciou com ela, se refere a processos que geram novos modos de gerenciamento, controle e organização do trabalho (Abílio, 2020a). E que estão associados ao modelo de informalização, impondo ao trabalhador arcar com os custos e riscos despojados de seus direitos (Abílio, 2020b).

Pires e Perin (2023) tecem explicação ao mencionar que as dinâmicas vistas na plataformização do trabalho subordinam o trabalho a novos arranjos e relações de controle, guiados por algoritmos que promovem uma gestão arbitrária da força de trabalho.

Teixeira e Firmiano (2023) argumentam que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) estão conduzindo o mundo do trabalho para um novo modelo de trabalho que poderá se tornar predominante, regendo a organização e controle do trabalho por meio de plataformas digitais. Em tempo, Teixeira e Firmiano (2023) corroboram com Abílio (2020a), indicando que as contradições manifestas nesse modelo de organização e controle do trabalho constituem formas de regressão das condições do trabalho.

E para a geração de jovens trabalhadores que nasceram sob a socialização de uma racionalidade pautada no individualismo, flexibilização, empreendedorismo e meritocracia, representaria, segundo Pires e Perin (2023), o modelo ideal de trabalhador, pois estariam mais

afeitos às mudanças e inovações tecnológicas, aos desafios e riscos, com habilidades para novos aprendizados, entre outros.

É importante salientar que, em entrevistas realizadas com os jovens da Casa da Juventude, foco dessa pesquisa, e que serão analisadas no capítulo 3 deste estudo, não foram manifestadas vivências laborais em plataformas digitais, apesar de as plataformas digitais de trabalho estarem atraindo jovens em busca de inserção no mercado de trabalho aparentemente mais flexível e menos hierárquico (Pires; Perin, 2023).

Trata-se de uma significativa tendência para os jovens com recortes de classe, raça e gênero, que nos últimos anos passou a fazer parte do cenário das cidades, como os *bikeboys* e os *motoboy*s realizando atividades laborais como entregadores de aplicativos. Utilizados por demanda, constituem-se como trabalhadores na condição *just-in-time* (Abílio, 2020b), com predominância de entregadores entre 18 e 30 anos (Pires; Perin, 2023).

Abílio (2020b) destaca que a uberização pode ser reconhecida como um processo de degradação do trabalho, materializada na condição dos entregadores por aplicativos, em que o rebaixamento dos salários, a intensificação, a perda de sua identidade profissional, a ampliação do tempo de trabalho e a transferência para o trabalhador de parte da gestão do trabalho constituem subordinadamente as faces dessa forma de trabalho. Consequentemente, “há uma crescente perda de formas estáveis, reguladas ou contratualizadas das regras de definição da remuneração, da distribuição do trabalho, da duração da jornada e do que é ou não tempo de trabalho” (Abílio, 2020b, p. 580).

No entanto, apesar das características relatadas acima, é importante apontarmos de que modo essa forma de trabalho se apresenta como alternativa aos jovens em face ao desemprego estrutural em um mundo do trabalho já precarizado. Para Pires e Perin (2023), ao analisarem jovens cicloentregadores da cidade de São Paulo entre os anos de 2022 e 2023, observou que existe um sentimento de positividade associado a essa atividade laboral quando comparado às experiências laborais anteriores que os jovens tiveram, sobretudo devido a flexibilidade em relação às horas de trabalho e remuneração alcançada.

Outras características se destacam em relação ao sentimento de positividade, segundo (Abílio, 2020b), a entrada nesse mercado de trabalho não requer formação específica, exigência de experiência prévia de trabalho, processos seletivos e pouco investimento, dessa forma, para começar a trabalhar basta realizar um cadastro no aplicativo.

É nesse perfil de precariedade social que estão os jovens investigados pela Casa da Juventude, como será observado no capítulo 3, e embora nenhum jovem tenha relatado experiência em plataformas de entrega sob demanda, trata-se de uma forma de trabalho

aviltante que se apresenta como realidade cotidiana e possibilidade de renda para esses jovens.

Desse modo, constitui-se como tarefa desafiadora a proteção destes trabalhadores em face da precariedade, sobretudo pelas formas flexíveis como se constituem as relações de trabalho em um cenário atualmente de desmonte aos direitos dos trabalhadores. Para Neves (2022), o modo de produção capitalista vem destruindo constantemente os direitos sociais, como os trabalhistas, fruto de triunfos históricos da classe trabalhadora. E num mercado de trabalho como o do Brasil, sinalizado pela informalidade e precarização, esses direitos são tidos como privilégios.

3 JUVENTUDE E O MUNDO DO TRABALHO

3.1 *A Casa da Juventude de Sertãozinho*

A Casa da Juventude está situada em região periférica do município, no interior do complexo social, esportivo e cultural denominado Centro das Artes e dos Esportes Unificados (CEU)³, conhecido pela comunidade como “Ceú das Artes”, no bairro Santa Marta. O Ceú das Artes é um espaço compartilhado, vinculado às Secretarias de Cultura, Esporte e Assistência Social, que oferece atividades culturais, esportivas e sociais à população do município.

A Casa da Juventude foi criada pela Lei nº 5250 de 01 de setembro de 2011 e tem como objetivo ser um centro de referência de políticas públicas de juventude, deve atuar na defesa de seus direitos, na construção da autonomia e emancipação, no processo de individualização e socialização (Sertãozinho, 2011).

A referida Lei de criação ainda cita que o equipamento deve ter um espaço físico adequado para poder materializar projetos e permitir que o jovem possa buscar apoio, qualificação, orientação e informação. Possibilitando a este manifestar suas dificuldades e necessidades a fim de construir referências individuais e coletivas.

³ Regulamentado pelo Decreto nº 5976, de 10 de janeiro de 2014 (Sertãozinho-SP, 2014).

Foto 1 - Fachada da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP.



Fonte: Sertãozinho, 2021a.

É importante salientar que, no Brasil, segundo o Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852 de agosto de 2013 (Brasil, 2013), a faixa etária considerada jovem engloba o segmento populacional de 15 a 29 anos. Novaes et al. (2006) vão apontar que o Brasil tende a usar o padrão internacional composto por uma divisão em 03 grupos: os jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, chamados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, denominados jovens-adultos.

Dessa forma, a Casa da Juventude segue as diretrizes federais acerca do Estatuto da Juventude, um importante instrumento legal que também versa sobre as diretrizes e princípios que irão balizar as políticas públicas de juventude. O documento ainda prevê 11 direitos específicos para a juventude que devem ser promovidos e garantidos pelo Estado brasileiro, além de estabelecer um Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Brasil, 2013), que busca a organização e a articulação entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e a sociedade civil com o propósito de promover políticas públicas de juventude.

A respeito da Casa da Juventude ser ou não identificada como serviço específico que compõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), a lei de criação do equipamento não menciona sua implementação como um serviço típico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 1993). Apesar disso, é importante elucidar que a lei que cria a Casa da Juventude, em seu artigo 1º, institui o serviço como parte da estrutura da Secretaria de Assistência Social (Sertãozinho, 2011), ou seja, o equipamento social é componente da rede de proteção socioassistencial do município.

Desse modo, podemos acrescentar um ponto importante para essa discussão, que diz respeito às atividades executadas pela Casa da Juventude e que convergem com as ações definidas pela tipificação em relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Além de contemplar a faixa etária definida pelo SCFV, a Casa da Juventude realiza atividades em grupo alinhadas com a descrição geral e específica do Serviço de Convivência voltadas para jovens de 15 a 17 anos, bem como para jovens de 18 a 29 anos.

O SCFV compõe a Proteção Social Básica⁴ do SUAS. Essa proteção é descrita como de “caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades [...] para o enfrentamento da vulnerabilidade social⁵” (Brasil, 2014, p. 16).

O equipamento já contou, no passado, com ações preventivas mais direcionadas ao uso problemático de álcool e outras substâncias psicoativas, deixando esse foco a partir da criação, no município, do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS – AD), em 2015 (Sertãozinho, 2015). Ademais, a Casa da Juventude possui atendimento de portas

⁴ Segundo a PNAS (2005, p. 33), “a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

⁵ A concepção de vulnerabilidade social é multifacetada, perpassando a “[...] privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social” (Brasil, 2005, p. 92).

abertas, ou seja, o jovem é atendido ao chegar no equipamento, seja via demanda espontânea ou encaminhado por outros serviços, não sendo necessário agendamento prévio.

Abaixo podemos notar a entrada da Casa da Juventude, por onde os jovens acessam o equipamento. Destaque para a sala multiuso ao fundo, utilizada para atividades de formação e convivência com os jovens.

Foto 2 - Entrada da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP.



Fonte: Sertãozinho, 2021b.

Além dos atendimentos supracitados, a Casa da Juventude promove ações voltadas à qualificação e capacitação profissional, além de atividades de formação cidadã por meio de cursos ou ações gratuitas fomentadas pela própria Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar ou mediante parcerias estabelecidas com as instituições de formação profissional e/ou educacionais (Sertãozinho, 2021b).

Outra ação que se destaca é o “Projeto Juventudes no Whatsapp (PJW)”, que funciona como um atendimento digital complementar ao atendimento presencial. Essa iniciativa própria da Casa da Juventude iniciou em 2020 como alternativa às medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), lei federal n. 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, tornando-se uma importante ferramenta de diálogo com os jovens durante a pandemia (Sertãozinho, 2021b).

Com o passar dos anos, o PJW foi se expandindo e hoje é fundamental para o serviço no fortalecimento dos vínculos com os jovens. Após o atendimento presencial, o jovem é inserido no PJW da Casa da Juventude e, por meio de um mapeamento realizado pela equipe, o jovem passa a receber as divulgações de cursos gratuitos, atividades culturais e esportivas, vagas de empregos e demais publicações pertinentes à juventude, tanto promovida pela prefeitura quanto por instituições públicas de ensino e formação profissional.

Além disso, o jovem pode entrar em contato com a equipe do equipamento, seja em decorrência das publicações ou manifestando outras demandas e particularidades, recebendo orientações e elucidações sobre acesso a direitos e outras políticas sociais, inscrições em algum processo seletivo para cursos, orientações sobre o mercado de trabalho, retorno à educação básica, entre outras demandas que possam surgir.

Em 2024, com a finalidade de conhecer quem são os jovens que buscam o referido equipamento social, foi elaborado pela Casa da Juventude, à qual este pesquisador esteve à frente, o levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]). As informações do levantamento foram obtidas a partir das fichas de atendimento entre os períodos de 04 de janeiro de 2019 a 04 de abril de 2024, mostrando que 520 jovens estavam vinculados ao serviço (Sertãozinho, [2024b]).

Em consulta ao citado levantamento, os dados apontaram que a maior incidência de busca pela Casa da Juventude é por demanda espontânea, representando 79% (Sertãozinho, [2024b]). São jovens que buscam o serviço não encaminhados pela rede socioassistencial ou por outras políticas sociais, mas que em sua grande maioria chegam sozinhos ao equipamento indicado por amigos.

Esses dados não representam necessariamente que os equipamentos sociais da assistência social ou de qualquer outra política social falham em encaminhar esses jovens ou que as pessoas de referência legal desses jovens negligenciam o acompanhamento.

É fundamental ressaltar que os jovens possuem suas próprias questões e particularidades, e isso não quer dizer que suas demandas são em sua totalidade representadas por suas pessoas de referência ou equipamentos sociais. É possível que se sintam mais inclinados quando um “igual” indica que compareçam ao equipamento, ou seja, um outro jovem que compartilha de sentimentos, inseguranças e aspirações similares.

Segundo Freitas et al. (2018), entre amigos, o sentido de igualdade transforma a amizade numa relação simétrica e horizontal, um afeto mútuo e recíproco, gerando uma expectativa de que os amigos apoiem uns aos outros, e de que suas esperanças e anseios sejam validadas consensualmente.

H. Abramo (1997) e Groppo (2017) apontam que os pensamentos tradicionais sobre a juventude se dirigem para uma vertente funcionalista, onde o jovem adquire uma posição secundária na socialização com a sociedade, entendida como fase da vida onde o jovem socializa com instituições sociais em continuidade ao que já ocorria na infância, com a finalidade de adquirir valores e rotinas como uma preparação para a vida adulta.

Nessa perspectiva, segundo os autores, não ocorre o reconhecimento dos jovens como sujeitos sociais com vivências e particularidades próprias, o jovem é visto como incompleto, aquele que aguarda uma complementação por parte das expectativas dos adultos, um vir a ser adulto.

Dessa forma, quando não adquire e/ou reproduz aquilo que lhe é condicionado a adquirir pelas experiências dos adultos, é visto como indivíduo com comportamento desviante. Conforme afirma H. Abramo (1997), o jovem é visto no processo de integração como objeto de falha, desvio ou disfunção, sendo caracterizado como um problema social.

É importante salientar, segundo Caccia Bava Júnior (2004), que ficam à margem da percepção sobre as formas de concepção da juventude, as capacidades de criação, de transformação, de afirmação cultural coletiva, de contestação e de resistência política que são características dos jovens.

Sendo assim, esse olhar desfocado para as falhas no dito processo de integração social para a vida adulta reforça estereótipos morais do comportamento dos jovens ao taxá-los como irresponsáveis, baderneiros e sem preocupações com seu futuro, desconsiderando suas angústias e potencialidades, e o que se torna preocupação social acaba sendo as falhas e

ajustes no processo de desenvolvimento do jovem (Abramo, H., 1997), não suas próprias especificidades como sujeitos sociais.

Foi observado no levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), que as idades mais prevalentes são 18, 17 e 19 anos, com percentuais de 15,1%, 13,8% e 12%, respectivamente, do total de jovens vinculados. O levantamento acima citado registra que a busca pelo equipamento social acontece já aos 14 anos, mostrando que a preocupação dos jovens precarizados em relação a qualificação e trabalho começa ainda antes do início da juventude (Sertãozinho, [2024b]). Gracioli (2009) corrobora com esse argumento, afirmando ser na categoria social juventude que a construção de significados e perspectivas de futuro é mais intensa.

As idades predominantes que buscam a Casa da Juventude podem sugerir que os jovens observam o equipamento como um ponto de apoio para acesso ao mercado de trabalho, incluindo cursos de qualificação em um momento da vida em que estão atingindo a maioridade civil, uma vez que o levantamento indica que as principais demandas pela busca da Casa da Juventude são por acesso ao trabalho, renda e qualificação (Sertãozinho, [2024b]).

No entanto, observa-se também uma queda vertiginosa na busca pelo equipamento a partir dos 24 até 29 anos, sendo 24 anos (3%), 25 anos (2,8%), 26 anos (2,6%), 27 anos (1,7%), 28 anos (1,6%) e 29 anos (0,6%), do total de jovens, destacando uma possível perda da referência do serviço para esses jovens.

Podemos apontar para alguns fatores que podem levar ao distanciamento da Casa da Juventude nesse recorte, um deles é em relação à idade. Como observado, na medida em que a idade avança, maior é o distanciamento. Isso pode ser explicado, conforme mostra Andrade (2016), pelo conjunto de alterações que ocorrem nessa fase do desenvolvimento. Segundo a autora, a vida do indivíduo vai ganhando mais sentido na medida em que a construção da identidade e o desenvolvimento do autoconceito vão sendo incorporados às experiências pessoais.

Outro ponto que pode descrever essa realidade é o fato de suas dinâmicas de vida ganharem um sentido maior de autonomia, seja em relação aos seus relacionamentos, aos estudos e às possibilidades de trabalho que encontram, permitindo uma maior liberdade em suas escolhas. Nos estudos de Seidl-de-Moura et al. (2017) sobre concepções de autonomia, foi observado que, depois dos 20 anos, e que se estende após os 29 anos, a categoria mais citada entre os participantes foi o senso de liberdade, em referência à autonomia.

Declararam-se pretos 19,5% e pardos 53,4%, totalizando 72,9% de pretos e pardos que buscam a Casa da Juventude, o que são dados significativos, pois a Casa da Juventude está

localizada em área periférica do município, onde estão, predominantemente, essas populações. Outros dados compõem o levantamento, como: declararam ter filhos 15,2% dos jovens, serem pessoas com deficiência (PCD), 2,3%. Em relação à orientação sexual, 5,4% declararam-se Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais,

Pan, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+).

O levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” também mostrou informações da realidade socioeconômica da família dos jovens com o objetivo de conhecer sua situação social. Foi utilizado como coleta de dados as informações do Cadastro Único do Governo Federal, CadÚnico, que tem a finalidade de caracterizar e identificar famílias de baixa renda, entre outras ações (Brasil, 2025). Destaque para 31% dos jovens da Casa da Juventude em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 109,00 (valor de referência para o ano de 2024) (Sertãozinho, [2024b]).

Os dados acima apresentam uma contradição quando observamos o PIB per capita do município para o ano de 2021, que foi de R\$ 55.352,42, conforme o Portal Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), informando também um total das receitas brutas realizadas no valor de R\$ 816.627.628,22 para o ano de 2023 (IBGE, 2023).

A situação de extrema pobreza vivenciada pelos jovens da Casa da Juventude alinha-se aos dados já emitidos pelo IBGE em 2010, último ano apresentado, em seu Portal Cidades (IBGE, 2023), que traça um perfil dos municípios brasileiros, e que embora não traga dados sobre a situação de extrema pobreza da população, mostra que o percentual dos munícipes com rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, salário referente a 2010, foi de 33,3% da população da cidade, e apesar de não serem atualizados, esses dados expressam as desigualdades na distribuição de renda do município.

O território de origem dos jovens que buscam a Casa da Juventude também foi um dos dados apresentados pelo levantamento, tendo como referência os bairros referenciados a cada Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município (Sertãozinho, [2024b]). O CRAS executa serviços da proteção social básica, é um espaço público estatal de base territorial situado em área de vulnerabilidade social, “atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (Brasil, 2005, p. 35).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2005) define que para municípios de grande porte, ou seja, com mais de 100 mil habitantes, como no caso de Sertãozinho, são exigidos no mínimo 04 CRAS, cada um sendo referenciado por até 5.000 famílias. A cidade de Sertãozinho conta hoje com 05 CRAS distribuídos por áreas de

vulnerabilidade social, sendo um desses localizado no distrito de Cruz das Posses. Os CRAS II e V contam também com núcleos de apoio descentralizados em seus respectivos territórios de abrangência (Sertãozinho, [2025a?]).

Dessa forma, o “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” mostrou que os jovens provêm dos territórios mais próximos da Casa da Juventude, e considerando que o equipamento está localizado no território de abrangência do CRAS 1, a distribuição das demandas ficou do seguinte modo: CRAS 1 (63,4%), CRAS 2 (17%), CRAS 5 (10,1%), CRAS 3 (8,7%), CRAS 4 (0,8%), este último localizado no distrito de Cruz das Posses (Sertãozinho, [2024b]).

Assim, a partir desses dados, podemos destacar a importância de espaços de socialização para a juventude nos seus territórios de vivência, e como a relação de pertencimento com o equipamento também se constrói a partir de um acesso mais próximo, reduzindo o distanciamento geográfico visto como uma barreira social, uma vez que esses jovens buscam o equipamento caminhando ou utilizando-se de bicicletas, quando as têm, alternativa ao precário transporte coletivo municipal.

Araújo et al. (2011) destacam a relação entre baixa renda e mobilidade, afirmando que famílias de renda baixa têm uma mobilidade urbana limitada, acessando menos os espaços, tendo que realizar vários deslocamentos penosos para chegar ao seu destino final frente à precariedade do transporte coletivo.

Os autores mencionam ainda que o planejamento do sistema de transporte coletivo nos municípios não tem considerado outras necessidades, atuando somente na mobilização da força laboral. Sua função “passa a ser a de disponibilizar a força de trabalho ao capital, nas diferentes regiões produtivas da cidade, deixando de lado necessidades básicas do trabalhador como escola, saúde e lazer” (Araújo et al., 2011, p. 581).

3.2 A cidade de Sertãozinho: aspectos gerais das relações laborais

Caminhando pela região periférica da cidade, mais especificamente no bairro próximo à Casa da Juventude, é possível visualizar a alta chaminé de tijolinhos que se revela como resquício simbólico da antiga usina Santa Lúcia, fundada em 1947, e que outrora fez parte do cenário canavieiro do campo, chegando a produzir 90 mil sacas de açúcar por ano (Nascimento, 2017a).

Foto 3 - Chaminé de tijolinhos da antiga Usina Santa Lúcia em Sertãozinho/SP.



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 2025.

Hoje, essa antiga região canavieira deu lugar a bairros onde a população urbana reside, e a presença dos jovens em vulnerabilidade social que habitam essas regiões não está descolada do processo de formação do município e suas relações laborais. Desse modo, descrever Sertãozinho se faz necessário para conhecermos como o mundo do trabalho se relaciona com os jovens e como as possibilidades de trabalho se apresentam.

Localizada a nordeste do Estado de São Paulo, Sertãozinho é conhecida nacionalmente por ser uma grande produtora de etanol (Sertãozinho, [2024a]), sendo um polo de

desenvolvimento da agroindústria e da agricultura canavieira, sobretudo na segunda metade do século XX, não somente pelas suas plantações e produção de álcool, mas também pela produção de equipamentos industriais, caracterizando, segundo Nascimento (2017a), a cidade onde boa parte das usinas instaladas no país foram fabricadas.

Sua história, assim como a de muitos outros municípios brasileiros, foi marcada por processos sócio-históricos movidos por necessidades locais, sejam elas econômicas, políticas e culturais, além de conjunturas nacionais específicas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2023), a área territorial de Sertãozinho é de 403.089 km². A cidade está localizada na região de Ribeirão Preto, englobando 34 municípios, faz divisa com os municípios de Pontal, Jardinópolis, Guariba, Barrinha, Jaboticabal, Pitangueira e Ribeirão Preto, estando a 325 km da capital do Estado de São Paulo.

A cidade encontra-se a 21 km da grande cidade de Ribeirão Preto-SP, conta com esgotamento sanitário de 99,3%, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), para o ano de 2010, último ano apresentado pelo IBGE, foi de 0,761 (IBGE, 2023), esse índice, considerado alto, vai espelhar os desafios e especificidades da cidade para o desenvolvimento humano no Brasil.

Segundo a própria Prefeitura Municipal de Sertãozinho, como descrito em seu sítio eletrônico, podemos observar que o município dispõe de um parque industrial tecnológico significativo, além do setor de agricultura canavieira com grande produção de açúcar e álcool, fazendo com que seja considerada uma das cidades mais relevantes da região (Sertãozinho, [2024a]).

A população do município conta com 126.887 habitantes. Destaque para a população jovem do município, que representa 26.907 habitantes, correspondendo a 21,2% dos munícipes, sendo 51,1% de homens jovens e 49,9% a população de mulheres jovens. Ainda sobre esses dados, são 8.303 o número de jovens de 15 a 19 anos, representando 30,8% em relação à população jovem; seguidos por 9.053 os de jovens entre 20 e 24 anos, retratando 33,6% e de 9.551 os jovens na faixa etária de 25 a 29 anos, equivalente a 35,5% no que diz respeito à população jovem (IBGE, 2023).

O município surgiu da Fazenda do Sertãozinho do Mato Dentro, a partir de uma comitiva liderada por João Manuel Pontes, saído de Minas Gerais. Sertãozinho já foi distrito de Ribeirão Preto em 1871, quando o município de Ribeirão foi criado; fez parte também da área de Mogi Mirim, até 1841, assim como de Casa Branca, até 1865 (Sertãozinho, [2024a]).

Sertãozinho, que até então constituía-se distrito de Ribeirão Preto, e chamava-se “districto de paz da Aparecida do Sertãozinho” [aspas nossas], emancipa-se através do Decreto Estadual nº 463 de 5 de dezembro de 1896 (São Paulo, 1896). Em seu processo de formação, “foi chamada Capela, depois, Engenho Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho, também, Aparecida de Sertãozinho, para, mais tarde, receber o nome de Sertãozinho” (Borin, 2011, p. 124), elevada à condição de cidade pela Lei Estadual 1.038 de 19 de dezembro de 1906 (São Paulo, 1906), que dispõe sobre a organização municipal.

Borin (2011) vai elucidar que a região não estava totalmente desocupada, habitavam indígenas caiapós que sobreviviam da caça e da pesca, bem antes da fundação e da chegada dos fazendeiros, escravos e imigrantes onde hoje está o município de Sertãozinho. Ianni (2004) descreve que criadores, comerciantes e agricultores ocuparam a área desde meados do século XIX, oriundos das vizinhanças de Minas Gerais, do oeste paulista e de outras partes.

Durante o processo de formação municipal, também estava em curso a expansão da agricultura cafeeira, que iniciou seu ciclo por volta de 1880, indo até 1930, com altos e baixos em sua produção (Ianni, 2004). Nascimento (2017b) argumenta que a grande produtividade e expansão da cafeicultura não se deu somente pelas qualidades do solo de terra roxa, mas que o trabalho livre assalariado, o sistema de colonato e a participação dos imigrantes foram fatores fundamentais para a produtividade.

Destaca-se que a diversificação das monoculturas ou policulturas também era uma realidade devido às crises de produção nas fazendas, sendo o café a grande economia do município. Cana-de-açúcar, criação de gado, plantações de arroz, farinha de mandioca, milho, algodão, entre outras, concorriam nas fazendas com o café, sobretudo como alternativas às crises de superprodução do café, mas também devido a fatores climáticos como secas, geadas e empobrecimento da terra.

Para se ter uma ideia de como a policultura já estava presente no início do século XX, segundo o Almanaque de 1905 do município de Sertãozinho (Martins, 2004), havia 73 fazendas que tinham na produção de café sua economia principal, porém existia também, naquele ano, 33 engenhos instalados no município com produção de rapadura e aguardente e 15 fazendeiros que plantavam cana. E, apesar disso, Ianni (2004) expõe que a produção cafeeira predominou sobre todas as outras: algodão, cana, gêneros alimentícios etc. desde fins do século XIX e ao longo das três primeiras décadas do século XX, marcando categoricamente a vida econômica, política e social do município.

Ianni (2004, p. 10) argumenta, ao analisar a história social, política e econômica do município de Sertãozinho, que:

À medida que a formação social capitalista se constituía e generalizava, com base na forma de trabalho fornecida pelo trabalhador livre, extinguiu-se a escravidão, intensificava-se a imigração de trabalhadores e expandiam-se os cafezais. Sertãozinho formou-se com a expansão do capitalismo no mundo agrário. E exprimiu bastante bem o caráter da economia e sociedade construídas pela cafeicultura no oeste paulista.

Nesse sentido, a urbanização do município foi estimulada pelo desenvolvimento da cafeicultura e favorecida pelas ferrovias, como a Companhia Paulista chegando a Barrinha e a Companhia Mogiana vinda de Ribeirão Preto, com destaque para a participação dos imigrantes no trabalho nos cafezais e na urbanização, principalmente italianos. Para ter uma noção, com a expansão cafeeira, segundo Ianni (2004), entre os anos de 1901 até 1940, entraram na cidade de Sertãozinho 18.911 imigrantes e trabalhadores nacionais.

Para Nascimento (2017b), os produtores de café não observavam os imigrantes italianos europeus somente como força de trabalho ajustada aos novos tempos, mas possivelmente, segundo o autor, amparavam-se em teorias a respeito do branqueamento da população brasileira através da imigração de europeus, ideias sustentadas sobre a modernização ocorrida na primeira metade do século XX.

A relação contratual na cafeicultura se desenvolveu pelo colonato, prática generalizada e conveniente para o fazendeiro, ou seja, o trabalhador desde cedo mantinha uma relação social subalterna e espoliativa, muitas vezes envolvendo a família na produção da cafeicultura. O colono, um trabalhador livre considerado de tipo especial, que vende sua força de trabalho, conforme assinala Ianni (2004), sobretudo imigrantes italianos, não pagava o aluguel da residência, mas já se encontrava endividado com os créditos fornecidos pelo fazendeiro e as exigências estabelecidas pelo contrato do colonato.

Oliveira (2003) chama a atenção para a função da agricultura de subsistência para a acumulação do capital, apontando que a expansão cafeeira inicial contou com a agricultura de subsistência dos colonos para fornecer os alimentos, porém, após, era incorporada pela cultura cafeeira.

O morador que ocupa aquela terra desfloresta, limpa a terra e inicia o cultivo provisório das lavouras de subsistência. No entanto, também é nesse processo que ele prepara as terras para a cultura permanente ou para a formação de pasto, em terras que não são dele, mas do proprietário (Oliveira, 2003).

Nesse sentido, argumenta o autor, a agricultura atrasada, considerada subdesenvolvida e dita causadora do atraso do país, na verdade, financiava a agricultura moderna e a industrialização (Oliveira, 2003).

Em suas próprias palavras, defende o autor:

[...] as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não-reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana (Oliveira, 2003, p. 129).

Desse modo, do final do século XIX até 1929, ano de derrocada da expansão cafeeira, o café impeliu a movimentação das forças produtivas no município, cenário que mudou com a crise mundial.

Segundo o Centro Municipal de Memória (Sertãozinho, [202-]), a cana-de-açúcar ganha espaço na primeira metade do século XX, diversificando a produção econômica, como já dito, pois existia no município uma prática da produção canavieira que ficou restrita até antes dos anos 1930 pela economia cafeeira (Nascimento, 2017a), destravada em decorrência da crise mundial de 1929.

O ciclo da cana-de-açúcar expande-se em 1944 até por volta de 1974, período em que a produção de cana-de-açúcar superou a produção de café, crescendo tanto em área plantada quanto em volume de produção, provocando mudanças no sistema econômico, social e político do município, seja no campo ou na cidade. Em 1974, por exemplo, a cana-de-açúcar correspondia a 86,38% da área plantada no município (Ianni, 2004).

Foi realmente acelerada a expansão da agroindústria açucareira de Sertãozinho, ao longo dos anos 1944–1974. Em termos de área plantada, a área da cana ultrapassa o café, em 1944, e o café e o algodão, em conjunto, em 1953. Em 1956, a área cultivada com cana chegava a 12.000 hectares, ao passo que o café e o algodão cobriam 4.900 hectares. Em 1956, havia em Sertãozinho sete usinas de açúcar e 5 engenhos de aguardente (Ianni, 2004, p. 41).

Ianni (2004) salienta a necessidade de se entender a dinâmica de uma usina enquanto uma indústria no campo encarregada de processar a cana-de-açúcar, seja as plantações dos canaviais da própria usina ou as plantações associadas de fazendeiros e sitiantes.

Em Sertãozinho, em 1975, 05 usinas estavam em funcionamento no município, a saber: Usina Albertina S.A, Usina Santa Elisa S.A, Usina São Geraldo S.A, Usina São Francisco S.A e Usina Santo Antônio, cujos produtos industrializados transformam-se em diversos tipos de açúcares e álcool, seguindo a lógica de uma produção industrial. E ainda que estejam lá os processos químicos e físicos, o que se evidencia são os maquinários e o processamento maquinizado (Ianni, 2004).

Essa lógica industrial das usinas, afirma o autor, não faz subsumir somente a força de trabalho inserida em complexa divisão social do trabalho da espoliação industrial, mas também impacta os fazendeiros associados, às terras dos canaviais e os operários rurais, impondo aos canaviais e aos trabalhadores as determinações da usina em detrimento da lógica

da produção no capital, inclusive no que se refere aos estímulos intencionalmente provocados para acelerar o plantio e a colheita diferentes do movimento da natureza.

Na verdade, trata-se da continuidade do mesmo padrão de desenvolvimento típico das economias coloniais, ou seja, significa a reprodução de um modelo de desenvolvimento econômico dependente, essencialmente destrutivo, que combina não só a aplicação tecnológica da ciência com as estruturas arcaicas da colonização, mas se caracteriza também pela permanente ampliação da monocultura, do latifúndio e do trabalho escravo (Santos, 2017, p. 77).

As usinas, gigantescos centros de produção que impressionam os olhos de quem se depara com elas, deixando a sensação de que estamos diante de um imenso complexo industrial, são caracterizadas por Ianni (2004) como uma fábrica que está fora do lugar, ou seja, ao invés de estarem na cidade, estão no campo. Segundo Ianni (2004), nas usinas, o capital agrário e o capital industrial ganham aspecto de modelos associados, um integrando o outro.

De longe, vista no campo, a usina parece engolida pelo canavial; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital *agrário* as suas cores e os seus matizes (Ianni, 2004, p. 52, grifos do autor).

Ianni (2004) aponta para alguns aspectos do impacto da produção da cana na sociabilidade do município, como 1) concentração da propriedade privada, com as pequenas e médias burguesias agrárias capturadas pelo modelo político-econômico do novo sistema agroindustrial comandado agora pelo usineiro, 2) a criação de um setor industrial para atender as demandas canavieiras de produção e reparos de equipamentos, 3) mudanças na composição interna do proletariado com aumento progressivo de proletários temporários e residentes na região periférica da cidade.

É relevante destacar que as passagens sazonais da produção canavieira com as safras e entressafras geram movimentos mais intensos na colheita e produção, com fluxo constante de caminhões e operários oriundos de outros municípios e/ou Estados para trabalharem no corte da cana ou nas usinas, provocando um rearranjo na dinâmica populacional do município.

[...] significa que o desenvolvimento da agroindústria canavieira na região reestruturou o modo de vida e organização do trabalho na medida em que deslocou parcelas significativas da população do campo para a cidade. Assim, além da expulsão do campo pela expansão de processos mecanizados de trabalho, característica inerente ao desenvolvimento do agronegócio canavieiro até hoje, verificamos também o aumento paulatino da população urbana sertaneza, decorrente da transferência para fora das terras das usinas e dos canaviais de uma parte significativa da força de trabalho permanente e temporária antes ocupada no interior das usinas, isto é, nas colônias (Santos, 2017, p. 84).

Ianni (2004) vai acrescentar que, em larga escala, a produção canavieira impõe novos desafios à classe trabalhadora, seja através da apropriação das áreas do campo, seja pela ampliação dos métodos de mecanização, em um processo que vê nos anos de 1960 a população urbana ultrapassar a população rural.

Isso não significa, segundo Firmiano (2022), que a mecanização elimina por completo a necessidade do trabalho manual braçal, rompe sim, com as dinâmicas dos trabalhos sazonais, pois a mecanização não concede a completa troca do trabalhador por maquinário em nenhum de seus processos produtivos.

A dinâmica impulsionada pelo ciclo da cana-de-açúcar também alterou a produção das demais atividades agrícolas no município, devido às exigências do capital empregado na agroindústria canavieira com investimentos em tecnologias, máquinas e equipamentos.

Fazendeiros que produziam amendoim, arroz, soja, milho e outros, tiveram que se remodelar e dinamizar suas atividades para auferir lucros maiores ou similares, redefinindo inclusive a força de trabalho no município (Ianni, 2004). O autor traz um dado interessante sobre os avanços das tecnologias poupadoras da força de trabalho no campo, afirmando que, no período entre 1940 e 1972, a força de trabalho do segmento agrícola no município pouco cresceu; contudo, nessa mesma época, cresceu na agroindústria canavieira a quimificação e a maquinização.

Firmiano (2014) elucida esse processo de modernização do campo, apontando que, ao invés de livrar os trabalhadores da miséria laboral do campo, impôs uma intensificação de produtividade ainda maior. O autor descreve que na década de 1950, o corte manual da cana era de 3 toneladas por dia, saltando para 6 toneladas/dia em 1980, e que na atualidade, esses números sobem assustadoramente para uma variação entre 12 e 17 toneladas/dia.

Em suas próprias palavras, Firmiano (2014, p. 130) afirma que:

[...] mesmo com a modernização das relações sociais de produção e a mecanização das lavouras, o setor sucroalcooleiro não foi capaz de eliminar o padrão de desgaste do trabalhador do corte da cana-de-açúcar. Ao contrário, ao torná-lo mais produtivo, tornou-o também mais degradante e precarizado.

A modernização no campo também estimulou as demandas para as oficinas de fornecimento de equipamentos e serviços de manutenção, obrigando-as a se aperfeiçoarem em direção ao desenvolvimento agroindustrial e industrial no município (Nascimento, 2017b).

Dessa forma, as atividades canavieiras, assim como as oficinas manufatureiras, foram o estímulo para a indústria de Sertãozinho. Nascimento (2017b) faz uma distinção ao argumentar que as oficinas não podem ser caracterizadas como fábricas industriais, pois nas

oficinas de manufatura o trabalho era dependente do saber técnico do proprietário, já na produção industrial é necessária a organização técnica dos operários e do trabalho, tornando-se, segundo o autor, inconcebível pensar em indústria ao referir-se às oficinas em Sertãozinho (Nascimento, 2017b).

Ianni (2004) mostra que a produção industrial aumentou e diferenciou-se da expansão canavieira, atendendo parte das demandas rurais e urbanas do município. Desse modo, segundo o autor:

Desenvolveram-se as indústrias de produtos alimentares, bebidas, mobiliário, material de transporte e vários outros. Em especial, desenvolveram-se as indústrias mecânicas e metalúrgicas, além das alimentares. Há uma progressiva expansão das atividades industriais em Sertãozinho. Note-se que aumentou de 33 o número de estabelecimentos industriais, em 1940, para 172, em 1973 (Ianni, 2004, p. 43–44).

Apesar do avanço tardio da indústria numa conjuntura desenvolvimentista de intervenção do Estado no fomento à industrialização brasileira, o choque do petróleo em 1973, que elevou os preços dos barris e gerou uma instabilidade internacional, fez com que o Estado interviesse novamente na produção interna, uma vez que a crise impactou significativamente a economia nacional, que do petróleo que consumia, importava entre 70% e 80% (Nascimento, 2017a).

O que gerou o desenvolvimento de alguns programas de estímulos à produção nacional. Destaque para o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), do governo federal, que, além de impulsionar o setor sucroalcooleiro a partir de 1975, tinha como propósito nacional, segundo Nascimento (2017a): economizar divisas, evoluir a tecnologia nacional, reduzir a dependência externa de combustível, interiorizar desenvolvimento, estimular o crescimento da produção de bens de capital e fomentar emprego e renda.

No entanto, apesar de uma fase de produtividade para a agroindústria, a desaceleração marca a crise na indústria de Sertãozinho. Ramos e Souza (2005) mostram que, no período de efetivação do Proálcool (1975–1979), as indústrias de metal-mecânica instaladas eram superiores a 200 estabelecimentos no município, totalizando 53,05% do parque industrial.

Já no período posterior da fase do Proálcool (1980–1985), ocorre uma expansão das usinas no município, porém não se observa essa ampliação no número de unidades industriais, representando pouco mais de 100 estabelecimentos instalados, em um período considerado de aceleração pelo Proálcool. E na terceira fase (1986–1990), as unidades produtivas não ultrapassam 150 estabelecimentos, não ocorrendo um cenário de diversificação da indústria em Sertãozinho.

É crucial destacar que nesse período está em curso no país a reestruturação produtiva, que de forma desigual e restrita (Alves, 2000; 2007), impactou nas transformações no mundo do trabalho com demissões em massa, aumento significativo da precarização do trabalho como as terceirizações, desregulamentações trabalhistas e abertura ao mercado externo, além de novos modelos de organização técnico-produtivos flexíveis, como descrito no capítulo anterior.

A indústria foi impulsionada a adequar-se às novas exigências e concorrências do mercado mundial. Seguiu a lógica da racionalização neoliberal de um capital flexível e financeirizado. Isso representou para os metalúrgicos de Sertãozinho, como estratégia do capital para reduzir custos e manter os lucros, desemprego em massa e precarização das condições de trabalho (Santos, 2017).

Fortes greves marcaram no final da década de 1980 o ambiente industrial de Sertãozinho por melhores salários e condições de trabalho, um exemplo disso é o grupo Zanini em Sertãozinho, que se constituiu como um dos principais grupos financeiros-industriais do Estado de São Paulo, possuindo inclusive reconhecimento internacional no setor, com 24 empresas compondo seu conglomerado, que teve como resultado das transformações do mundo do trabalho demissões em massa de mais de 220 trabalhadores (Santos, 2017).

A reestruturação produtiva, ao lado do receituário neoliberal, a partir dos anos de 1990, coloca o setor industrial de Sertãozinho sob a lógica do capital da empresa enxuta, flexível e regida pelo modelo de organização produtiva toyotista. Processo este descrito no capítulo anterior.

Esses mecanismos de reestruturação fomentaram a ampliação do setor de metal-mecânica, promovendo novos contornos para o cenário da indústria de Sertãozinho. Para se ter uma ideia, entre os anos de 1991 e 1999, houve um crescimento na ordem de 80%, e de 49% o número total de estabelecimentos (Ramos; Souza, 2005).

Ramos e Souza (2005) ainda complementam ao detalhar o crescimento de outros segmentos industriais, descrevendo que:

[...] refere-se ao processo de diversificação da base produtiva espelhada no aumento do número de estabelecimentos no subsetor da indústria de madeira e mobiliário em 43%; no subsetor das indústrias de papel, papelão, editorial e gráfica em 50%; nas indústrias químicas, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria em 69%, e, no subsetor das indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico em 42%, para o mesmo período (Ramos; Souza, 2005, p. 12300).

Assim sendo, esse percurso das forças produtivas retratado nessa seção, trazendo inclusive alguns elementos históricos da formação do município, é essencial para olharmos para a cidade considerando os segmentos que se fortaleceram ao longo do desenvolvimento do mercado de trabalho do município, como a industrial vinculada ao setor de cana, apontando para um cenário que “aparece” como possibilidade de trabalho para os jovens analisados por esta pesquisa, mas que não se apresenta como algo concreto na vida dos jovens.

Assim, visamos apresentar ao leitor a percepção de que o município e sua forte agroindústria canavieira, conhecido como capital do etanol, também está inserido no movimento de reestruturação produtiva do capital, e sua lógica neoliberal. Contudo, o setor industrial, mostra-se como um campo de possibilidade para o contrato formal, tendo em vista também que alguns ramos da indústria do município ainda remuneram melhor.

Essa afirmação marca a experiência do jovem e será abordada nas próximas seções quando analisarmos as respostas dos jovens entrevistados e suas opiniões sobre a importância para eles do trabalho com carteira assinada, bem como suas vivências em trabalho informal.

3.3 Os jovens em face do excludente e precário mundo do trabalho

A juventude vivencia a realidade de modos distintos, pois ser jovem da classe trabalhadora é experimentar as contradições vividas pela classe. Esses contrastes impelem jovens precocemente a lançarem-se no mercado de trabalho devido à sua posição social permeada por uma sociabilidade estruturalmente desigual, como discutido por Melsert e Bock (2015).

Figuram entre aqueles que vivem do trabalho, conceito trabalhado por Antunes (2009) que expressa a profundidade da classe trabalhadora e nega o seu fim. Em outras palavras, Antunes e Alves (2004) descrevem novas dinâmicas do sistema produtivo vigente, mostrando que a forma de ser da classe trabalhadora hoje é complexa e heterogênea. Andrade (2008), Maia e Mancebo (2010) acrescentam a essa interpretação, destacando que o trabalho ainda é visto como espaço de socialização e perspectivas de futuro para os jovens.

Conforme destacado por Lourenço (2014), o trabalho precoce, expressão do modo de produção capitalista, é naturalizado na sociedade por discursos ideológicos, necessidades materiais do jovem e da família, além do abandono do Estado. Discuti-lo somente pela perspectiva da família ou das condições de pobreza não contempla o todo de seu

entendimento e, segundo a autora, é necessário compreender que o capitalismo, além de criar e se aproveitar da precária situação das famílias, as reproduz.

Expressões corriqueiras como: “é melhor estar trabalhando do que estar na rua ou roubando” ou “na minha época começava-se a trabalhar cedo”, expressam uma perspectiva ideológica inseparável do sistema capitalista, a de que para o jovem da classe trabalhadora não existe outro lugar a não ser o do trabalho, mesmo que esse trabalho aconteça de modo precoce e desprotegido. De acordo com Lourenço (2014), o foco é direcionado para o aprendizado de uma profissão, mesmo que esse aprendizado seja em condição precária, insegura e com riscos à saúde.

Dessa forma, o trabalho precoce não é visto pela sociedade como algo negativo na vida desses jovens. Cotidianamente, não é concebido como um problema social, estabelece-se como consenso que a inserção no mercado de trabalho é necessária para a prevenção da criminalidade e formação do caráter do jovem.

As famílias, temendo a cooptação de seus filhos e filhas pelo crime, defendem a inserção precoce como uma via segura contra o “mau” caminho (Lourenço, 2014), ainda que essa condição de trabalho desprotegido degrade sua condição humana, expondo-os a riscos na sua socialização.

Lourenço (2014, p. 303) destaca ainda que:

É um efeito dominó, as mudanças no mundo do trabalho repercutiram diretamente nos ganhos salariais e na segurança no/do trabalho, assim, com ganhos reduzidos, as famílias acabam tendo que buscar estratégias para aumentar a renda e, por isso, passam a contar com o trabalho dos filhos.

A inserção do trabalho precoce é entendida por Lourenço (2014) como duas frentes que se mesclam, primeiro pelo recurso financeiro auferido pelo jovem que exerce a função de arrimo familiar, segundo pelo seu viés moralizador, ou seja, para os jovens oriundos da classe trabalhadora, o trabalho aparece como fundante de seu caráter.

E é com esse cenário que a juventude se depara em Sertãozinho. São jovens da classe trabalhadora espoliada do município, almejando inserção no mercado de trabalho que, entre outros fatores, possibilita auferir renda para si e/ou para a família, sobretudo considerando que o município tem um polo industrial forte, como apresentado na seção anterior, o que os atrai na perspectiva de uma inserção formal na indústria. Como frequentemente mencionam, “um trabalho com carteira”.

É oportuno salientar que essa percepção dos jovens de buscarem um trabalho com carteira assinada, um trabalho formal, é constatada quando analisamos as entrevistas realizadas com os jovens da Casa da Juventude.

Os entrevistados reconhecem a importância de se trabalhar com carteira assinada. Esses dados são relevantes ao apontar uma contradição e, por que não dizer, uma resistência ao discurso dominante que impulsiona e projeta a percepção do jovem como um ser que busca o empreendedorismo como principal opção de trabalho, forma de trabalho citada por Antunes (2013) como uma das faces perversas do trabalho precário.

Assim, os jovens entrevistados argumentaram sobre os motivos de considerarem o trabalho formal como importante, e o que mais se destaca nas falas dos jovens é o sentido de segurança proporcionado pela carteira assinada na proteção ao trabalhador.

“[...] importante pelos riscos, né, se você tem a carteira assinada ali, você tem uma garantia” (Gabriela).

“Por meio da CLT, faz com que a gente tenha mais segurança em questão de tudo, né. Em questão de recebimento, em questão de não ser mandado embora à toa, questões pessoais da empresa não entrem na sua vida” (José).

Para outro jovem entrevistado, ao opinar sobre os motivos que o levam a defender o trabalho com carteira assinada, entende que:

“Primeiramente, porque as leis trabalhistas vão sempre te defender quando alguma coisa acontecer. Porque tem trabalho que gosta de explorar o funcionário. Mandar o funcionário fazer coisas que ele não deveria fazer. Se aproveitar do funcionário. Não quero falar nada não, mas os ricos não estão nem aí para você. Aquela ali é a nossa única forma, assim, de ter uma garantia de que, mesmo se a gente morresse em trabalho, a nossa família pode ficar com alguma coisa ainda” (Douglas).

Contudo, apesar dos relatos acima, também está presente para os jovens em precariedade social de Sertãozinho, o trabalho socialmente degradante, alternativa de atividade laboral em face da exclusão social do trabalho protegido, sequelas das acentuadas transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970, em que desemprego estrutural e precarização do trabalho passam a constituir novas facetas da questão social, tomada aqui como oriunda da relação de exploração entre capital e trabalho (Paulo Netto, 2013).

Desse modo, torna-se pouco realista pensar na emancipação de sua posição social a partir de sua realidade imediata, resultando muitas vezes em vivências que se materializam numa inserção laboral precoce (Melsert; Bock, 2015), em um mercado de trabalho aviltante, quando conseguem acessar.

É nessa realidade antagônica que se expressam os dados expostos pela Casa da Juventude, apontando para jovens que experienciaram ou que estavam vivenciando trabalho degradante no momento do levantamento, como apresentado no levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” mencionado anteriormente (Sertãozinho, [2024b]).

O levantamento ocorrido em 2024 com jovens da Casa da Juventude mostrou a presença do trabalho desprotegido na vida da juventude sertanezina. Foram dados de 214 jovens que responderam à pergunta se, dos 14 anos até completarem 18 anos, tiveram uma ou mais experiências em trabalhos contidos na Lista TIP, podendo optar por mais de uma resposta (Sertãozinho, [2024b]).

As opções de atividades laborais observadas no levantamento partiram da Lista TIP, a lista das piores formas de trabalho infantil, e considerou as ocupações de trabalho mais recorrentes na região. O Decreto Federal 6.481, de 12 de junho de 2008 (Brasil, 2008), regulamenta a lista TIP, definindo trabalhos considerados degradantes proibidos para menores de 18 anos por causarem danos à saúde mental, física e moral, sendo uma referência para o combate ao trabalho infantil.

O levantamento da Casa da Juventude revelou que aproximadamente 60% já vivenciaram ou estão vivenciando atividades laborais consideradas entre as piores formas de trabalho para menores de 18 anos. O levantamento ainda destaca um cenário mais alarmante, o de que esses mesmos jovens voltam a ter outros trabalhos contidos na lista TIP, revelando que suas experiências laborais nesse contexto não são pontuais (Sertãozinho, [2024b]).

Esses dados alinham-se ao último relatório da PNAD – contínua (IBGE, 2025a), que mostra a existência, em 2024, de 493 mil pessoas, de 5 a 17 anos, inseridas em trabalhos degradantes contidos na Lista das piores formas de trabalho infantil – Lista TIP. Destas, 502 mil tinham entre 14 e 17 anos. Isso expõe o fosso da desigualdade no acesso ao trabalho protegido em âmbito nacional, mostrando que não é uma situação isolada.

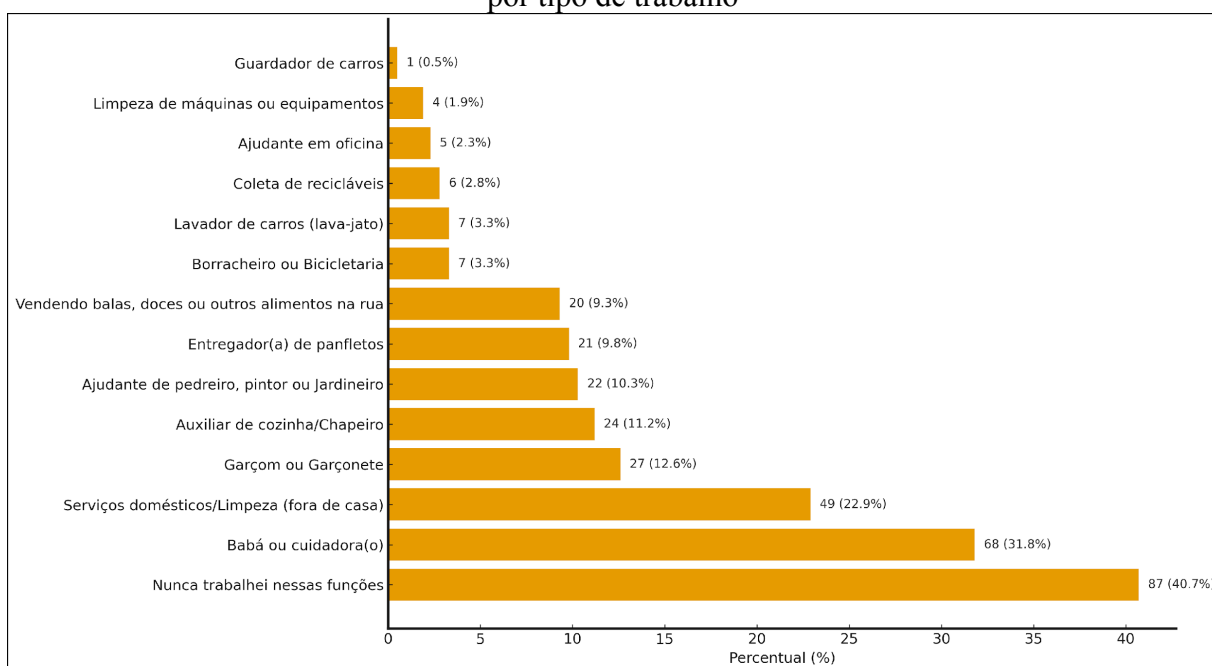
O levantamento da Casa da Juventude não traz um recorte da inserção laboral por idade separadamente, isso não quer dizer que a vivência desses jovens em trabalho precoce tenha acontecido somente próximo aos 18 anos, o que nos levaria a um entendimento equivocado sobre inserção precoce.

Para se ter ideia da amplitude dessa condição de precariedade à qual os jovens estão submetidos, pesquisa realizada com 114 estudantes de 13 a 15 anos em uma escola pública do bairro Jardim Aeroporto III em Franca-SP apontou que 35% destes estavam exercendo atividade laboral, e muitos dos que não estavam alegaram já terem trabalhado ou estarem à

procura de trabalho. A pesquisa ainda refere que, em nenhum dos casos, o trabalho aconteceu na condição de aprendiz (Lourenço, 2014), permitido a partir dos 14 anos.

Abaixo, elaboramos um gráfico contendo as respostas de 214 jovens que relataram experiência em um ou mais tipos de trabalhos. É possível perceber pela quantidade de experiências que muitos jovens já vivenciaram ou estão vivenciando mais de um tipo de experiências em trabalhos degradantes, de acordo com o levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]).

Gráfico 1 – Quantidade de experiências em trabalhos degradantes relatadas por 214 jovens por tipo de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O levantamento também não revelou como se distribuem os gêneros e a raça por atividade laboral, no entanto, é possível destacar um percentual expressivo nas funções de Serviços domésticos/Limpeza (fora de casa) com 22,9% e Babá ou Cuidadora com 31,8%, totalizando 54,7% de ocupações que são predominantemente femininas e que indicam uma possível divisão sexual do trabalho.

Contribuem para esses indicadores o fato de o perfil da Casa da Juventude ser composto por 63% de público feminino (Sertãozinho, [2024b]), o que pode sugerir também uma desigualdade no acesso ao trabalho para mulheres, fomentando assim a busca dessas jovens pela Casa da Juventude como possibilidade de acesso ao trabalho e renda, bem como a cursos de qualificação.

Esse argumento é significativo, considerando que:

Em 2022, a taxa de participação das mulheres [...] com 15 anos ou mais de idade no mercado de trabalho (ocupadas ou em busca de trabalho e disponíveis para trabalhar) foi de 53,3%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,2%, em média, uma diferença de 19,8 pontos percentuais (p.p.) (IBGE, 2024b, p. 3).

Hirata (2016) argumenta que o “trabalho de cuidado” esteve por muito tempo atrelado à esfera privada da família, exercido de forma invisível, gratuita e como um ato de amor. São, em sua grande maioria, exercidos por mulheres negras e pobres, é um exemplo de desigualdades que se articulam com classe, gênero e raça. (Hirata, 2016). Segundo dados da Estatística de gênero do IBGE (2024b), 91,3% das pessoas em atividades laborais de serviços domésticos remunerados eram mulheres, em 2022,

É importante salientar nas análises sobre o município de Sertãozinho, como visto na seção anterior, que as safras e entressafras das usinas do município movimentam a migração interna de trabalhadores. Devemos considerar também que a própria história de formação do município está imbricada em fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Outro ponto que precisamos destacar, como já descrito anteriormente, é o de que pretos (19,5%) e pardos (53,4%) totalizam 72,9% dos jovens da Casa da Juventude, o que se alinha ao pensamento de Hirata (2016) em que estão relacionados de modo inseparável gênero, raça e classe no estudo da realidade.

Hirata (2016) acrescenta ainda que, com a mercantilização e a inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho, esse trabalho torna-se visível, externaliza-se e é apontado como trabalho. Contudo, baixa remuneração, discriminação racial e não reconhecimento compõem essa relação social desigual.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva [...] (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Dessa forma, podemos realizar uma discussão à luz de Oliveira (2003) ao traçar uma relação onde o trabalho de serviços domésticos/limpeza (fora de casa) e babá ou cuidadora aparece como uma atividade laboral que, apesar do seu não reconhecimento como profissão e discriminação salarial, é necessária aos avanços do desenvolvimento do capital, possibilitando a saída da força de trabalho feminina do ambiente privado para a esfera produtiva, como percebido por Hirata e Kergoat (2007). De modo que, conforme Hirata e Kergoat (2007) descrevem, para as mulheres poderem realizar seu trabalho laboral profissional, necessitam

delegar o trabalho doméstico. Desse modo, recorrem à grande reserva de mulheres em situação precária.

Para fundamentar essa discussão, Oliveira (2003) traz sob um novo prisma o entendimento de que as forças produtivas consideradas atrasadas contribuem para o desenvolvimento das forças socioeconômicas modernas, em um processo de retroalimentação necessário à reprodução do capital.

Dito de modo diferente, estabeleceu-se até então a versão de uma oposição entre o moderno e o atrasado em uma relação distante e estranhada, ou como Oliveira (2003) chama: dual-estruturalismo, sem perceber que o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro deu-se exatamente ao contrário, em um movimento dialético do moderno se alimentando do atraso.

Nas investigações de Oliveira (2003), o desenvolvimento não aparece como uma forma de passagem ou evolução do subdesenvolvimento, mas que o próprio subdesenvolvimento se refere à formação capitalista no Brasil e não meramente à história. Como traço essencial da própria expansão do capitalismo no Brasil, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Oliveira, 2003, p. 32)

Podemos destacar outros exemplos, tendo como referência a nova morfologia do trabalho (Antunes, 2013) em um cenário recente de precarização e informalização do trabalho que dialoga com a tese de Oliveira (2003) em que o moderno se alimenta das faces do atraso e vice e versa, de jovens menores de 18 anos de idade inseridos em trabalhos degradantes a sua saúde, segurança e moral, que para além de manterem a manutenção reduzida dos salários da força de trabalho e o exército industrial de reserva, participam ativamente da ampla indústria moderna de Sertãozinho e consequentemente da valorização do capital.

Estes jovens, como visto no levantamento, realizam atividades laborais mediante trabalhos desprotegidos, “ganhando” pelo dia, seja em oficinas mecânicas de automóveis ou bicicletarias em condições insalubres, em bairros periféricos, alimentando a circulação de peças de automóveis e bicicletas produzidas por uma indústria de ponta, seja vendendo doces industrializados nos semáforos, entregando panfletos sob condições de calor e intempéries, de chinelos, percorrendo grandes distâncias, sob risco de investidas de animais nas residências, ou mesmo na própria área da indústria fomentando informalmente o comércio de peças e equipamentos de produtos industrializados. Conforme assinala Oliveira (2003), essas formas de trabalho são convenientes ao processo de acumulação e expansão do capital, e estão longe de serem somente depósito do exército industrial de reserva.

De modo conciso, Oliveira (2003) expõe abaixo que as ações do cotidiano presentes na cidade, e que criam uma aparência de sobrevivência ou, como o autor chama: “economia natural”, são formas de exploração da força de trabalho que integra a base da expansão capitalista.

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema *em sua expressão concreta no Brasil*, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo (Oliveira, 2003, p. 60, grifos do autor).

E como, diante da seção descrita acima, se expressam as perspectivas de futuro dos jovens? Como seus projetos de vida são traçados em face de um cenário contraditório, onde o precário se torna padrão nas relações sociais, alimentando o ideário capitalista?

3.4 Projetos de vida na juventude: um projeto de vida neoliberal

Na atual conjuntura de sociabilidade do modo de produção capitalista, mundializado, flexível e competitivo, faz-se necessário analisar os sentidos dados aos projetos de vida na juventude, concepção que tem recebido amplitude sobretudo nos meios educacionais, como apontam Sousa e Alves (2019). Longe de serem libertários, os projetos de vida ganham forma como produto da modernidade, acomodando-se na racionalidade neoliberal do mundo do capital.

Sousa e Alves (2019) argumentam que, apesar de desenvolverem-se no interior de um padrão cultural recente de individualização e de esforço próprio, impulsionado pela expectativa de vida e avanços tecnológicos, têm ficado cada vez mais evidente que a trajetória de vida tem sido permeada por relações econômicas e socioculturais.

Leão, Dayrell e Reis (2011), nessa mesma direção, entendem a concepção de um projeto de vida como esquema de ação que o indivíduo planeja realizar em algum aspecto de sua vida, seja afetivo, escolar, profissional, etc. Os autores destacam que esse plano de ação não é linear ou oriundo de uma solução matemática, mas proveniente de uma relação com o tempo a partir de uma dinâmica própria de como a juventude lida com a realidade. Nesse sentido, afirmam: “[...] dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto

socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências” (Leão, Dayrell e Reis, 2011, p. 1072).

Viana (2012) define o conceito de projeto de vida como um ato do querer e intencionalidade do indivíduo para realizar seus planos e desenvolver suas ações na totalidade, ou seja, aquilo que os indivíduos têm a intenção de realizar com suas vidas. No entanto, destaca o autor, a forma de pensar a sua vida deve ganhar um sentido mais amplo, o agir não deve se voltar por pressões externas da sociedade, mas sim que suas opções de vida devem se pautar na consciência e reflexão daquilo que se pretende fazer. Ou seja, para o autor, os determinantes sociais não devem ditar as possibilidades de vida dos jovens.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, para nós, assim como afirmam Maia e Mancebo (2010), a subjetividade e o sujeito são compreendidos como construções históricas na relação dialética com a realidade objetiva. Assim, as subjetividades não podem ser observadas de modo imutável e descoladas dos contextos de vivências dos jovens, pois cada tempo histórico impõe aos jovens novos desafios. As condições materiais e objetivas com as quais os jovens deparam-se compõem parte decisiva de suas vivências e expectativas de futuro, abrindo um caminho paralelo entre o idealizado em seus sonhos e o que a realidade contraditória possibilita concretizar.

Podemos observar que o mundo do capital se apresenta no atual cenário como um campo de relações sociais devastadoras aos jovens, sobretudo em relação aos seus projetos de vida. Ao dialogar sobre o tempo em um sentido de futuro, Leão, Dayrell e Reis (2011) explicam que a forma como concebemos o tempo está intrinsecamente associada à dimensão sociocultural, se modificando ao longo das gerações. Não como um dado biológico, mas como elucida Leccardi (2005), isso tem relação com os diversos *habitus* e modos presentes no desenvolvimento das sociedades nas quais elas vivem, e que a noção de passado, presente e futuro como algo incontrollável ganha sentido a partir da sociedade industrial (Leão, Dayrell e Reis, 2011). Necessário aos mecanismos de produção de riquezas que se expandem para acumular.

Sousa e Alves (2019) destacam que essa concepção de projeto de vida como a conhecemos hoje, pensada no sentido de intenção dos sujeitos, é uma noção que surge na modernidade, na primeira metade do século XX. Desse modo, a ideia de futuro dentro de uma percepção autônoma é atual, aparecendo vinculada à noção de progresso e ideias hegemônicas do capitalismo. É nesse contexto que devemos situar a noção de projetos de vida na modernidade (Leão, Dayrell e Reis, 2011).

Contudo, a forma como o futuro é percebido a partir das transformações ocorridas no mundo do capital, sobretudo a partir da reestruturação produtiva e com o advento do neoliberalismo, em um cenário onde o princípio central da vida social e do indivíduo se torna a concorrência (Dardot; Laval, 2016), vai impactar na noção do porvir para os jovens em termos bastante desafiadores.

Novos elementos, como a perspectiva permanente de riscos e incertezas, resultados de um capital em crise estrutural devido aos limites à sua margem de expansão, têm afetado a forma como o presente, enquanto preparação e recompensa futura, é vivido pelos jovens em um momento em que a “biografia juvenil” (Leccardi, 2005) é o lócus da elaboração para o amanhã.

Dessa forma, na visão de projeto de vida enquanto possibilidade de conquistas futuras, Leccardi (2005) e Leão, Dayrell e Reis (2011) afirmam que o presente é uma dimensão que funciona como uma preparação para o futuro e não somente uma ponte entre passado e futuro, ou seja, é a capacidade de adiar a recompensa do tempo presente para alcançar a satisfação futura.

O tempo, enquanto caminho de decisões e escolhas, é visto no sentido de futuro aberto (Leccardi, 2005), tendo ainda uma perspectiva de direção no sentido de recompensas.

Assim, o futuro aparece como um horizonte temporal subjetivamente influenciável, à disposição dos indivíduos como espaço de experimentação, e a projeção do tempo torna-se uma forma de controlar a incerteza do futuro através das próprias forças intelectuais (Leão, Dayrell e Reis, 2011, p. 1073).

É uma percepção planificada e linear impulsionada por uma visão que Leão, Dayrell e Reis (2011) chamam de “adiamento das recompensas”, ou seja, sacrificar os prazeres do presente para ter a gratificação futura. É uma forma de se preparar para o futuro a partir de um dado momento histórico, muito característico no pós-Segunda Guerra, e que possibilitou que os ganhos da classe trabalhadora se acomodassem na expansão do capital, em um período considerado de grandes margens produtivas.

Dentro dessa noção de renunciar o presente para determinar o futuro, a inserção social do jovem ocorre por meio da capacidade deste de elaborar e manter um projeto de vida, como uma responsabilidade individual que vai situar sua posição social no futuro.

É necessário salientar que isso não quer dizer que consideramos aqui que a concepção de projetos de vida objetivada nesse período histórico foi o suficiente para os jovens, pelo contrário, essa percepção de projeto de vida não foi homogênea, e nem os contextos sociais que perpassam a vida desses jovens foram considerados no acesso a um futuro que se

mostrava mais estável, sobretudo quando consideramos a periferia do capital. Mas sim que, segundo Leccardi (2005, p. 35), “a determinação de adiar para um tempo vindouro a satisfação possível que o tempo presente pode garantir, em vista dos benefícios que esse adiamento torna possíveis – estava na base dos processos modernos de socialização”.

No entanto, há um movimento de mudança estrutural na concepção de futuro e de suas expectativas que promoverá uma releitura sobre a ideia de projetos de vida, motivada por um mundo capitalista em metamorfose orientado por novas e ampliadas diretrizes produtivas e ideológicas que terá na precarização, nos riscos e incertezas, o padrão para a vida e suas perspectivas de futuro.

Se antes dominava o futuro aberto, passível de colonização na direção de uma terra prometida, na contemporaneidade o futuro passa a ser indeterminado e indeterminável, governado pelo risco. Ou seja, o futuro foge do controle, gerando um sentimento difuso de alarme, associado a uma sensação de impotência. Nesse sentido, a contemporaneidade inaugura novas formas de temporalização. O futuro se torna passível de perder o seu sentido como um tempo progressivo, controlável e planificável. Diante de um cenário marcado pelas incertezas e pelos riscos, a busca de sentido é transferida para o presente, num eixo temporal curto que tornaria possível o seu controle (Leão, Dayrell e Reis, 2011, p. 1074).

A crise do capital desencadeou como resposta a reestruturação produtiva, mundialização do capital, financeirização, globalização e avançadas transformações tecnológicas, promovendo uma sociabilidade marcada pela intensificação e precarização do trabalho, desemprego estrutural e a ampliação dos riscos e incertezas, entre outros, elementos que compõem o novo cenário para os jovens.

Para Dardot e Laval (2016) o discurso de naturalização do risco empresarial e sua transferência para os assalariados e assalariadas causa um medo social constante, segundo os autores, está atrelado a um mercado cercado de flutuações, a diminuição da solidariedade coletiva e da proteção social, modelando os indivíduos a suportarem as condições impostas, promovendo empreendedores, empresários de si mesmo, que irão ampliar, reproduzir e reforçar a competição entre eles, adaptando-se subjetivamente a condições cada vez mais duras (Dardot; Laval, 2016).

Maia e Mancebo (2010) descrevem que transformações ocorridas aceleradamente no final do século XX têm ocasionado diversos desafios na vida dos jovens, alterando a própria noção de juventude e passagem para a vida adulta, processo permeado por um imaginário coletivo repleto de riscos e incertezas.

Com efeito, quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a ideia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o ‘projeto de vida’ tem seu

próprio fundamento subtraído. Além disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação (Leccardi, 2005, p. 36).

Desse modo, elucida Leccardi (2005), o próprio horizonte da idade se modifica, o tempo se comprime, o jovem é treinado a aproveitar o instante, tendendo a apreciar mais aquilo que o presente tem a oferecer do que as possibilidades de futuro incertas.

Em uma lógica frenética do mercado de trabalho que impõe ao jovem o peso de ser o único responsável pelo seu futuro e suas escolhas, impõe também uma situação paradoxal: um discurso de estarem em um mundo cheio de escolhas e possibilidades, mas muitas vezes não terem o que escolher. Maia e Mancebo (2010) assinalam que o jovem se vê muitas vezes acuado em seu cotidiano, em um cenário em que é impelido a alcançar o sucesso, arcando com toda a responsabilidade pelos resultados.

Esse é o cenário imposto aos jovens quando pensamos nas possibilidades de elaborarem seus projetos de vida. Leccardi (2005) afirma que se trata de um futuro governado pelo risco. Esse horizonte cercado por uma dimensão de riscos impacta na construção das biografias de vida dos jovens, interferindo em um dado evento em sua vida que deveria se relacionar com outro de modo a condicioná-lo. Nesse contexto, defende a autora, a própria ideia de projeto de vida parece se esgotar.

É no início da juventude que a aspiração pelo porvir ganha cores, perspectivas e sonhos, mas que ao olhar para frente, a partir do cenário de socialização atual, o jovem depara-se com uma temporalidade reduzida e assustadora. Em um momento em que, como afirma Gracioli (2009), é na juventude que os projetos de vida ganham mais destaque, e que nessa época da vida seus significados são muito fortes.

Alinhado a esse cenário de esgotamento trazido por Leccardi (2005), podemos observar que a concepção de projeto de vida, em constante transformação dialética, vem sofrendo uma captura no sentido de ser o projeto de vida, agora, um projeto de vida de mercado que se configura na racionalização neoliberal.

Pois, conforme afirmam Dardot e Laval (2016), profundas transformações mostram que o neoliberalismo não se configura somente como um tipo de política econômica ou ideologia, é um sistema de valores que ampliou o alcance do capital, influenciando todas as esferas da vida e relações sociais.

Para argumentar sobre as mudanças ocorridas na concepção dos projetos de vida, faremos uma breve reflexão sobre o papel dos projetos de vida que gradualmente têm feito parte do cenário escolar como método de inserção dos jovens nos desafios do século XXI.

Partiremos da compreensão de que o empreendimento capitalista se baseia na atualidade em uma produção difusa e flexível, composta pela manipulação da subjetividade com a finalidade de se apropriar da dimensão pessoal dos trabalhadores, fazendo com que estes se apropriem dos interesses do mercado, como visto anteriormente em Alves (2007).

Para isso ocorrer, é necessário que um projeto de vida se apresente aos jovens como caminho e solução para lidar com um mundo incerto e de acentuada concorrência entre os indivíduos, tendo o modelo empresarial como norma de conduta e subjetivação. Dardot e Laval (2016) explicam que o termo empresa, no neoliberalismo, é também o nome que se deve dar ao governo de si mesmo, necessário às novas formas organizativas de produção que precisam de jovens flexíveis para compor as fileiras dos trabalhos atípicos e precários, como o empreendedorismo.

Como refletido por Alves (2010; 2014), a captura da subjetividade envolve o trabalhador a defender a racionalidade do mercado, sentindo-se pertencente aos ideais dos capitalistas que vai além dos espaços de trabalho, estando presentes no dia a dia do indivíduo, conseqüentemente do jovem também. É um Estado de defesa do mercado, que se efetiva através do engodo de novos métodos aparentemente inovadores, mas que vai diminuindo o protagonismo dos estudantes e de seus projetos de vida, embora, num primeiro momento, esses métodos apresentem-se como ampliadores das liberdades individuais (Vicentin; Silveira, 2021).

O próprio fomento ao protagonismo juvenil, sistematicamente direcionado aos jovens, forma de ser e agir que visa transformá-lo em um sujeito proativo em todos os aspectos de sua vida, e que exige do sujeito uma busca infinita para aumentar o nível de competitividade e desempenho pelo sucesso (Barbosa; Alves, 2023), traz para si o peso da geração de emprego e da culpabilização pelo fracasso.

Assim, o projeto de vida neoliberal molda o jovem a atuar sob uma forma específica de existência, ou seja, o seu projeto de vida passa a ser o projeto de vida do mercado, um indivíduo governado pela lógica da competição e da maximização dos resultados, e que assumirá os riscos e a responsabilidade por eventuais fracassos (Dardot; Laval, 2016).

Sousa e Alves (2019) expõem que os projetos de vida vêm recebendo mais destaque nas escolas, inclusive fazendo parte da grade curricular de escolas do Ensino Médio,

concebido na organização das condutas humanas direcionadas a todos os aspectos da vida social (Sousa; Alves, 2019).

As autoras apontam que escola e família são instituições de bastante destaque nesse processo, são espaços de socialização e referência com muita influência na vida dos jovens. Desse modo, poderiam assumir um papel mais relevante na construção de projetos de vida como mediadores do percurso (Sousa; Alves, 2019). Todavia, as famílias sobrecarregadas com as demandas do dia a dia, em gerar renda e manter a sobrevivência, deixam para a escola, que por sua vez, imersa em seus conteúdos escolares, falha em estabelecer esse vínculo (Gracioli, 2009).

Contudo, não falham em estabelecer as diretrizes do mundo do capital, pois o que se observa nas escolas através do discurso de protagonismo juvenil é uma apropriação do neoliberalismo dos métodos pedagógicos com a finalidade de produzir corpos produtivos, modelando a sociedade (Vicentin; Silveira, 2021). O que se busca com a organização das condutas humanas mencionada por Sousa e Alves (2019) é a lógica da competitividade composta por sujeitos empresários de si mesmos, diretrizes da racionalidade neoliberal que adentrou as escolas do Ensino Médio.

Em outras palavras, argumentamos que ao propor que os alunos, via política educacional, assumam o protagonismo de suas vidas e se tornem responsáveis pelo desenvolvimento de seus projetos e sonhos, que se responsabilizem pela trajetória escolhida, Estado e escola atuam e produzem subjetivamente sujeitos que, mergulhados em uma razão neoliberal, devem atuar como empresas, devem constituir-se como empreendedores de si, pois este é o mundo e os desafios do contemporâneo que a proposta de uma nova escola apresenta e representa (Vicentin; Silveira, 2021, p. 33).

Vicentin e Silveira (2021) afirmam que a racionalidade neoliberal impõe novos modelos de eficácia dos métodos pedagógicos em que competências e habilidades aproximam-se da lógica empresarial, em um processo de ajustes neoliberais que reduzem e reordenam os investimentos em educação. Desse modo, segundo os autores, os currículos e competências passam a ser orientados pela lógica do mercado neoliberal, produzindo subjetividades alinhadas aos interesses do capital.

Segundo Firmiano (2024), ao analisar a teoria do Estado de Mészáros, afirma que o Estado não se constitui como uma “superestrutura”, mas parte da materialidade do capital. Dessa maneira, define que “o Estado não pode ser abordado em termos de nenhuma forma de ‘autonomia’ ou ‘independência’ em relação ao sistema do capital, pois constitui, com este, uma forma específica e historicamente determinada de controle sociometabólico” (Firmiano, 2024, p. 5). Para o autor, o Estado é uma estrutura sob o comando político do capital

(Firmiano, 2024), que tem a finalidade de estabelecer os ajustes necessários para corrigir as fissuras existentes nas contradições da relação capital/trabalho. Essa proteção estatal garante viabilidade ao processo de exploração, impedindo qualquer forma de força que possa desafiar essa dinâmica do capital.

É o que podemos observar com as mudanças escolares promovidas pelo Governo do Estado de São Paulo a partir da orientação neoliberal e que vem reformando suas políticas de educação. Em 2012, foi posto em prática o Programa de Ensino Integral (PEI), incorporando à rede educacional o projeto de vida, visando dar protagonismo aos estudantes na busca pelos seus sonhos (Vicentin; Silveira, 2021).

Em 2021, a cidade de Sertãozinho/SP aderiu ao Programa de Ensino Integral, do Governo do Estado de São Paulo (Sertãozinho, 2021c), que, entre outras proposições, visa fomentar a qualidade e o aprimoramento da gestão, insinuando uma escola flexível e inovadora. Desse modo, como explicam Vicentin e Silveira (2021), o PEI apoia-se nos projetos de vida para garantir que, durante o percurso escolar, o jovem não abandone seus sonhos.

No entanto, a cultura empreendedora que se desenvolve em contexto escolar, ganhando espaço privilegiado na agenda educacional, é peça-chave na formação da subjetividade dos jovens (Barbosa; Alves, 2023), bem como na construção de seus projetos de vida. Pois, como explicam Maia e Mancebo (2010), os projetos de vida não são inerentes ao sujeito, vão se construindo a partir das experiências e interações socioculturais, onde as etapas se encadeiam em condutas para um determinado fim.

Por conseguinte, podemos apreender que:

A abordagem pedagógica do discurso empreendedor é formulada em termos de incentivo e preparo para tornar o indivíduo empresário de si, gestor dos próprios sonhos, por meio de princípios e práticas gerenciais, com a responsabilização dos sujeitos em produzir desempenhos orientados para adaptarem-se e desenvolverem conhecimentos demandados pelo contexto de constantes mudanças do cenário intensamente competitivo do ambiente econômico e social [...] (Barbosa; Alves, 2023, p. 6).

Seguindo esses propósitos, a escola alinha-se a essa cultura do empreender como parâmetro formativo em um mundo de incertezas, onde o jovem é lançado a responder pelo desemprego estrutural, ou seja, gerar o próprio emprego. Impondo-lhes a dura missão de ser o cerne da solução, desenvolvendo capacidades para a adaptação em um mercado de trabalho flexível, vinculando a realização de seus projetos de vida à busca pelo empreendedorismo (Barbosa; Alves, 2023).

Assim, a imagem desse jovem de Sertãozinho moldado em um projeto de vida de racionalidade neoliberal é a de um indivíduo produtivo, inovador, proativo, competitivo e adaptável, ele deve ser capaz de investir em seu próprio projeto de vida e assumir exclusivamente os riscos pelo sucesso ou fracasso em um lugar de cana e indústria da cana. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 330–331), um “especialista em si mesmo, [...] inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição”.

Como consequência, apontam Barbosa e Alves (2023), essa racionalidade empreendedora imposta pelo mundo do capital pode gerar efeitos significativos ao expor as pessoas a constantes vulnerabilidades, impondo a elas que façam investimentos em si mesmas e responsabilizando-as exclusivamente por suas escolhas.

Operando sobre si mesmos, esses jovens carregam o peso das relações de mercado aviltantes e humilhantes, numa busca constante por desempenho e sucesso dentro de uma lógica em que seus projetos de futuro não são mais seus, mas sim impostos pelo mercado em constante competição. E, apesar das atuais concepções de que os projetos de vida dialogam com os contextos sociais, políticos e econômicos que permeiam a juventude, esses projetos estão estabelecidos em uma amálgama de uma existência que desumaniza.

3.5 A juventude enquanto categoria social: uma breve discussão

Ao conferir à juventude a ideia de uma categoria em construção social, e não um estado de espírito, Abramovay e Castro (2015) definem que as experiências e contextos produzem heterogeneidade a essa categoria. Desse modo, a autora entende que seus significados e representações não são únicos, e que não há somente uma juventude. Sua constituição é diversificada e perpassada por situações de classe, raça, gênero, entre outros.

Isso não quer dizer, segundo a autora, que não haja elementos em comum, e que o “termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens” (Abramovay; Castro, 2015, p. 14). Na mesma direção, Dayrell (2003) já indicava que os modos de ser da juventude apresentavam especificidades, enfatizando a existência de formas de existir na juventude.

Contudo, a adoção neste trabalho do conceito juventude ao invés de juventudes, no plural, se constitui também como uma opção teórica que considera a interseção raça, classe e gênero como contextos que perpassam a juventude enquanto construção social, ou seja,

enquanto processo social em construção. Assim, é possível, através desses recortes, situar os diferentes modos de ser da juventude na atualidade sem prejuízos à sua interpretação teórica.

Logo, a juventude pesquisada está inserida em recortes de classe, raça, gênero, trabalho, território, transporte, parco ou nulo acesso a serviços públicos, entre outras clivagens, não se restringindo somente a critérios de renda. Vários são os pontos que constituem essas vivências, e conforme destacam Melsert e Bock (2015), temos as desigualdades de acesso a serviços e bens culturais nas cidades, o acesso desigual nas várias escolas por jovens de estratos diferentes da sociedade e os tipos de vivências experienciadas por grupos desiguais, entre outras desigualdades vivenciadas pelos jovens e dadas como inatas.

Dessa forma, como destacam Silva, Galeto e Batista (2020, p. 7):

Estes fatores de vulnerabilidade social da juventude se revelam, do ponto de vista estrutural, como expressões da condição de subalternidade daqueles que, pertencentes à classe trabalhadora, se veem expostos aos contornos da questão social, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Assim, refutamos a percepção somente biológica/etária no entendimento de juventude, consideramos que a juventude se constrói dentro de um conjunto de aspectos históricos e culturais, conforme entendido pelos autores e autoras Sposito (1993), Dayrell (2003), Abramovay e Castro (2015).

Corroboramos com esse entendimento, optando nesse trabalho por empregar o termo juventude ou jovens ao invés do termo adolescência, sem, contudo, descartá-lo. Entendemos que o conceito de adolescência seja um termo amplamente verbalizado na sociedade e em âmbito acadêmico, inclusive entre os próprios jovens, mas é importante reforçar que o uso do termo juventude ao invés de adolescente contribui para a apreensão de olharmos a juventude enquanto categoria em processo, rompendo com uma visão fragmentada, rotuladora e frequentemente criminalizada.

Conforme afirma Dayrell (2003), a juventude deve ser entendida como um modo mais amplo de composição do sujeito.

Assim, a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida (Dayrell, 2003, p. 42).

Dayrell (2003) explica que a imagem sobre a juventude mais comumente propagada interpreta o jovem como um projeto de adulto, uma passagem transitória para a condição adulta, isso traz dificuldades na compreensão do jovem em sua totalidade. Sobretudo porque ser jovem da classe trabalhadora pobre é ser visto com desconfiança e como foco de problemas.

Mandelli, Soares e Lisboa (2011) percebem dois aspectos na imagem construída historicamente sobre o jovem, uma primeira que vê o jovem como potência e mudança social, percepção muito caracterizada nas décadas de 1950 e 1960, atribuindo a estes o papel de “futuro da nação”, e outra que observa o jovem como problema social cercado por vulnerabilidades e riscos sociais, definidos como públicos de políticas sociais, e certamente não podemos esquecer, alvos principais das ações das políticas de segurança pública, muitas vezes a principal política pública presente em comunidades periféricas que reforça a criminalização da juventude pobre e preta.

Perceba-se dessa forma que não significa tão somente a não garantia de direitos sociais, mas sim de todo um contexto estrutural que visa manter a subalternidade enquanto expressão do cotidiano da vida da classe trabalhadora, seja porque a expõe ao desemprego, seja porque a criminaliza a pobreza e, com isso, sofre mais o jovem desempregado, pobre, negro e periférico. Mantém-se, portanto, a juventude vulnerável socialmente, como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora diante do capital (Silva; Galetto; Batista, 2020, p. 9).

Desse modo, Dayrell (2003) aponta para o risco de interpretar os jovens a partir de aparências construídas historicamente, trazendo um aspecto negativo às suas vivências, como se faltassem características que integrariam seu modo de ser. E que definir o conceito de juventude requer um hábil esforço de entendimento, pois, conforme já mencionado, a compreensão sobre a definição de juventude perpassa por aspectos culturais e históricos.

Sposito (1993) corrobora, descrevendo que alguns marcadores definem que o indivíduo está habilitado para o desempenho da atividade para a vida adulta, como a reprodução e a maturidade física e mental para o trabalho. Desse modo, elucida a autora, o jovem precisa ser olhado através do ponto de vista relacional, no qual ele se relaciona com o mundo adulto e ao mesmo tempo se distancia do mundo infantil.

No entendimento de Dayrell (2003, p. 42):

[...] é possível marcar um início da juventude, quando fisicamente se adquire a capacidade de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos.

E a respeito do distanciamento do mundo infantil, Viana (2012) afirma que a juventude é marcada pela ressocialização, ou como já havia chamado H. Abramo (1997) e posteriormente Groppo (2017), “socialização secundária”, em que ocorre uma nova socialização após a que ocorre durante a infância e que tem a finalidade de preparar o jovem para o mundo do trabalho e demais funções necessárias às atividades sociais.

Sposito (1993) já denominava de “agências socializadoras” o processo de retirada do mundo infantil. Segundo a autora, a interação contínua com essas agências tem a finalidade de preparar os egressos da infância para a vida adulta. A vinculação com a família fica mais generalizada em detrimento de outras vinculações, destacando a escola como importante instituição na socialização, preparando o jovem em relação aos valores na divisão social do trabalho.

A escola cumpre esse papel de modo mais saliente, assim como a família e o trabalho. Este último, foco das nossas investigações, é exercido, por exemplo, com o trabalho precoce visto na sociedade como mecanismo de formação de caráter e defesa contra o envolvimento com o crime, como indicou Lourenço (2014) em capítulo anterior. Caminho observado como principal opção, quando não a única, pela família e sociedade, em detrimento de outras formas de socialização.

Porém, não é somente isso:

[...] a renda mensal advinda do trabalho, além do auxílio à manutenção familiar, proporciona possibilidades de um tipo especial de consumo não garantido pela família. Essa propensão para o consumo tende a se acentuar na faixa jovem depois dos 14 anos e resulta na adoção de novas indumentárias, discos ou atividades de lazer (Sposito, 1993, p. 165).

Contudo, é relevante destacar que a relação do jovem com o trabalho precoce, embora possa indicar um recurso para suprir privação material e socorrer as inseguranças financeiras da família, pode não ser necessariamente um desejo do próprio jovem, mas sim uma exigência da família devido à privação material.

Ou da própria percepção do jovem que se vê pressionado socialmente diante da situação de auxiliar a família financeiramente, mesmo que a família possa não exigir diretamente. Essa elucidação é necessária para não associarmos o jovem da classe trabalhadora sempre como aquele que busca a inserção laboral como única experiência de socialização, como se o jovem oriundo dos estratos da classe trabalhadora não quisesse optar pelos estudos, mas que muitas vezes essa forma de socialização pelo trabalho é imposta.

Verifica-se que se trata de um problema agravado pela pobreza e vulnerabilidade social que milhões de crianças e adolescentes deixam de ir à escola e têm seus

direitos violados para que possam trabalhar em fábricas, ruas, campos e até para a exploração sexual, para que assim consigam sobreviver e ajudar as despesas da família (Hiraoka; Azevedo; Fonseca, 2024, p. 2104).

Dessa forma, segundo Dayrell (2003), a qualidade das relações sociais do meio no qual está inserido será fundamental para o desenvolvimento das potencialidades que caracterizam o ser humano. E, embora a escola seja uma instituição de socialização relevante para a incorporação dos valores na divisão social do trabalho, é o próprio trabalho precoce que impacta na possibilidade do jovem se distanciar da escola, tornando o trabalho desprotegido a principal forma de socialização dos valores da vida.

Em que pese o fato de a própria escola, no atual cenário produtivo de acumulação do capital, constituir-se numa perspectiva de mercado e devastadora aos jovens, elaborando uma diretriz de transformações neoliberais, onde a concorrência figura agora como o eixo central da vida social, como apontaram Dardot e Laval (2016).

Salienta Viana (2012) que, na sociedade moderna, a sina do jovem é o trabalho.

Para indivíduos do lumpemproletariado, então é a própria vida no desemprego, mendicância, prostituição, subemprego, etc., que consiste em seu ‘modo de ressocialização’, que é um processo precário e que não prepara ou o faz de forma muito limitada (dependendo da fração do lumpemproletariado), devido ao fato os indivíduos desta classe não se inserem (ou se inserem marginalmente) na divisão social do trabalho, ou seja, no mercado de trabalho e também as demais responsabilidades sociais são igualmente limitadas (Viana, 2012, p. 170).

É a ressocialização enquanto processo que caracteriza a juventude, existindo para conceber a propensão para as responsabilidades sociais e o trabalho com a finalidade de aceitar os valores e responsabilidades do capital, suas disciplinas e adaptação ao trabalho (Viana, 2012).

Nesse processo, Leão, Dayrell e Reis (2011) afirmam que, desde o início da juventude, o jovem caracteriza-se pelas experimentações em todos os aspectos da vida subjetiva e social, sendo capaz de se ver como um indivíduo em sociedade, tanto recebendo como exercendo influência, fazendo deste momento um momento crucial para sua inserção social.

Corroborando, Sposito (1993) descreve que, de algum modo, a rua também é um espaço de socialização que precisa ser olhado na interação com outras agências socializadoras. Não somente como um espaço de construção das relações de convivência, mas como relações que se estabelecem pela negação de jovens ao convívio familiar e escolar, que ganha contornos dramáticos quando observamos que as ruas também são o local de trabalho desprotegido de jovens.

Essa afirmação pode ser constatada pelos dados encontrados no levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude”, em que é possível verificar atividades laborais exercidas por jovens nas ruas do município de Sertãozinho, como observado no gráfico 1 em seções anteriores (Sertãozinho, [2024b]).

São atividades de entregador de panfletos, vendedor de balas, doces ou outros alimentos na rua, coleta de recicláveis, guardador de carros e mesmo como servente de pedreiro que não é necessariamente executado em ambiente privado, podendo as ruas serem um espaço de violências e riscos a qual esses jovens também estão submetidos.

E por que esses jovens se lançam nas mais variadas formas de trabalho, expostos nas ruas da cidade?

No capitalismo, os alimentos, roupas, habitação, etc., passam a ser mercadorias, portadores de valor de troca. Para sobreviver no capitalismo é preciso possuir uma mercadoria *sui generis*, o dinheiro, meio de troca universal, para comprar as demais mercadorias que são valores de uso e necessidade básica para sobrevivência (Viana, 2012, p. 173).

Ali, esses jovens estarão sujeitos às várias formas de violência, podendo ser agredidos e/ou ofendidos verbalmente, não tendo um local para realizar suas necessidades biológicas, sofrendo assédios, sujeitos às variações climáticas sem um local de proteção, risco de se machucarem com materiais, sem contar o impacto psicológico da exposição pública ou como isso reverbera inclusive no ambiente escolar em relação aos seus pares.

A rua, espaço de socialização indicado por Sposito (1993), é aceita e naturalizada como espaço de formação pela sociedade, justificados por defesas de valor de caráter do jovem por estar “aprendendo a ganhar o próprio dinheiro” ou estar “ajudando em casa”, no entanto, não se questiona se esse mesmo jovem pode estar fora da escola em situação de abandono escolar ou se é de fato responsabilidade desse jovem arcar majoritariamente com a manutenção financeira da família, dado as mazelas do desemprego estrutural a qual os genitores muitas vezes são lançados.

Para Sposito (1993, p. 161), os espaços da cidade podem indicar expressões contraditórias multifacetadas. Segundo a autora:

A produção, a socialização, o consumo e as práticas culturais incidem sobre usos diferenciais do espaço e espelham os ritmos desiguais que caracterizam não só as relações entre as classes, mas a dinâmica das gerações e dos grupos de idade, as relações entre os gêneros, os ciclos de vida no trabalho e no lazer.

Assim, essa condição de subalternidade expressa nas vivências desses jovens em trabalho degradante expressa também um cenário de vulnerabilidades de sua construção

enquanto sujeito social. Vulnerabilidade aqui conceituada como uma condição vivenciada pelos jovens que são privados do acesso aos meios adequados para que estes possam atingir uma vida digna (Silva; Galeto; Batista, 2020), negada pela inserção em atividades laborais que degradam o ser humano.

4 DA EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DEGRADANTE AO PROJETO DE VIDA: A CONSCIÊNCIA PRÁTICA DOS JOVENS TRABALHADORES ACERCA DE SI MESMOS

4.1 Configurando o universo sociodemográfico dos jovens participantes das entrevistas na Casa da juventude

Este capítulo analisa os conteúdos coletados em entrevistas realizadas com jovens da Casa da Juventude no período de aproximadamente dois meses, mais especificamente entre os dias 12 de junho e 28 de julho de 2025, com o objetivo de ouvi-los para capturar subjetividades e identificar padrões em seus relatos, não objetivando testar hipóteses ou fazer inferências.

No total, foram realizadas 15 entrevistas utilizando roteiro semi-estruturado, norteadas por 5 blocos de perguntas de acordo com tópicos que buscam responder aos objetivos da pesquisa, ou seja, analisar os impactos da experiência de trabalho degradante nas perspectivas de futuro do grupo entrevistado.

As entrevistas foram interrompidas em decorrência da constatação da saturação teórica dos dados coletados, considerando os tópicos 3 a 5 do Quadro 1. Ou seja, o ponto de saturação ocorre quando nenhuma nova informação é identificada.

Abaixo estão os eixos norteadores com seus respectivos conteúdos discriminados.

Quadro 1. Eixos norteadores da entrevista semi-estruturada

Eixos	Conteúdo
1 - Estabelecimento do <i>Rapport</i>	Bloco de questões iniciais para estabelecer vínculo com o entrevistado.
2 - Sociodemográfico	Bloco com questões como sexo, gênero, idade, com quem reside, escolaridade, filhos, local de residência, renda, se a família está inserida em benefício de transferência de renda (Programa Bolsa Família).
3 – A consciência prática dos jovens acerca de si mesmos	Bloco de questões que visa buscar a consciência prática do que é ser jovem na concepção do próprio jovem.

4 – Experiência em trabalho degradante	Bloco com questões que visa capturar os sentidos atribuídos ao mundo do trabalho a partir das experiências dos jovens com as piores formas de trabalho infantil (Lista TIP). Inclui questões sobre a importância do trabalho, a primeira experiência de trabalho da lista TIP, a percepção de riscos na experiência de trabalho degradante, a convivência no trabalho, a relação contratual trabalhista, a busca por trabalho protegido.
5 – Projetos de vida	Bloco com questões que têm a intenção de apreender as perspectivas de futuro dos jovens, desde o mundo do trabalho e segundo a perspectiva da política pública de assistência social; e questões que visam identificar a consciência dos jovens diante de temas como meritocracia, empreendedorismo, dentre outras formas individualizantes da experiência social.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Os jovens foram recrutados por conveniência, utilizando-se para contatá-los a ferramenta de comunicação WhatsApp, recurso operado pela Casa da Juventude para atendimentos remotos e manutenção de vínculos. Essa ferramenta foi disponibilizada pelo equipamento ao pesquisador com a finalidade do contato, tendo em vista que são jovens vinculados à Casa da Juventude.

As entrevistas aconteceram em horários agendados mais convenientes aos jovens ou possibilitando que chegassem ao equipamento quando fosse possível, durante o dia. Nem todos os jovens convidados compareceram à Casa da Juventude, apesar da explicação prévia dos objetivos da entrevista.

É importante destacar que o universo acadêmico, bem como seus métodos de coleta de dados, pode ser um fator de estranhamento ao público convidado, tendo em vista que o procedimento metodológico da pesquisa científica não figura em seus cotidianos.

Foi observado por este pesquisador que os termos mestrado, pós-graduação e pesquisa científica foram palavras que geraram certa estranheza na explicação sobre a realização do estudo, sendo necessária uma outra forma de linguagem, sem comprometer o objetivo da elucidação. A hipótese é que isso pode ter relação com o fato de somente 2 dos 15 entrevistados estarem cursando o ensino superior, em um universo em que 60% estão em situação de abandono escolar, como será destacado posteriormente.

Do total de entrevistados, 11 entrevistas foram realizadas na Casa da Juventude em espaço que promoveu acolhimento, privacidade e conforto. Devido à distância territorial, as

entrevistas de 04 jovens foram realizadas em suas respectivas residências, mantendo-se a privacidade e o conforto, evitando desgaste aos jovens que percorreriam grande distância para chegar à Casa da Juventude.

Em ambos os casos, as entrevistas foram realizadas mantendo os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme já mencionado nas notas metodológicas. A fim de garantir o anonimato, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

Destacamos abaixo um quadro contendo a caracterização dos jovens entrevistados. As informações contidas no quadro fazem parte do bloco 2 de questões sociodemográficas, como idade, escolaridade, bairro, se está solteiro ou não, se possui filhos, renda, pessoas com quem reside, gênero, cor e se o entrevistado ou a família está inserido em benefício de transferência de renda: Programa Bolsa Família.

Quadro 2. Caracterização dos entrevistados para a pesquisa

Participante	Caracterização
Breno	23 anos, ensino fundamental incompleto (abandono), bairro Santa Marta, solteiro, sem filhos, sem renda familiar, reside com os pais, masculino, pardo, genitora não é beneficiária do programa bolsa família.
Carolina	21 anos, ensino médio completo, bairro Jd. Alvorada, solteira, com 01 filho, sem renda formal, mãe solo, feminino, preta, beneficiária do Programa Bolsa Família.
Douglas	19 anos, cursando ensino superior, bairro Jd. Alvorada, solteiro, sem filhos, com renda familiar de aproximadamente R\$ 2.000,00, reside com a mãe e irmã, LGBTQIAPN+, preta, genitora não é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Éder	19 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Santa Rosa, união estável, sem filho biológico, BPC, reside com a companheira e 05 enteados, masculino, pardo, a companheira é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Fernanda	21 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Santa Lúcia, divorciada, 01 filha, está gestante, sem renda, mãe solo, feminino, parda, beneficiária do Programa Bolsa Família.
Flávia	19 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Santa Rosa II, solteira, 01 filha, renda de R\$ 2.000,00, mãe solo, feminino, parda, não é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Gabriela	19 anos, ensino médio incompleto (cursando EJA), bairro Jd. Recreio, união estável, sem filhos, renda familiar informal de aproximadamente R\$ 2.000,00, reside com o companheiro, feminino, branca, não é beneficiária do Programa Bolsa Família.

José	19 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Vila Áurea, solteiro, sem filhos, renda familiar não informada, reside com a mãe e a irmã, masculino, preto, genitora é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Mauro	20 anos, ensino médio completo, bairro Santa Clara, solteiro, sem filhos, renda familiar de aproximadamente R\$ 2.000,00, reside com a mãe e dois irmãos, masculino, preto, genitora não é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Miguel	22 anos, ensino fundamental incompleto (abandono), bairro Jd. Recreio, união estável, sem filhos, renda familiar informal de aproximadamente R\$ 2.000,00, reside com a companheira, masculino, preto, não é beneficiário do Programa Bolsa Família.
Monalisa	21 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Jd. Alvorada, união estável, 01 filho, renda familiar informal de aproximadamente R\$ 1.500,00, reside com o companheiro, feminino, parda, beneficiária do Programa Bolsa Família.
Olívia	20 anos, cursando ensino superior em universidade pública, bairro Santa Marta, solteira, sem filhos, renda familiar de aproximadamente R\$ 3.500,00, reside com a mãe, pai e irmã, feminina, parda, genitora não é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Paula	22 anos, ensino médio completo, bairro Cohab 9, solteira, sem filhos, renda familiar informal de aproximadamente R\$ 2.000,00, reside com a mãe, pai e irmão, feminina, branca, genitora é beneficiária do Programa Bolsa Família.
Sheila	21 anos, ensino médio completo, bairro Jd. Alvorada, solteira, 01 filho, renda familiar não informada, reside com o namorado, feminino, branca, beneficiária do Programa Bolsa Família.
Vitória	23 anos, ensino médio incompleto (abandono), bairro Santa Marta, solteira, sem filhos, sem renda, sozinha, LGBTQIAPN+, parda, beneficiária do Programa Bolsa Família.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O quadro de caracterização dos entrevistados para a pesquisa nos possibilitou conhecer um pouco sobre o perfil social dos participantes, destacando alguns indicadores que contribuem para o diálogo com os grupos temáticos analisados nesta pesquisa.

A partir das 15 entrevistas, constatou-se que as idades mais frequentes foram de jovens de 19 e 21 anos de idade, sendo a média das idades estabelecida em 20 anos e 6 meses.

Declararam-se do sexo masculino 5 entrevistados, correspondendo a 33,3% dos jovens; para o sexo feminino foram 8 entrevistadas, correspondendo a 53,3% das jovens; a população LGBTQIAPN+ ficou declarada por 2 jovens, equivalendo a 13,3% dos jovens.

Destaca-se que a população feminina está em maior quantidade nas entrevistas, em relação ao público masculino e LGBTQIAPN+, alinhando-se ao levantamento “Perfil d@s jovens da casa da juventude” (Sertãozinho, [2024b]).

Na questão referente à autodeclaração em relação ao gênero, observou-se a predominância do masculino e feminino. Entretanto, alguns participantes utilizaram a categoria “LGBT”, indicando que a pergunta foi compreendida também a partir de dimensões relacionadas à identidade de gênero ou orientação sexual.

Sobre o território de vivência dos jovens, destaque para a região dos “Santa's”, como é conhecido o conjunto de bairros muito próximos uns dos outros que possui “Santa” no início dos nomes. Tais bairros são compostos por moradias populares e muito populosas, localizados na região periférica da cidade, que têm a Av. Alessio Mazer como referência comercial dos bairros devido à distância dos bairros citados em relação à área central do município. São alguns dos bairros: Santa Rosa I e II, Santa Marta, Santa Lúcia e Santa Clara, que representam os bairros de moradia de 7 jovens entrevistados, refletindo em 46,6%.

Destaca-se que a região dos “Santa's” oferece poucos recursos para a mobilidade social dos jovens, com precárias linhas de transporte urbano para acesso às instituições de formação técnica ou superior, tendo uma única escola estadual de ensino fundamental e médio, não possuindo nas proximidades outras instituições de formação educacional públicas. Nem ações permanentes da Secretaria Municipal de Trabalho voltadas ao trabalho formal.

Salienta-se que os bairros citados ficam próximos ao Ceu das Artes, localizado no bairro Santa Marta, ou seja, próximo ao local da entrevista. Assim sendo, a Casa da Juventude está situada no conjunto de bairros acima destacados.

Quando perguntados sobre como se identificam em relação à própria cor, 7 participantes declararam-se pardos, representando cerca de 46%, seguidos por 5 autodeclarados pretos, cerca de 33%, e 3 jovens declararam-se brancos, perto de 13%.

Foi observada, durante a coleta de dados, maior dificuldade em acessar jovens brancos elegíveis para a entrevista. Não que não haja jovens brancos que vivenciaram ou estão vivenciando trabalho degradante, mas que, conforme dados do levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), pretos (19,5%) e pardos (53,4%) totalizam 72,9% dos jovens da Casa da Juventude, o que se alinha aos dados obtidos na coleta das entrevistas.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, um dado se revelou preocupante, podendo estar correlacionado à condição de trabalho vivenciada pelos jovens da entrevista: o fato de 60% dos jovens, ou seja, 9 dos 15 participantes, estarem em situação de abandono

escolar (uma das participantes relatou que logo estará deixando a situação de abandono escolar, pois está retornando para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)).

É um dado relevante para descrever os impactos do trabalho degradante na vida escolar dos jovens, e ainda que não seja o foco desta pesquisa apontar de que modo a vida escolar é afetada pelo trabalho, salientamos ser um dado que merece menção.

Sobretudo considerando que, em 2023, o IBGE apontou que 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos indicaram a necessidade de trabalhar como fator principal para terem deixado a escola antes da conclusão do Ensino Médio ou nunca terem frequentado a escola, destacando ainda que, em comparação a 2022, esse percentual subiu 1,5% (IBGE, 2024).

Para Santos (2025), não se pode negar o vínculo entre trabalho infantil e evasão escolar. O autor afirma que “crianças e adolescentes que ingressam precocemente no mercado de trabalho frequentemente enfrentam jornadas exaustivas que comprometem sua frequência e desempenho escolar” (Santos, 2025, p. 9).

Somente 02 participantes relataram estar cursando ensino superior, o que representa apenas 13,3% dos entrevistados. Nota-se que o acesso de um dos jovens ao ensino superior deu-se via Programa Federal Universidades para Todos (PROUNI) e a outra jovem está inserida na Universidade Estadual Paulista.

Declararam-se solteiros 10 participantes, correspondendo a 66,6%. Também é de 10 participantes o número de jovens que declararam não ter filhos. É importante realçar que somente 6 jovens ainda residiam com os pais, correspondendo a 40% dos entrevistados, ou seja, 60% dos jovens entrevistados encontram-se já com a função social de responsável familiar.

Os dados revelaram também que dos 6 jovens que residiam com os pais, 66,6% eram do sexo masculino, o que sugere que o público feminino é impelido a deixar o lar de seus genitores e estabelecer funções sociais do mundo adulto mais brevemente que o público masculino.

Esse argumento é reforçado por Botelho, Araújo e Codes (2016), que analisaram os indicadores dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 em busca das decisões de sair ou não sair das casas dos pais. Destaca-se, para o rigor do argumento defendido pelas autoras, que os jovens que foram morar com parentes ou mesmo com sogros não foram considerados como “saídos de casa”, somente jovens considerados responsáveis pelo domicílio, conforme apontam as autoras.

Desse modo, a pesquisa verificou a probabilidade de jovens de 15 a 29 anos de sair ou não de casa, revelando que “mulheres tendem a sair de casa bem mais que os homens, para qualquer idade e qualquer período analisado” (Botelho; Araújo; Codes, 2016, p. 104).

Outro dado que aparece é a figura da genitora que está presente em 100% dos lares dos 6 jovens que relataram conviver com os pais, contudo, observa-se que o genitor está presente em somente 50% desses mesmos lares.

Destaca-se que 53,3% dos jovens, ou seja, 8 de 15, mencionaram não auferir renda individualmente. Entre os demais, 4 jovens estão em trabalho formal, 26,6%, enquanto em trabalho informal 3 jovens relataram estarem nessa condição, correspondendo a 20%.

São jovens que estão em busca de uma inserção laboral, porém, no momento da entrevista, mais da metade dos participantes não exercia atividade laboral. Isso mostra o fosso que separa esses jovens do acesso ao trabalho.

Segundo dados do IBGE referentes ao primeiro semestre de 2025, os jovens entre 18 e 24 anos representavam 14,9% dos desempregados, taxa inferior aos 26,4% do público de 14 a 17 anos, mas superior às demais faixas etárias, as taxas são: de 25 a 39 anos, 6,5%, 40 a 59 anos, 4,7%, e de 60 anos ou mais, 3,1% (IBGE, 2025b).

Os dados do IBGE apontam ainda que a taxa de desemprego entre as mulheres, 8,7%, é superior à dos homens, 5,7% (IBGE, 2025b), o que pode ser observado também entre os jovens participantes da pesquisa, em que mulheres somam 62,5% das desempregadas, enquanto homens são 37,5%.

Em igual percentual, ou seja, 53,3%, são de jovens cujas famílias estão inseridas no Programa Bolsa Família, presente nas famílias de 8 dos 15 entrevistados.

Doravante, na análise do conteúdo das entrevistas, foi possível reunir a percepção dos jovens em relação ao que é ser jovem na concepção do próprio jovem em três grandes grupos temáticos: 1 – Da precariedade social na adolescência à atividade laboral precoce; 2 - O precário início da vida laboral dos adolescentes e sua perpetuação em trabalhos degradantes; 3 – Percepção de Juventude e transição para a vida adulta.

4.2 Da precariedade social na adolescência à atividade laboral precoce

Sob a perspectiva da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005), a concepção de vulnerabilidade social é perpassada por várias facetas, podendo estar relacionada à fragilização dos vínculos de pertencimento social, afetivos e relacionais, além

de variadas formas de privação, como a privação material, renda ou mesmo em relação à precários e nulos acessos aos serviços públicos.

Contudo, utilizaremos a concepção de precariedade social ao invés de vulnerabilidade social, necessário para podermos compreender essa exposição a riscos enquanto uma condição estrutural e não um subproduto da pobreza. Para não correremos o risco de os mecanismos estruturais que a produzem ficarem ocultos e descolados da condição de trabalho precário, pois se o trabalho é precário, a vida também é.

É importante termos em mente que os jovens que entrevistamos estão precarizados, e por serem precarizados estão em risco social. Souza (2021) vai afirmar que a precariedade é histórica e estrutural, e se refere às péssimas condições de vida, se originando da contradição da relação capital/trabalho e é imanente ao indivíduo que depende da venda de sua força de trabalho, como mercadoria, em troca de salário para sobreviver sem a certeza de ter garantido o básico.

Conforme já discutido por Alves (2007), quando nos referimos à precariedade, estamos nos referindo a uma condição socioestrutural que caracteriza a força de trabalho e o trabalho vivo como mercadoria, dessa forma, segundo o autor, “desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social” (Alves, 2007, p. 113).

Desse modo, enquanto a precariedade é uma condição de vida insegura, instável e de riscos, a precarização do trabalho caracteriza-se como um processo onde o próprio conceito de “precarização diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade” (Alves, 2007, p. 113).

Assim, em face de um cenário de rápida precarização do trabalho em escala global, conforme Firmiano, Silva e Sant’Ana (2024), trata-se de um processo de intensificação que não se refere somente à forma de organização da produção, mas como sistema econômico, político e ideológico denominado neoliberalismo que conduz à reestruturação produtiva. Diante disso, a condição de vida das famílias degrada-se rapidamente em consonância com a precarização do trabalho.

É o que podemos observar nas falas dos entrevistados, onde a percepção das vivências na adolescência constituiu-se de sofrimentos e dificuldades provocadas por uma vida em condições precárias. Sobretudo quando consideramos a presença de privação material, que se desenha a partir da ausência ou insuficiência de renda auferida pela família, bem como do sentimento dos jovens entrevistados de sentirem-se desprotegidos e desamparados em relação às suas famílias, tendo que lidar, em decorrência disso, com questões fora de seu tempo.

Dayrell (2003) aponta que os modos de ser jovem estão relacionados aos processos do meio social no qual o jovem está inserido, e pela qualidade das trocas que este proporciona.

É o que revelamos com a fala da jovem entrevistada em relação à sua adolescência:

“Foi tensa. É se virar sozinha. Porque eu nunca tive ajuda de ninguém. Trabalhar, sustentar a casa. Porque eu casei nova [aos 15 anos]” (Fernanda).

Como Silva, Galeto e Batista (2020) já destacaram, essa precariedade se revela a partir de um ponto de vista estrutural, como expressão da condição subalterna dos filhos e filhas da classe trabalhadora que se veem lançados às mazelas da questão social no capitalismo contemporâneo.

Essa desproteção familiar é vista de alguma forma na fala do entrevistado em relação à privação material na sua adolescência:

“Eu acho que é questão financeira e questão familiar, né. Muito familiar. Problema com briga, essas coisas familiares, né. Conflito em casa e questão financeira mesmo também” (José).

Esse contexto de estrutura desigual e subalterna, como descrevem Silva, Galeto e Batista (2020), expõe as famílias da classe trabalhadora a uma condição de pobreza que se expressa, entre outras, pela desproteção no suporte afetivo/protetivo familiar, impondo aos jovens entrevistados um cenário em que se veem sozinhos e tendo que lidar com questões fora do seu tempo de desenvolvimento.

Montaño (2012) vai analisar que essa condição de pobreza é uma expressão da questão social, sendo fruto do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, constituindo-se de uma manifestação na relação capital/trabalho, não sendo uma escassez de produtos ou um fenômeno de ordem individual ou familiar.

Desse modo, as famílias são lançadas em um cenário de precariedade social, onde a sobrevivência às mazelas da questão social torna-se o cerne das relações estabelecidas na organização familiar, infligindo aos jovens deste estudo o peso de lidarem precocemente com questões de responsabilidade dos adultos, comprometendo a qualidade das trocas pertinentes às vivências necessárias ao desenvolvimento na adolescência, tendo a percepção de que não vivenciaram a adolescência.

“Não tive muita oportunidade de brincar e de aproveitar. Era eu trabalhar e não ter dinheiro. Tinha que ajudar dentro de casa. Então, porque, né, querendo ou não, ninguém que conversa comigo fala que eu tenho a idade que eu tenho. Todo mundo que conversa comigo acha que eu sou mais velha por conta das coisas que eu tive que passar. Teve ganhos e perdas. Eu perdi o momento, assim, onde todo mundo fala

que é bom para a vida do jovem, porque eu tive que virar mulher muito cedo” (Flávia).

Uma das mazelas vistas nas falas dos entrevistados, nesse processo de pauperização da classe trabalhadora, é a inserção precoce desses jovens no mundo do trabalho para suprir necessidades materiais da família ou de sua própria gestão, como discutido por Sposito (1993).

É importante realizarmos uma reflexão sobre a condição concreta dos entrevistados. Essa forma de enfrentamento da precariedade social através do trabalho precoce não se apresenta como uma alternativa para eles, pois, quando consideramos a existência de uma alternativa, estamos falando da existência de um outro caminho possível pelo jovem. Mas o que foi visto nas falas dos jovens, trata-se de um enfrentamento onde não há escolha de outra vivência, mas sim a necessidade imperiosa do trabalho. Viana (2012) diz que a sina do jovem do lumpemproletariado na sociedade moderna é o trabalho.

Conforme observado no relato do jovem entrevistado, que entre os 12 e 13 anos iniciou sua vida laboral:

“Primeiro foi uma pressão em casa, né. Porque a gente tinha dificuldade financeira. E aí, me botavam para trabalhar. E tudo que é forçado, a gente não gosta. Não me dava uma opção de escolha. Aí, eu trabalhei com meu pai como auxiliar de pintor, também como pedreiro algumas vezes. E tinha que ajudar ele a pintar as coisas e era péssimo” (Douglas).

Observa-se que o trabalho é componente fundamental nos relatos desses jovens, como aquilo que, embora tenha um caráter de suprir necessidades materiais e humanas, nega a possibilidade para esses jovens de um desenvolvimento humano, social e seguro, lançando-os em mais violações.

Segundo Silva, Galeto e Batista (2020, p. 7), os jovens são um dos segmentos mais expostos a esse processo “pela sua própria condição de instabilidade, insegurança e marginalidade, quando pertencentes a grupos historicamente estigmatizados, como é o jovem negro e o periférico”. Desse modo, as autoras entendem que a precariedade social gera dificuldade e desvantagens no acesso às oportunidades.

Como relata a jovem entrevistada ao recordar na sua adolescência atividade laboral por aproximadamente dois anos:

“Ah, foi sofrida, né. Não foi muito boa, porque desde, assim, desde a adolescência, tipo, dos 14 anos ou menos, sempre catei sucata com a minha mãe. O povo lá da empresa dava ferro, dava papelão, aí a gente vendia lá na sucata que tem lá perto mesmo” (Monalisa).

Assim, as principais dificuldades relatadas pelos jovens corroboram com o entendimento defendido neste estudo de que suas vivências e violações a qual estão submetidos precisam se desprender do componente moral, percepção da realidade que contribui para a invisibilidade social e que criminaliza suas vivências e vulnerabilidades atribuindo-se a esses jovens um comportamento conflituoso natural própria da idade, e muitas vezes entendido como rebeldia ou como um valor de formação de caráter necessário aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

“Desde, vamos ver, desde os meus 15 anos que as meninas viraram mulheres moças já, né. Eu me entendo sozinha. Eu me crio sozinha. Tive filho. Minha adolescência, brinquei muito pouco, né, brinquei pouco. Tive que trabalhar cedo” (Carolina).

Viana (2012), como refletido em capítulo anterior, entende que a própria vivência em condições precárias, seja por desemprego, subemprego ou demais condições degradantes, consiste em seu modo de ressocialização para a vida adulta, sendo para esses jovens um processo precário que não os prepara ou o faz restritamente. Desse modo, impacta em suas percepções sobre a vida e o futuro.

Vivências precárias que deveriam ser percebidas como denúncias de uma condição social de abandono e desproteção pela sociedade e pelo Estado. Segundo Abramo (1997, p. 32), “[...] eles nunca podem ser vistos, ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros”.

A autora ainda complementa:

Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo — do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela [...] (Abramo, H., 1997, p. 29).

Lourenço (2014), na seção sobre os jovens em face ao excludente e precário mundo do trabalho, argumenta que essa condição de trabalho precoce e aviltante é naturalizada pela sociedade tendo em vista a privação material a que as famílias e jovens estão submetidos, discursos ideológicos e pelo abandono do Estado.

E que discuti-la somente à luz das famílias e da pobreza não é suficiente, pois as famílias diante dessa condição precária passam a contar estrategicamente com a renda do adolescente, além de ver o trabalho desde cedo como uma bússola moral ante a possibilidade de cooptação pelo crime ou de um desvio ético não esperado pela família.

4.3 O precário início da vida laboral dos adolescentes e sua perpetuação em trabalhos degradantes

O início da vida laboral dos jovens entrevistados para esse estudo correlaciona-se à própria precariedade de suas vidas, como abordado na seção anterior, revelando uma condição de trabalho que é estruturalmente precária e que se perpetua nos cenários futuros da vida do jovem.

Antunes (2009) explica, como visto no primeiro capítulo deste estudo, que as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970 desencadearam uma reestruturação com inúmeros impactos, expandindo a exploração da classe trabalhadora, piorando sua condição de trabalho, entre outras. Essas transformações foram respostas dadas em decorrência da redução da margem de viabilidade produtiva da expansão do capital, como destacou Mészáros (2011).

Como observado na seção anterior, esse cenário de precariedade social empurra os jovens para vivências desprotegidas e desumanas, tendo que lidar com demandas fora de seu tempo. Para Antunes (2009), a atual sociabilidade do capital estabelece o precário como padrão de socialização. É o que observamos nesse estudo a partir das entrevistas com os jovens, onde o trabalho degradante está sempre presente na vida deles.

Segundo os entrevistados, a inserção no mundo do trabalho precário aconteceu como resposta às necessidades materiais e humanas impostas em seus cotidianos, em que percebem o trabalho como uma forma de acessar bens materiais e necessidades humanas para si e/ou para ajudar em casa.

Desse modo, o que se revelou a partir das entrevistas para este estudo é que a importância do trabalho para os jovens não está no significado da realização dos sonhos como apontou Maia e Mancebo (2010), não que eles não querem sonhar, mas que a imposição para atender a necessidades básicas afasta essa possibilidade, e o trabalho passa a ser visto para atender desejos pessoais, ou seja, como um meio de acesso ao dinheiro para suprir necessidades humanas e materiais necessárias à condução da vida, como algo instrumental imposta a sua condição de jovem precarizado.

Mostrando a face perversa e desumana do trabalho em contexto neoliberal. Isso quer dizer que os jovens entrevistados, por não terem a propriedade dos meios de produção, são humilhados e forçados a vender sua força de trabalho em troca de um salário (Marx, 1988).

Abaixo, a jovem entrevistada expressa a importância do trabalho para ela:

“Sustentar minha casa. Felizmente, agora é só sustentar minha casa. Dinheiro para pagar minhas contas e o que eu preciso para minha filha” (Flávia).

Note-se que o “felizmente agora” utilizado pela jovem reflete também uma condição anterior de desemprego. É importante destacar que a adesão ao trabalho aviltante não ocorre somente em decorrência da objetividade da vida, mas também por múltiplos mecanismos de captura da subjetividade, como apontou Alves (2007, 2014). Para manter a subalternidade da classe trabalhadora em prol da ampliação do capital.

Dito isto, foi relatado pelos jovens que o primeiro contato com a vida laboral se deu da seguinte forma: 1 - acompanhar os pais ou parentes próximos nas atividades laborais exercidas por estes adultos como forma de “ajuda” na renda da família; 2 - que esse acesso precoce ao mundo do trabalho se deu por mediação dos pais ou parentes próximos “arrumando” um trabalho para o jovem e, 3 - como forma de sobrevivência tendo em vista a nula ou parca rede de proteção familiar e comunitária.

Segundo o entrevistado Douglas, quando perguntado sobre os motivos de ter iniciado a vida laboral, argumenta que:

“Na primeira casa que trabalhei com o meu padrasto, eu já estava de 12 para 13 [anos]. Quando ele precisava de alguém que ele não podia pagar muito, ele me pegava. A gente ia na parte da manhã, voltava, almoçava, voltava na parte da tarde e depois ia embora. Ele sempre gostava de pegar algo na parte das férias, nos finais de semana, ou também quando eu tinha aula. Eu ia para a escola na parte da manhã e na tarde eu ia ajudar ele” (Douglas).

Não que tenha sido um desejo do jovem estar naquela condição de espoliação, mas que, segundo Spósito (1993) e Dayrell (2003), na sociabilidade do capital, a maturidade mental e física para o trabalho e a capacidade de procriar são alguns dos marcadores que estabelecem que o indivíduo está apto para o desempenho da atividade para a vida adulta.

Assim, é importante destacar, como já apresentou Lourenço (2014), que a inserção precoce ao mundo do trabalho também se dá pelas famílias como prevenção à criminalidade e formação do caráter do jovem.

Para o jovem entrevistado, não havia escolha, precisava sobreviver. Assim, o jovem relatou os motivos para ter iniciado a vida laboral:

“Tipo assim, eu não tinha escolha, ou ia ou ia. Eu tinha que ir. Por exemplo, eu quero colocar uma roupa, eu tenho que ir, quero um sapato, eu tenho que ir, eu tenho que comer, eu tenho que ir. Não tive muita escolha, não tive pai, não sou herdeiro, tenho que ir” (Éder).

Dessa forma, observamos que o ingresso no trabalho, que deveria ser um espaço de socialização e perspectiva de futuro, como mostraram Maia e Mancebo (2010), torna-se um

espaço de violações de direitos. Distanciando-se de atividades laborais seguras que garantam a esses jovens direitos, colocando-os a salvo de toda forma de exploração e violência, conforme prevê o artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) (Brasil, 1988), assim como o 5º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990).

Assim, a socialização secundária, como apontaram H. Abramo (1997) e Groppo (2017), ou como Sposito (1993) já denominava de “agências socializadoras”, fica comprometida frente às condições degradantes de trabalho a que os jovens entrevistados estão expostos, e seus projetos de futuro podem sequer começar, como será visto posteriormente. Em um momento da vida que, segundo Gracioli (2009), a construção de significados e perspectivas de futuro é mais intensa.

Em relação à primeira experiência de trabalho relatada pelos participantes, a média de idade é de 14,2 anos, sendo as idades mais prevalentes 15 anos, 26,6%, 14 anos, 26,6%, seguida por 13 anos, 20%, 16 anos, 13,3%, 17 anos, 6,6% e 10 anos, 6,6%.

Esses dados revelam que a primeira experiência laboral dos jovens se dá antes do início da juventude, ou seja, antes dos 15 anos, correspondendo a 53,2% dos jovens entrevistados, inclusive com a presença de trabalho infantil. Não podemos deixar de mencionar que o artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, vedado o trabalho perigoso, insalubre ou noturno aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição acima mencionada.

Em que pese o fato de nenhum dos jovens entrevistados ter relatado que sua primeira vivência laboral tenha acontecido em situação laboral com alguma formalidade, ou seja, não houve nenhuma forma de registro empregatício, todos os jovens entrevistados tiveram a sua entrada na vida laboral em trabalho degradante e desprotegido.

Isso nos possibilita afirmar que a primeira referência para construção de uma vida profissional se estabeleceu tendo como parâmetros uma vivência de trabalho degradante, mostrando que o entendimento desse jovem sobre o mundo do trabalho ficou impresso a partir de uma experiência desprotegida e penosa.

Abaixo, a jovem entrevistada relata como foi o seu primeiro trabalho:

“Foi na panfletagem. Tinha treze [anos]. Trabalhava das seis da manhã até meio-dia, e da uma até cinco horas da tarde. Quando comecei a trabalhar, não era um serviço que pagava muito bem. Aí foi que, né, eu arrumei esse serviço meia boca para ir contribuindo dentro de casa” (Flávia).

As funções laborais degradantes e desprotegidas aqui mencionadas e realizadas pelos jovens em seus primeiros trabalhos se enquadram nos tipos de trabalhos proibidos pela Lista TIP. Trata-se da lista das piores formas de trabalho proibidas para menores de 18 anos (Brasil, 2008), que aparecem nos relatos de todos os jovens entrevistados, obedecendo aos seguintes percentuais: servente de pedreiro, 20%, babá, 20%, entregador de panfletos, 13,3%, faxineira, vendedor de porta em porta, auxiliar de funilaria, coletor de recicláveis, depósito de roupas e bijuterias, lanchonete/mercearia e tráfico de drogas aparecem com 6,6% cada.

Assim, um diálogo se faz necessário para entendermos o que caracteriza um trabalho degradante. A lista TIP, lista das piores formas de trabalho infantil, também proibidas aos menos de 18 anos, regulamentada no Brasil em 2008 (Brasil, 2008) em acordo com a convenção internacional nº 182 de 1999 (OIT, 1999), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação, estabelece uma classificação com 93 atividades capazes de prejudicar a saúde, a segurança e a moralidade a menores de 18 anos, descrevendo os riscos para cada uma das atividades degradantes.

Hiraoka, Azevedo e Fonseca (2024) apontam que a lista TIP brasileira é a lista mais extensa de todos os países. Segundo o art. 3º da Convenção 182 (OIT, 1999), essas piores formas de trabalho abrangem:

- a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados;
- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espetáculos pornográficos;
- c) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes, tais como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes;
- d) Os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou moralidade da criança.

É necessário descrever que, embora os itens a e b não apareçam entre as atividades laborais citadas no levantamento da Casa da Juventude, é imperioso destacar que as formas de exploração, sobretudo a exploração sexual e tráfico de drogas, estão presentes nos contextos de vulnerabilidades dos jovens e que, por serem temas sensíveis, nem sempre são verbalizados por estes. Assim, não podemos descartar a sua existência, mas sim elucidar que os itens acima citados não foram investigados nessa pesquisa.

Dessa forma, é significativo indicar um contraponto em relação ao trabalho degradante, direcionado para entendermos o que seria um trabalho não degradante aos jovens. Partiremos do conceito de trabalho decente formulado oficialmente pela primeira vez em

1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1999) em seu relatório que entende a necessidade do trabalho decente como demanda mundial.

A referida organização defende que é fundamental propiciar possibilidades para que mulheres e homens possam ter acesso a um trabalho decente, ou seja, em contexto de dignidade, equidade, liberdade e segurança (OIT, 1999). Apontando, inclusive, o trabalho decente como condição essencial para a superação da pobreza e desigualdade.

Salientamos que, embora a perspectiva de trabalho decente seja peça fundamental na proteção e bem-estar do trabalhador, em nossa percepção, a visão de superação da pobreza proposta pela OIT apresenta-se como discurso meramente transitório e não estrutural, não sendo um enfrentamento que promova mudanças estruturais diante da acumulação capitalista.

Segundo Siqueira (2013, p. 200), explica:

As formas de enfrentamento da pobreza que visam promover o desenvolvimento ou que procuram a superação da crise nada podem fazer para a redução da pobreza se tais medidas não vierem acompanhadas de mudanças na distribuição da riqueza, portanto, limites na acumulação de capital.

Isto posto, a convergência para um trabalho decente dá-se, segundo a OIT (1999), quando incorporados a proteção social, direitos fundamentais do trabalho, diálogo social e emprego, possibilitando condições aceitáveis de trabalho. Um trabalho que satisfaça as necessidades por moradia, segurança, saúde, educação e alimentação, que garanta proteção diante de infortúnios (doença, desemprego, acidentes, entre outros).

É fato que a inserção em um trabalho degradante promove a desproteção social e empurra o jovem para o risco e a precariedade, porém ainda é percebida pela sociedade como um mito visto como um “favor” ao jovem ou como algo positivo ao seu desenvolvimento, observado ainda como uma oportunidade para “aprender uma profissão ou não estar nas ruas”.

Essas informações só reforçam o estigma perpetuado na sociedade, o qual naturaliza a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Consequentemente, percebe-se que as crianças oriundas de famílias pobres, somadas ao racismo estrutural, são com muita frequência vistas como mão de obra, e não como cidadãs, o que deixa evidente sua vulnerabilidade social (Hiraoka; Azevedo; Fonseca, 2024, p. 2104).

Trata-se de uma equivocada forma de olhar para o jovem filho e filha da classe trabalhadora por uma visão moralizante, que criminaliza. Em que pese o fato de essa visão moralizante enxergar o jovem como irresponsável ou como aquele “que não quer nada com nada” quando este jovem se nega a tal exploração e desproteção.

Assim, é notório observar os impactos dessas formas de trabalho no desenvolvimento do jovem, desconstruindo assim uma visão de classe e moralista de que para o jovem precarizado o trabalho desprotegido é o caminho natural, e como essa experiência é danosa para a vida presente e futura desses jovens.

Como descrito no sítio eletrônico do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, [2025]), é possível elencar diversos exemplos do impacto dessas formas de trabalho no desenvolvimento do jovem. Os quais podem resultar em sequelas irreversíveis de tão prejudiciais:

Aspectos físicos: fadiga excessiva, problemas respiratórios, doenças causadas por agrotóxicos, lesões e deformidades na coluna, alergias, distúrbios do sono, irritabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em atividades laborais porque têm menor percepção dos perigos. Fraturas, mutilações, ferimentos causados por objetos cortantes, queimaduras, picadas por animais peçonhentos e morte são exemplos de acidentes de trabalho.

Aspectos psicológicos: abusos físicos, sexuais e emocionais são os principais fatores de adoecimento das crianças e adolescentes trabalhadores. Outros problemas identificados são: fobia social, isolamento, perda de afetividade, baixa autoestima e depressão.

Aspectos educacionais: baixo rendimento escolar, distorção idade-série, abandono da escola e não conclusão da Educação Básica. Cabe ressaltar que quanto mais cedo o indivíduo começar a trabalhar, menor é seu salário na fase adulta. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo rendimento escolar e ao comprometimento no processo de aprendizagem. É um ciclo vicioso que limita as oportunidades de emprego aos postos que exigem baixa qualificação e com baixa remuneração, perpetuando a pobreza e a exclusão social (FNPETI, [2025]).

Para os jovens entrevistados, a percepção de que havia riscos nos trabalhos que realizavam foi nítida. Conseguem dimensionar que nas atividades precárias executadas estavam expostos a possíveis acidentes que poderiam comprometer a sua saúde, a sua segurança e moralidade, não conceitualmente, mas compreendiam que a atividade que estavam exercendo apresentava riscos pela natureza da função.

Como podemos observar na fala do entrevistado em relação aos riscos aos quais estava exposto aos 13 anos de idade:

“Principalmente as dores de cabeça por conta do cheiro da tinta. Ou quando, sem querer, sei lá, a tinta caiu no chão, a gente tinha que limpar com tiner e aí ficava limpando com tiner, subia o cheiro porque era abafado né, dava muita dor de cabeça. Fora que você sentia como se a tinta ficasse dentro do seu nariz, você ficava o tempo todo respirando com muita dificuldade” (Douglas).

Desse modo, podemos perceber que o trabalho degradante nega o desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos e educacionais como condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento, como mostra o artigo 6º do Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), expondo-os, na verdade, a condições de saúde que podem gerar sequelas definitivas.

E, como se não bastasse, foi observado através dos relatos dos jovens entrevistados que essas condições de trabalho degradantes se perpetuaram durante a adolescência, mostrando que a precariedade das condições de vida está alinhada à precária condição do trabalho, configurando-se como uma tendência à informalização, como visto na nova morfologia do trabalho de Antunes (2013).

Conforme observamos nos relatos da jovem entrevistada:

“Trabalhei de lava-jato também. Eu tinha uns quatorze anos já. Lá eu ajudava só a lavar os carros por fora e limpar por dentro, passar aspirador, passar o pretinho. Não tinha EPI nenhum também, passava mal por causa de tudo né [mexia com produtos químicos]. Ah, eu fui fazendo vários bicos. Papel [panfletagem], lava-jato, garçomete” (Flávia).

Esses relatos alinham-se também aos dados do levantamento do “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), que mostrou no capítulo 2 deste estudo uma reinserção dos jovens da Casa da Juventude em atividades laborais degradantes, diante da negação ao acesso a um trabalho decente.

Assim, Oliveira (2003) descreve que essas formas de trabalho são convenientes ao processo de acumulação e expansão do capital, e estão longe de serem somente depósito do exército industrial de reserva. Antunes e Druck (2015) apontam que, em contexto de capital flexível, as formas de precarização do trabalho passam por recorrentes contratos sem registro em carteira, temporários, sem estabilidade, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas. E que, apesar de a informalidade não ser sinônimo de precariedade, os autores encontram nítida congruência com a precarização.

4.4 Percepção da juventude e transição para a vida adulta

O Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) define jovem, sujeito de políticas públicas, como aquele pertencente à faixa etária entre 15 e 29 anos. Para os entrevistados, a percepção de juventude seguiu principalmente esse quesito etário, ficando mais em evidência, não que os limites da faixa etária tenham sido verbalizados, mas que há uma percepção de que se enquadram dentro desses parâmetros etários.

“Ah, ser jovem, deixa eu ver. Ah, eu me sinto mais jovem por conta da idade” (Monalisa).

É importante salientar que o entendimento que os entrevistados tiveram sobre estarem nos limites etários pode estar relacionado às idades dos participantes dessa pesquisa, faixa etária de 18 a 24 anos, a qual a percepção de sentirem-se jovens pode se encontrar mais fixada, sobretudo pela sua vinculação às mídias, moda, entretenimento, entre outros.

Contudo, Abramo (1997) argumenta que o jovem é visto de duas formas pelos meios de comunicação tradicionais, ora como cultura e comportamentos, associando-os à moda, música e estilos de vida, ora como problemas sociais, associados à prática de violências. Mandelli, Soares e Lisboa (2011) vão corroborar, apontando que ora são vistos como problemas sociais, ora como o futuro da nação. É importante destacar, para não parecer aleatório, que esses significados da sociedade em relação aos jovens têm como métrica a condição de classe, raça e gênero do jovem.

Dito isso, não é possível conhecer nessa pesquisa se a faixa etária de 25 a 29 anos responderia da mesma forma, uma vez que, como já visto, segundo dados do levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]), existe um declínio da busca da faixa-etária de 25 a 29 anos pelo equipamento da Casa da juventude, o que pode indicar uma compreensão diferente sobre considerar-se jovem, conforme destacaram Andrade (2016) e Seidl-de-Moura et al. (2017) no capítulo 2, pois, entre os entrevistados, somente Olívia mencionou que a juventude se estende até próximo aos 30 anos.

Em alguns momentos, o quesito etário esteve associado a outras características que se ligavam a um entendimento de vigor e vitalidade, sendo correlacionado ao fator biológico.

Como apresentado nas falas dos entrevistados:

“Ser novo, ter disposição e força” (Breno).

“Tem a parte física, a parte mental. O que mais eu posso dizer? Aparência mais novo. É mais forte fisicamente” (Mauro).

Nota-se que esses requisitos, vigor, força e idade, podem estar relacionados também à ideia de estarem aptos ao trabalho. E, embora estejamos alinhados ao pensamento de Sposito (1993), Dayrell (2003), Abramovay e Castro (2015) sobre a juventude ser um processo de construção social que envolve os aspectos culturais e históricos, a percepção etária e biológica atribuída pelos jovens está inserida dentro de seus próprios contextos e experiências de classe, que geram suas visões de mundo. E, conforme Abramovay e Castro (2015), perpassam diferentes percepções e significados. Em que vários são os elementos que constituem essas vivências, conforme já destacados por Melsert e Bock (2015).

Contudo, outro aspecto analisado trouxe uma perspectiva ampliada ante ao bioetário, ganhando forma com as entrevistas, foi a percepção dos jovens de que a juventude se constitui também como um processo de aprendizado, imbricado em uma inexperiência da vida, elementos que aparecem em evidência em um momento da vida em que entendem que precisam aprender para lidar com situações futuras, um período de preparação para o que está por vir.

É possível perceber nos relatos das jovens entrevistadas:

“Você está começando sua vida né. Você é uma adolescente que ainda está migrando para a vida adulta. Ah, jovem é muito burro, faz muita coisa desnecessária. Acho que, quando você é jovem, você ainda tá criando uma cabeça para você enfrentar o mundo adulto” (Flávia).

“Jovem, que eu tenho mais possibilidade de aprender novas coisas, mais tempo de viver, pouco tempo de experiência nas coisas” (Gabriela).

A percepção trazida nas falas das jovens ao se verem enquanto processo de construção, de aprendizado, reforça o entendimento de que ser jovem para os entrevistados não se refere somente a uma condição bioetária ou como fase de crises (Dayrell, 2003), mas sim entendê-los também como um conjunto de transformações intrínsecas à sua condição social de jovens da classe trabalhadora. Produtos de uma vivência juvenil marcada pelo contexto social ao qual esses jovens estão inseridos.

Esse entendimento é fundamental para descolarmos, como apresentou Abramo, H. (1997), do jovem ser reconhecido como objeto de falhas e ajustes na integração social, em um olhar desfocado que cria estereótipos de comportamento moral, desconsiderando suas percepções e angústias.

Assim, buscamos nos distanciar de tratá-los como problemas sociais, pois:

Parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como ‘problema social’ (Abramo, H., 1997, p. 28).

Talvez por isso tenham a sensação, como ficou evidente nas entrevistas, de que a vida adulta, ou seja, quando atingem a maioria para a vida civil, esteja melhor quando comparada às vivências na adolescência, ainda que a precariedade social apresentada na adolescência não tenha sido superada. Não à toa, a percepção que os jovens têm quando olham para o período da adolescência é de que foi um período conturbado, horrível, de tensão e constituído por trabalho.

“Ah, minha vida [adulta], eu acho que ficou, independente das minhas dificuldades, ficou melhor né” (Carolina).

Notou-se que essa percepção de melhora, como já dito, não está associada à superação das condições de precariedade, mas sim, evidencia-se pela concepção de terem encontrado certa maturidade para lidarem com questões relativas à vida. Sobretudo tendo como parâmetro as vivências na adolescência e os estereótipos negativos culturalmente associados à adolescência (Dayrell, 2003).

A maturidade observada pelos entrevistados ganha sentido quando associada por eles a sentirem-se mais fortes, não somente fisicamente, mas sobretudo emocionalmente em relação às demandas que a vida apresenta, ou seja, uma compreensão de que conseguem “dar conta”, seja encontrando algum tipo de autonomia financeira para realizar suas demandas diárias, um suporte afetivo/emocional nas relações estabelecidas com a vida adulta ou a percepção de entenderem melhor o que querem.

“Uma nova forma de pensar. E é isso, mudou muito minha mentalidade em questão de família, em questão do que é certo para mim. E é isso né. Fiquei mais maduro” (José).

Foi percebido nas narrativas dos jovens que, enquanto a maturidade é encarada como uma característica boa na transição para a vida adulta, o volume de responsabilidades é algo que deixa os jovens apreensivos. Os entrevistados têm a percepção manifesta de que as responsabilidades com as quais precisam lidar no início da vida adulta estão desproporcionais em relação à pouca idade que têm, gerando, em alguns casos, um entendimento que distancia o jovem de se considerar jovem. É de se considerar que, conforme apresentado pelos dados sociodemográficos, 60% dos jovens entrevistados encontram-se já com a função social de responsável familiar.

É importante salientar que a manifestação dessas responsabilidades em quantidade desproporcional tem relação com as exigências de suprir necessidades humanas e materiais, conforme apontaram os entrevistados, ou seja, ter que lidar com a pressão de auferir renda e/ou enfrentar as pressões do dia a dia, em um cenário de pouco ou nulo suporte familiar e comunitário. Precariedade que vai além da renda, sendo perpassada por recortes de classe, raça, gênero (Melsert; Bock, 2015).

Destaca-se que o trabalho, com a chegada da vida adulta, não figurou nas narrativas como elo de superação das condições de precariedade, o que podemos apreender que o trabalho não se configurou como fator de estabilidade e proteção na vida desses jovens, em

um momento em que estão buscando por afirmação e reconhecimento social. Haja vista que, como mostrado, 53,3% dos jovens entrevistados estavam em situação de desemprego.

Salienta-se que não estamos reforçando aqui uma estereotipação do jovem por conta da negação das responsabilidades, mas o que ficou elucidado na fala de alguns jovens é que o peso das responsabilidades está acima daquilo que entendem como saudável e suportável.

“Tipo, é eu, é eu, se eu não fizer, ninguém vai fazer por mim. Eu sou o suporte agora. Se não tiver firme, ninguém vai fazer por mim. Vai passar o que tem que passar, fodido do jeito que tiver. Pela minha pouca idade, tem muita responsabilidade” (Miguel).

Nessa mesma direção, outro jovem entrevistado expõe certa dificuldade em atribuir características ao que faz dele um jovem, atribuindo ao amadurecimento precoce o volume de responsabilidades.

Assim menciona:

“Acho que eu não cheguei a aproveitar essa minha fase de jovem. Sempre tive que correr atrás das coisas todas sozinho, né. Aí, não sei se eu amadureci mais rápido ou cresci mais rápido e pulei essa etapa. Então, acho que para mim é um pouco mais difícil falar sobre isso. Ser jovem, não faço a menor ideia” (Douglas).

Interpretação semelhante é observada no relato de Éder, que se considera jovem por idade, mas que, devido aos compromissos familiares assumidos ainda na adolescência, se vê maduro para a vida, descolando-se de uma ideia juvenil e associando-se mais a um entender-se adulto, conforme verbaliza:

“[...] para minha idade, eu me considero jovem, mas, tipo assim, porque para mim eu não me considero jovem porque eu sou maduro. Tipo assim, porque para um moleque casar-se com 16 anos com uma mulher com cinco filhos, ele tem que querer. Tipo assim, eu me considero jovem por idade, mas não jovem porque eu sou muito maduro. Tipo assim, porque não é fácil, entendeu? É complicado. Eu me considero maduro” (Éder).

Destaca-se que a vida adulta é socialmente esperada pelos jovens com grande entusiasmo, e não é somente simbólica, mas muda a imagem do jovem em relação a como ele se vê. Traz também uma resignificação em relação à forma como esse jovem enxerga o mundo e como a sociedade o vê (Sposito, 1993). É importante destacar também que o rótulo de adolescente problema ficará no passado para esse jovem com a maioridade civil, no entanto, esse mesmo jovem receberá outros rótulos que o associam a problemas sociais, atribuídos à sua condição de classe, raça e gênero. Como expressão de sua condição de subalternidade (Silva; Galeto; Batista, 2020).

Desse modo, podemos perceber que a transição para a vida adulta carrega marcas e um peso social de uma precariedade social vivida já na adolescência, e aqui podemos refletir que, quando pensamos em uma transição, estamos nos referindo à passagem de uma condição a outra, contudo foi observado na análise que não ocorre de fato uma transição, mas sim um estado de precariedade social constante que vai se escalando conforme a idade avança e a pressão das funções sociais que se impõe.

Dessa forma, a precariedade social torna-se a própria socialização para a vida adulta (Viana, 2012), socialização que deveria ter o propósito de prepará-los para as funções necessárias à vida adulta, após a infância, como destacou H. Abramo (1997) e posteriormente Groppo (2017). Assim, sua vida adulta, apesar da relativa autonomia que experimentam, não se descola da precariedade da adolescência.

4.5 Dos projetos de vida às perspectivas de futuro: um desencontro com os jovens em trabalho degradante

Falar sobre o futuro não é uma tarefa fácil em tempos de uma sociabilidade que se desenvolve sob aspectos do precário enquanto modo de vida. A precariedade da vida expõe a barbárie de um tempo de incertezas e medos em um contexto em que pensar no futuro pode trazer dor e sofrimento para aqueles que sequer acessam o básico da vida.

Os desejos ou as expectativas de futuro manifestadas pelos jovens são impactadas pelos processos de socialização a qual estão inseridos (H. Abramo, 1997), (Dayrell, 2003), (Abramovay; Castro, 2015) e (Groppo, 2017).

As expectativas criadas para o seu futuro não são imutáveis, percorrem as condições objetivas e subjetivas pelas quais os jovens vivenciam, que vão moldando suas aspirações. Isso posto, podemos argumentar que as perspectivas de futuro que os jovens aspiram nem sempre condizem com o que a realidade contraditória permite concretizar, conforme apontaram Maia e Mancebo (2010).

Desse modo, as perspectivas de futuro dos jovens investigados nesse estudo podem encontrar um paralelo entre o idealizado para o seu futuro e a materialização de um projeto de vida em tempos de uma acentuada precarização do trabalho e consequente precariedade da vida em um capital mundializado e flexível. Sobretudo quando essas perspectivas do porvir buscam atender a algumas necessidades consideradas básicas pelos jovens, ou seja, o pensar no futuro pode alcançar limites quando o acesso a algumas seguranças não está garantido.

É o que podemos observar nas falas dos jovens em relação aos seus desejos futuros, onde acessar ao que eles consideraram como básico, ou seja, satisfação das necessidades

básicas como alimentação adequada, moradia, carro, moto, família, educação e emprego foram as principais aspirações dos jovens para o futuro.

É necessário destacar que, quando os jovens se referem às aquisições de veículos, essa necessidade está muito associada a suprir a deficitária rede de linhas de transporte público do município de Sertãozinho. Clivagens já apontadas por Melsert e Bock (2015) e Araújo et al. (2011) no capítulo 2.

Para o jovem Éder:

“É o básico que todo pobre quer ter, pelo menos o básico. Não é muito. O básico é isso. Só o básico. Comida, um teto para eu morar, um carro, uma moto, um serviço bom. E um ambiente onde eu more em paz. Essas coisas que eu penso” (Éder).

É importante destacar que, embora exista um extenso debate acerca das necessidades a partir de Marx, e que, segundo Macedo (1999), as necessidades são um produto social ligado a um dado contexto histórico e social, não é objetivo deste estudo realizar um debate histórico, ontológico e filosófico sobre o que são necessidades básicas, discussão que poderá compor estudos futuros.

Contudo, utilizaremos como parâmetro o que é apresentado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993), que em seu art. 1º provisiona a garantia dos mínimos sociais pelo Estado para atender às necessidades básicas a quem dela necessitar, embora não identifique ou conceitue o que são os mínimos sociais ou mesmo as necessidades básicas.

Pereira (2006) explica que, embora a Lei Orgânica da Assistência Social traga em seu texto mínimos sociais e necessidades básicas, os termos não são equivalentes e carregam diferenças conceituais e político-estratégicas. Para a autora, as provisões mínimas referem-se a uma conotação de menor, enquanto as necessidades básicas constituem as condições prévias para o exercício da cidadania.

E, longe de sermos reducionistas, as necessidades ultrapassam o sentido puramente fisiológico, ou seja, estão vinculadas a uma questão da existência humana. Entendemos, assim como Macedo (1999) e Pereira (2006), que a segurança através dos mínimos sociais garante um padrão básico nas condições de vida em atendimento às necessidades que são consideradas direitos de cidadania.

Desse modo, observamos que existem perspectivas de futuro dos jovens em relação a vida, porém o que ficou evidente é que são aspirações de acesso ao básico para a cidadania, ou seja, são perspectivas que guardam certo padrão comum, e que nos leva a pensar que a precariedade da vida e a negação ao acesso a um trabalho decente, como visto nas

recomendações da OIT (1999) na seção anterior, podem impossibilitar a esses jovens pensarem além do básico, nega ao jovem construir planos para além da sobrevivência., impactando na construção dos projetos de vida.

Leccardi (2005) e Leão, Dayrell e Reis (2011) afirmam que o presente é uma dimensão com a finalidade de preparar o jovem para o futuro, e que se adia a recompensa para alcançar a satisfação futura. No entanto, os jovens entrevistados nesse estudo não podem sacrificar um presente que por si só já é um sacrifício estar nele sem o mínimo de seguranças básicas necessárias para tal, ou seja, de que sacrifício estamos falando quando um jovem menciona ter como desejo futuro a alimentação adequada e moradia?

E, nesse mesmo sentido, não é possível planejar a construção de seus projetos de vida de modo organizado e esquematizado, como apontam Leão, Dayrell e Reis (2011), a partir da vivência em trabalhos degradantes que degradam a condição humana e que se repetem na vida do jovem cotidianamente, minando a percepção de que mesmo o básico pode ser uma tarefa difícil de atingir.

Esse argumento é defendido a partir da análise de que, quando os jovens entrevistados são chamados a refletir se essas mesmas perspectivas de futuro que mencionaram poderiam se materializar mesmo assim, quando pensadas a partir dos recursos disponíveis em seus contextos de vivência. As respostas ganharam contornos em dois sentidos.

Em um primeiro sentido, há uma significação de que as perspectivas de futuro serão atingidas, contudo, foi notado nesses relatos que esse entendimento ganha significado como uma certa esperança para seguir em frente, em um sentido de continuar “correndo atrás”, porém não de modo estruturado por etapas, mas muito associado em alguns momentos a uma subjetividade de que o esforço ou força de vontade são os valores centrais da ação.

Para a jovem entrevistada, há um grande esforço envolvido em suas aspirações:

“Se eu correr, né, correr muito, correr atrás, eu posso conseguir sim. Minha capacidade, né, minha força de vontade” (Carolina).

Destaca-se que a sociabilidade vivenciada pelos jovens está envolta de um capital reestruturado conduzido por valores neoliberais que impõem um modelo de comportamento pautado na competitividade. Souza e Alves (2019) argumentam ser um padrão de sociabilidade baseado na individualidade e esforço individual. Para Dardot e Laval (2016), a concorrência torna-se o campo central da vida social.

Houve um outro sentido dado pelos jovens entrevistados de que essas perspectivas de futuro, quando olhadas à luz de seus cotidianos, encontram pouca ou quase nula sustentação

de que poderiam se concretizar, como relatado pelo jovem Breno quando menciona que: “está longe, hein”, ao se referir às suas aspirações de ter uma casa e viver bem.

É importante salientar que não percebemos uma visão fatalista do futuro ou de negação pelos jovens, mas que esse distanciamento entre a perspectiva assumida para o futuro e sua concretização se deu composto por elementos percebidos na materialidade da vida que os fazia pensar que encontrariam dificuldades estruturais.

Realça-se que Leão, Dayrell e Reis (2011) defendem que a materialidade dos projetos de vida está vinculada aos campos de possibilidades que o jovem tem no cotidiano. Semelhante visão é percebida por Maia e Mancebo (2010), onde afirmam que as condições materiais e objetivas deparadas pelos jovens são determinantes para as perspectivas de futuro assumidas e sua materialização.

Para a jovem Vitória, desempregada, quando observa o contexto social à sua volta e reflete sobre suas aspirações de vida de ter um carro, uma casa e um emprego, considera que no futuro estará de:

“[...] de bicicleta e morando com a minha mãe” (Vitória).

Para outro jovem entrevistado, Mauro, desempregado, a realidade aparece como uma barreira social quando observa a possibilidade de conquista da “Carteira Nacional de Habilitação (CNH)”, “uma moto”, “um terreno” e “ajudar a mãe”, porém existe em sua fala uma percepção de que a precariedade estabelecida está além do indivíduo e relaciona-se com a questão do custo da vida.

“Olha, tipo assim, sei lá, muita coisa externa acaba complicando as coisas também. Tanto economicamente do país, as coisas estão aumentando e não sobra dinheiro. Às vezes você fica, tipo, preso em alguma coisa nas suas necessidades, essas coisas, você não tem, não sobra muito dinheiro para se investir em outra coisa” (Mauro).

Assim, assumimos aqui o entendimento de Sousa e Alves (2019) de que os projetos de vida dos jovens são um produto de uma modernidade neoliberal impulsionada pela racionalidade do esforço pessoal e da competição. E, ainda que desse modo, sua elaboração encontra inviabilidade diante de vivências em trabalhos degradantes que não permitem assegurar o mínimo de condições de garantias para o exercício da cidadania.

Isso fica evidenciado quando observamos as falas dos jovens em relação ao que eles consideram sucesso na vida, em que mais uma vez reforçam a necessidade de atingir o básico para viver.

“O sucesso para mim é o básico. Se eu adquirir essas coisas, eu tenho sucesso, porque é até difícil hoje em dia para você ter o básico, é difícil” (Éder).

“Ter sucesso é você ter que pagar todas as contas em dia, sem ter que ficar no mercado contando na calculadora o que você vai pagar, o que você vai deixar de pagar. Mesmo sendo as coisas básicas” (Flávia).

Acessar o básico considerado pelos jovens torna-se uma tarefa ainda mais difícil quando consideramos que 53,3% dos jovens entrevistados encontram-se sem trabalho, como visto na primeira seção deste capítulo. Destaca-se, como já observado, que são jovens que vivenciaram a adolescência inseridos em trabalhos degradantes e que chegam à vida adulta sem acesso a um trabalho protegido, correndo o risco de estarem novamente inseridos em um trabalho degradante. Corroborando para o entendimento desse estudo de que os jovens entrevistados encontram grandes obstáculos para assumirem projetos estruturados diante de um trabalho degradante, quando os têm.

Contudo, foi observado pelos jovens entrevistados nesse estudo que a Casa da Juventude possui papel importante no caminhar dos jovens como política pública de juventude.

É certo que não estamos defendendo aqui que um equipamento público vinculado à Política Municipal de Assistência Social seja suficiente para alterar o que está posto enquanto modelo de sociabilidade do capital. Como mostrou Siqueira (2013), ao afirmar que o enfrentamento à pobreza não se viabiliza se não vier acompanhado de limites à acumulação do capital e distribuição da riqueza socialmente produzida.

Mas que, para os jovens entrevistados, a Casa da Juventude é um espaço de acolhimento para as suas demandas, de suporte para a formação profissional e humana, de apoio e orientação, em que suas ações promovem para os jovens a possibilidade de não caminharem sozinhos.

Conforme relatado pela fala do jovem ao se referir à contribuição da Casa da Juventude em sua vida:

“Ah, sim, com certeza eu acredito que eles me auxiliam. Auxiliam muito, né, na minha vida, porque eu sempre consigo buscar ajuda com vocês, né, com a Casa da Juventude. E sempre me dou bem com as opiniões que vocês têm sobre mim, sobre o que é bom para o futuro. E isso me deixa feliz e contente saber que eu consigo ajuda de vocês” (José).

Foi observado que dois jovens da Casa da Juventude conseguiram desenvolver projetos mais estruturados em decorrência das intervenções da Casa da Juventude no sentido de mediar o acesso a diferentes espaços de socialização. Como um ponto de apoio importante no caminhar para que eles pudessem se organizar, e que estão acessando a universidade, conforme relataram. Inclusive, são os dois únicos jovens entrevistados que haviam acessado o

curso superior, diante de um cenário em que 60% dos jovens entrevistados não haviam concluído a educação básica, conforme visto nos dados demográficos da primeira seção deste capítulo.

Em seu percurso de vida, Douglas salienta que a Casa da Juventude foi um espaço de apoio em um momento fundamental de sua vida.

“Com certeza foi, porque nessa época foi a época que eu fui acolhido aqui, que foi tanto que eu tinha sofrido os abusos. Foi por isso que eu vim para cá, através do Conselho Tutelar. E isso me ajudou bastante, porque eu estava muito depressivo, porque minha família não tinha acreditado, eu me sentia vazio, e o curso aqui parecia que ele me preenchia. Era uma coisa que podia me tirar da minha rotina, quebrar aquele monótono de tristeza que eu estava sentindo” (Douglas).

É importante destacar, com a finalidade de elucidar o contexto, que o jovem, diante das violações sofridas, também estava sendo acompanhado pela rede socioassistencial do município, além de outras políticas públicas.

Dito isso, o jovem menciona que, aos 16 anos, conseguiu passar no processo seletivo para aprendizagem industrial no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A aprendizagem do Senai tem como finalidade preparar o jovem aprendiz para ocupações industriais específicas, combinando teoria e prática (SENAI, 2025), estando em acordo com a Lei da aprendizagem (Brasil, 2000).

Defendemos que a aprendizagem industrial do Senai é uma alternativa laboral aos jovens em vivência de trabalho degradante por possibilitar uma experiência laboral protetiva adequada ao seu desenvolvimento. No entanto, o seu ingresso dá-se por prova, dificultando o acesso de muitos jovens em precariedade social. Não sendo aqui o foco deste estudo. Para conhecimento sobre o assunto, ver Moherdaui (2021).

Para Douglas, o jovem citado acima, percebe-se que houve uma mudança significativa nas condições de trabalho em relação aos seus trabalhos como servente de pedreiro e auxiliar de pintor que até então o jovem vinha realizando, além de poder “ajudar em casa” com salário de aprendiz.

Segundo o jovem, em relação ao Senai:

“Acho que as condições [do Senai] que não eram insalubres [...] [até então] para mim, trabalho era só sofrimento. Depois que eu fui descobrir que trabalho não é só isso. E a forma que me engajou a me desempenhar mais” (Douglas).

É importante destacar que o acesso do jovem ao processo seletivo do Senai teve o suporte da Casa da Juventude, inclusive também no apoio posterior ao seu ingresso, que, de acordo com o jovem:

“São vocês [Casa da Juventude] que me ajudaram a fazer minha inscrição, que eu era muito leigo, eu não sabia realmente como fazer inscrição, eu vim aqui, vocês me explicaram, vocês mesmos que montaram a minha inscrição” (Douglas).

Essa experiência no Senai foi substancial para o jovem poder ter confiança e ressignificar suas perspectivas, dando mais concretude às ações e chegando ao acesso à universidade em 2025, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Inclusive, foi a Casa da Juventude que auxiliou o jovem no envio da documentação necessária ao ingresso no programa.

“O Senai serviu mais para reforçar ainda mais essa percepção. Porque eu falei assim: nossa, se eu já consegui passar [no processo seletivo] dois anos no Senai, por que eu não conseguiria passar em uma faculdade também? E, com isso, eu acabei criando mais confiança para confiar em mim” (Douglas).

A partir dessa análise elaborada das entrevistas, esse estudo reafirma a importância da Casa da Juventude enquanto espaço de defesa dos direitos da juventude sertaneza, destacando o seu papel enquanto um ponto de apoio em meio a uma sociabilidade que destrói sonhos e esperanças, impossibilitando que os jovens possam sonhar, e que nega a materialidade de seus projetos de vida, ainda que estes se acomodem como um projeto de mercado.

Assim, para finalizar, deixamos o relato de Olívia em relação à defesa e relevância da Casa da Juventude enquanto política pública:

“Eu acho que essa questão de ter a presença, então eu acho que isso é importante, assim, porque apesar de vocês não terem braços o suficiente para ter uma presença maior, né. Eu acho que é muito importante, eu acho que são aquelas, perdi a palavra, assim, né, momentos pequenos, mas que, assim, dão um direcionamento bem maior. Acho muito importante. E acho que, inclusive, vocês deveriam ser ampliados” (Olívia).

4.6 Produto: contribuições à Casa da Juventude de Sertãozinho/SP

Viana (2012), ao diferenciar um projeto de vida libertário de um projeto de vida alienado, entende que um projeto de vida alienado busca melhorias nas condições de vida do indivíduo no interior da sociedade capitalista. Enquanto um projeto de vida libertário se faz em um espaço de luta contraditório em confronto com a sociabilidade burguesa em busca de liberdade e autorrealização.

Desse modo, não é possível pensarmos em projetos de vida que almejam ser libertários quando os seus valores se acomodam na racionalidade capitalista. Haja vista os inúmeros mecanismos de captura da subjetividade que vão dando forma à reprodução social do capital (Alves, 2010; 2014).

Indo além, a liberdade e a autorrealização deveriam ser pensadas a partir da superação da lógica desumanizadora do capitalismo, tendo como parâmetro o ser humano. Não podendo emergir sem a superação das contradições na relação capital/trabalho (Mészáros, 2011).

No entanto, diante de uma sociabilidade neoliberal imposta aos jovens onde os projetos de vida são fomentados tendo como parâmetro a reprodução social dos interesses da acumulação e expansão do capital, os equipamentos públicos de defesa e garantia de direitos para a juventude em precariedade social, como por exemplo a Casa da Juventude de Sertãozinho, podem ser espaços de luta que possibilitem caminhar em conjunto com os jovens no apoio a estruturação de seus projetos de vida em uma perspectiva para além do capital.

Sabemos que alternativas viáveis que busquem romper com a hegemonia da sociabilidade metabólica para a acumulação e expansão são categoricamente ilegítimas pelo capital (Mészáros, 2008), mas é preciso lembrar que a Casa da Juventude foi apontada pelos jovens deste estudo como importante espaço de apoio, orientação e suporte para diminuir a tão distante materialidade de suas perspectivas de futuro. Perspectivas essas que encontram nítida relação com a realidade vivida pelos jovens e são impactadas pela condição de precariedade social estruturalmente dada.

Não podendo esse estudo deixar de dar voz e legitimidade a esse importante equipamento social, como manifestaram os jovens em precariedade social. No entanto, essa reflexão não tem a pretensão de definir um único caminho, mas apontar uma direção na sociabilidade posta e perversa aos jovens.

Entendemos a Casa da Juventude como uma possibilidade dos jovens construírem suas perspectivas de futuro para além do campo da busca por melhorias de vida. E, apesar das melhorias estarem acomodadas nos limites do domínio do capital e a sua reprodução, a Casa da Juventude pode contribuir com a possibilidade dos jovens enxergarem outra sociabilidade possível nas suas perspectivas de futuro. Sociabilidade que, no atual contexto do modo de produção capitalista, é pautada pela lógica do lucro e da competição, onde o modo de vida se torna cada vez mais o modo do mercado, como visto no capítulo 1.

Não estamos afirmando, assim como já foi indicado no capítulo 3 deste estudo, que um equipamento social público seja a panaceia para um outro mundo possível, haja vista que a política pública citada nessa reflexão está inserida intimamente na lógica global da

acumulação do capital para amenizar as tensões sociais e permitir a perpetuação capitalista, mas que esses espaços contraditórios também são espaços de lutas para se pensar a categoria juventude e seus projetos de vida libertários para além da lógica do mercado global.

Até porque, conforme Mészáros (2008) argumenta, as determinações estruturais se mantêm intactas quando se admite somente ajustes no modo de reprodução da sociedade, legitimando somente correções defeituosas na ordem estabelecida. É necessário, segundo o autor, romper com a lógica do capital, pois a lógica metabólica do capital é totalmente incorrigível.

E aqui fazemos a defesa de que esse espaço contraditório, que pode viabilizar apoio e garantia de direitos aos jovens, esteja vinculado à Política de Assistência Social. Isso se deve ao fato de que a assistência social, inserida na Seguridade Social, é política pública de proteção social voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida, e integrada às políticas setoriais, contribui para o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos indivíduos em situação de precariedade social (Brasil, 2005), apesar da referida política pública também estar inserida na lógica global do capital.

Assim, a Casa da Juventude pode ser um espaço de pertencimento para a juventude sertanezina atuando na defesa de seus direitos, contribuindo com a autonomia e emancipação dos jovens em precariedade social, sendo um lugar de referências individuais e coletivas para os processos de socialização dos jovens (Sertãozinho, 2011). Desse modo, uma socialização com trocas de qualidade pode contribuir para as necessidades da vida adulta, como bem destacaram neste estudo H. Abramo (1997), Dayrell (2003) e Groppo (2017).

No entanto, existe um problema público que precisa ser enfrentado no contexto das políticas públicas para a juventude. Sabemos dos limites impostos às políticas públicas neoliberais, em que esses equipamentos públicos acabam sendo formulados de modo precário e mantidos precariamente pelo poder público, em um sucateamento que obedece aos projetos societários do modo de produção capitalista.

Dessa forma, destacamos, entre outras, equipes reduzidas e insuficientes, precários recursos materiais para a operacionalização da política, sem financiamento próprio, em construções sem manutenção, com um olhar moralizante e assistencialista, instrumentalizadas politicamente, ou seja, políticas públicas precárias para pessoas em precariedade social. Sobre tudo quando consideramos que o jovem precarizado é visto como problema social (Abramo, H., 1997). Barreiro e Malfitano (2017) corroboram com Abramo, H. (1997) ao

afirmarem que os jovens são compreendidos a partir dos seus “desvios”, distanciando a legitimidade de suas necessidades.

Desse modo, a Casa da Juventude, equipamento direcionado à defesa e garantia de direitos da juventude, acaba sendo olhada como uma espécie de “bônus” na rede de serviços socioassistenciais dos municípios, sobretudo quando consideramos a inexistência desse tipo de serviço em muitos municípios brasileiros, não sendo vistos como essenciais para a política pública de proteção social, haja vista que políticas públicas para a juventude são historicamente escassas nos municípios.

Barreiro e Malfitano (2017) argumentam que, apesar dos avanços em relação às políticas públicas de juventude no Brasil, ainda possuem um recorte de classe social, direcionando suas ações ao viés assistencialista. Apesar do avanço com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Diante desse cenário, reforçamos a necessidade imperiosa de um olhar para a Casa da Juventude enquanto uma política pública relevante aos jovens do município, sendo necessário o enfrentamento do poder executivo municipal diante das demandas acima destacadas, para o equipamento promover um alcance maior aos jovens em precariedade social.

Contudo, apesar dos descaminhos, a Casa da Juventude, dentro do possível, tem buscado parcerias com instituições públicas de nível médio, técnico e/ou superior do município, além de outras parcerias que almejam formação educacional, humana e do mundo do trabalho, com trocas de qualidade, fomentando nos jovens a socialização para a construção de outras perspectivas de futuro.

A Casa da Juventude, é um equipamento público com potencial para possibilitar aos jovens do município ações mais qualitativas no suporte, apoio e orientação, além de ações em uma perspectiva estrutural.

O equipamento tem adotado algumas frentes de atuação como forma de garantir acesso a vivências com trocas de qualidade. A mediação com instituições de ensino públicas mostra-se um caminho interessante no que se refere a aproximar o jovem da Casa da juventude ao ensino técnico e superior públicos do município. Contudo, um fator que tem se mostrado decisivo para os jovens é a dificuldade em acessar tais instituições no município devido ao precário sistema de transporte coletivo do município, e que continua sendo uma pauta de luta relevante para o equipamento.

Uma perspectiva de construção coletiva que a Casa da Juventude almeja fomentar, tendo em vista o cenário de inserção em trabalhos precoces e degradantes dos jovens no município, é o diálogo na construção de um Fórum Municipal de Proteção ao Trabalho

Degradante, que envolve os atores municipais do sistema de proteção social da infância e juventude, e do trabalho, em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho de Ribeirão Preto (SRTE/SP), com foco na conscientização e fiscalização para promoção do cumprimento das cotas de aprendizagem estabelecidas pela Lei nº 10.097 de 2000.

Outra ação que tem sido discutida é a aproximação com empresas que precisam cumprir as cotas de aprendizagem, sobretudo empresas que utilizam o Senai como entidade formadora da aprendizagem industrial. Essa atuação tem como finalidade mediar o acesso de jovens da Casa da juventude que estão em trabalho degradante de um trabalho formal como aprendiz.

Nesse sentido, propõe-se a criação, na Casa da Juventude, de um Observatório do Trabalho Degradante, que tem a finalidade de coletar, sistematizar e analisar dados sobre a experiência de trabalho degradante vivenciadas por jovens menores de 18 anos atendidos pela Casa da Juventude, produzindo subsídios para formulação de políticas públicas de proteção e inserção em trabalhos protegidos.

Dessa forma, busca-se elaborar relatório técnico para gestores públicos do município com a finalidade de subsidiar ações para o fortalecimento de programas de aprendizagem profissional visando o fomento do cumprimento das cotas de aprendizagem no município.

Sugere-se que a coleta de dados das experiências laborais seja acompanhada de dados sociais e territoriais para se identificar além do perfil socioeconômico, os bairros com maior incidência.

A produção do relatório técnico pode ser gerada anualmente, contendo dados quantitativos, análise qualitativa, tendências locais e recomendações de políticas públicas. Recomenda-se apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social para formação de um banco de dados sistematizado e que posteriormente possa ser alimentado por demais equipamentos socioassistenciais que atendem jovens menores de 18 anos.

Espera-se que a curto prazo seja estabelecido um protocolo municipal de identificação de jovens menores de 18 anos em condição de trabalho degradante, sendo estes encaminhados a programas de aprendizagem profissional para vivências laborais seguras.

No entanto, para isso ocorrer efetivamente, é fundamental também uma mudança na perspectiva de como o poder público municipal observa o referido equipamento. A ampliação da equipe, o investimento na estrutura e manutenção do equipamento, o acolhimento das demandas do serviço são alguns pontos a serem observados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens vinculados à Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, especialmente jovens entre 18 a 24 anos com vivência em trabalho penoso e desprotegido, antes dos 18 anos, compreendendo, por meio de uma abordagem qualitativa, e tendo como referência uma leitura histórico-crítica do mundo do trabalho, a consciência prática acerca de si mesmo no que tange suas perspectivas sobre a juventude, a experiência em trabalho degradante e o projetos de vida.

Para isso, foi realizada uma investigação teórica sobre as metamorfoses ocorridas no mundo do capital, iniciada por volta de 1970, que impactam drasticamente o mundo do trabalho. O capital experimenta avanços tecnológicos significativos no sistema produtivo, ascensão do neoliberalismo, em uma reestruturação produtiva permanente que estabelece o precário como padrão nas relações sociais na vida e no trabalho.

Conforme aponta Antunes (2009), as metamorfoses ocasionadas pela reestruturação produtiva possuem como características o desemprego estrutural, a destruição da natureza e a precarização do trabalho globalmente. Além da crescente financeirização da economia, a concentração e centralização de capitais, exacerbada concorrência entre as corporações, em um mundo que se mundializa (Antunes; Praun, 2023).

Ditado por uma dinâmica expansionista e de acumulação, o capital metamorfoseia-se, reestruturando seus processos produtivos com a finalidade de romper com as barreiras que impedem a viabilidade produtiva. Mecanismos que impactaram também a dimensão política, social, econômica e ideológica (Filgueiras, 1997), direcionados pela ascensão do neoliberalismo como condutor da reestruturação produtiva.

A ascendência do toyotismo como modelo produtivo dominante, em detrimento do declínio do fordismo/taylorismo, que não mais atendia à viabilidade produtiva, impôs novos desafios à classe trabalhadora, não somente como um novo modelo de produção fabril, mas como organização social que impactou o modo de vida.

O toyotismo, sistema de aprimoramento da produção a partir de um modelo de empresa enxuta que elimina a mão de obra, mas que mantém a produtividade utilizando as tecnologias de informação e comunicação, como os sistemas para evitar desperdício de tempo, gerenciar demandas por meio de produção heterogênea e de reposição de estoque, traz em sua bagagem mecanismos na captura da subjetividade da classe trabalhadora, que passam a incorporar os ideais empresariais, sendo fiscais de si mesmos (Alves, 2000).

Para Antunes (2009) e Antunes e Druck (2015), existe em curso uma nova racionalidade de trabalho com alguns elementos que fazem parte de uma lógica de intensificação e degradação do trabalho, como a terceirização, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, reengenharia, *team work e lean production*. Além da já citada captura da subjetividade.

Lógica que coloca a classe trabalhadora diante de uma racionalidade destrutiva e desumanizadora, submetida a formas de trabalho flexíveis e intensificadas (Firmiano; Silva; Sant'Ana, 2024). Apoiada na produção fluida, difusa e flexível, não se reduzindo aos seus mecanismos orgânicos fundamentais, pois existe um componente qualitativamente novo na manipulação da objetividade e captura da subjetividade da força de trabalho (Alves, 2007).

Com isso, busca-se um trabalhador também flexível, engajado nos interesses da empresa, proativo, capaz de apresentar soluções para a empresa, que aceite baixos salários e se adapte a diferentes realidades na gestão empresarial, tendo que se capacitar constantemente diante de um cenário de medo e inseguranças no mercado de trabalho, estando mental e fisicamente envolvido com a empresa.

Antunes (2013) observou que o modelo flexível intensifica uma crescente informalização como tendência mundial do capital, que denominou de uma nova morfologia do trabalho. Um mundo do trabalho precarizado com inclinação para a informalização global para aqueles que vivem do trabalho, e que atende às necessidades de valorização do capital, ampliando seus mecanismos de exploração do trabalho. Uma busca do capital para transformar em tempo de trabalho excedente todo o tempo de trabalho, ou seja, diminuir as distâncias entre o tempo de trabalho da produção e o tempo de trabalho total (Oliveira, 2003).

Dessa forma, observa-se, no Brasil, uma rápida precarização do trabalho a partir de 1990, com uma conjuntura de privatizações, desindustrialização e desemprego em massa que atinge a já precária vida laboral do trabalhador, estabelecendo, o precário nas relações laborais, mediante contratos temporários, sem registros em carteira, sem estabilidade, com baixos salários e em condições de trabalho precárias, como apontam Antunes e Druck (2015).

Não podemos deixar de mencionar a uberização como uma das faces da precarização contemporânea do mundo do trabalho, que impõe à classe trabalhadora global nova forma de controle e organização da gestão do trabalho por meio de plataformas digitais. Associados à informalização do trabalho, esse gerenciamento e controle despojam o trabalhador de seus direitos, atribuindo a este os custos e riscos do trabalho (Abílio, 2020b).

É nesse cenário de profundas contradições na relação capital/trabalho que os jovens pesquisados neste estudo se inserem. São jovens vinculados à Casa da Juventude, serviço

socioassistencial da Proteção Social Básica da Prefeitura Municipal de Sertãozinho, que funciona como um centro de referência para a juventude, atuando na defesa de seus direitos, na construção da autonomia e emancipação, no processo de individualização e socialização (Sertãozinho, 2011).

Em atendimentos realizados com jovens que procuram o referido serviço público, geralmente trazendo demandas de trabalho e/ou por cursos de qualificação, foi possível identificar nos relatos de jovens de 15 anos ou mais, narrativas de experiências laborais vividas, ou em vivência, em trabalhos penosos e desprotegidos, o que fez este pesquisador refletir sobre os impactos dessas vivências na perspectiva de vida desses jovens.

O pesquisador deste estudo é assistente social, graduado desde 2017 pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Franca/SP. Enquanto assistente social, iniciou suas atividades laborais na cidade de Guariba/SP, em 2018, como servidor público municipal e, posteriormente, em dezembro de 2018, tornou-se servidor público municipal na cidade de Sertãozinho/SP, onde atua desde então.

Desse modo, o interesse pelo presente estudo originou-se da minha atuação profissional de 7 anos como assistente social da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, uma política pública voltada para a faixa etária de 15 a 29 anos e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como público prioritário jovens em precariedade social.

Assim, em 2024, com a finalidade de conhecer quem são os jovens que buscam o referido equipamento social, foi elaborado pela Casa da Juventude, estando este pesquisador à frente, o levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude” (Sertãozinho, [2024b]). Entre os dados obtidos com o levantamento, destacou-se o trabalho socialmente degradante, alternativa de atividade laboral em face da exclusão social do trabalho protegido, sequelas das acentuadas transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970.

São jovens da classe trabalhadora entendidos neste estudo como categoria social que vivencia os dilemas da vida em seu tempo histórico (H. Abramo, 1997; Groppo, 2017). Categoria que se depara cotidianamente com um mundo do trabalho estruturalmente desigual, exibido como natural, embora decorrente das relações contraditórias do modo de produção capitalista (Maia; Mancebo, 2010; Sousa; Alves, 2019). Assim sendo, os sujeitos da pesquisa são jovens precarizados que experimentam as contradições vividas pela classe, como as vivências em trabalhos degradantes.

A partir do levantamento “Perfil d@s jovens da Casa da Juventude”, foram identificados e entrevistados jovens com vivência em trabalho degradante, investigando os impactos da experiência do trabalho em seus projetos de vida.

Salienta-se que as funções laborais consideradas degradantes estão expressas em um rol de atividades proibidas a menores de 18 anos, por serem consideradas capazes de prejudicar a saúde, a segurança e a moralidade. E que se enquadram nos tipos de trabalhos proibidos pela Lista TIP, a lista das piores formas de trabalho (Brasil, 2008).

Na análise das entrevistas semi-estruturadas, foi observado nos relatos uma percepção de que as vivências na adolescência constituíram-se de sofrimentos e dificuldades provocadas por uma vida em condições precárias, sobretudo pela presença de privação material, gerada pela ausência ou insuficiência de renda auferida pela família, impondo aos jovens deste estudo o peso de lidar com questões fora do seu tempo de vivência, impelindo-os a uma vida laboral precoce, para suprir necessidades materiais da família ou de sua própria gestão.

Vivência laboral, que não se caracteriza por uma escolha, mas sim pela necessidade imperiosa do trabalho para auferir renda, como assim relataram, afastando o jovem de um desenvolvimento social e humano seguro, inserindo-o em mais violações. Viana (2012) vai dizer que a sina do jovem do lumpemproletariado na sociedade moderna é o trabalho, e que as vivências em condições degradantes consistem em seu modo de ressocialização para a vida adulta.

O estudo apontou que o acesso precoce ao mundo do trabalho se deu por mediação dos pais ou parentes próximos arrumando um trabalho para o jovem, como forma de “ajuda” na renda da família. É importante destacar que a inserção precoce ao mundo do trabalho também se dá pelas famílias como prevenção à criminalidade e formação do caráter do jovem (Lourenço, 2014). Foi constatado que o início na vida laboral degradante se deu antes do início da juventude para alguns jovens, inclusive com a presença de trabalho infantil.

Embora o artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), proíba qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, vedado o trabalho perigoso, insalubre ou noturno aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição acima mencionada.

O estudo evidenciou que todos os jovens entrevistados tiveram a sua entrada na vida laboral em trabalho degradante, desprotegido e sem nenhum tipo de formalidade. Desse modo, podemos afirmar que a percepção de mundo do trabalho que os jovens tiveram ficou impressa a partir de uma experiência laboral degradante.

Nos relatos, os entrevistados tiveram a percepção de que havia riscos nas atividades laborais que exerciam, e que estavam expostos a possíveis acidentes que poderiam comprometer a sua saúde, a sua segurança e a moralidade. São atividades laborais que negam

o desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos e educacionais como condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990).

Oliveira (2003) explica que as jornadas de trabalho e as legislações de proteção ao trabalhador são suprimidas para gerar a valorização do capital com a produção da mais-valia utilizando-se a informalidade. Estando longe de serem somente depósito do exército industrial de reserva, mas sim, conveniente ao processo de acumulação e expansão do capital.

Os relatos dos jovens também mostraram que a condição de trabalho degradante vivenciada precocemente não se findou na primeira experiência laboral, mas que se perpetua durante a adolescência, mostrando que a precariedade das condições de vida está alinhada à precária condição do trabalho, configurando-se como uma tendência à informalização, como visto na nova morfologia do trabalho de Antunes (2013).

Desse modo, observamos que essas vivências em trabalho degradante impactam os projetos de vida dos jovens precarizados, pois a precariedade da vida expõe a barbárie de um tempo de incertezas e medos em um contexto em que pensar no futuro pode trazer dor e sofrimento para aqueles em condição precária.

Assim, notou-se que a materialização de um projeto de vida encontra barreiras em tempos de uma acentuada precarização do trabalho. Sobretudo porque não foram observados nas falas dos jovens, projetos de vida no sentido de um fazer estruturado, organizado e planejado, mas sim perspectivas de futuro que visam acessar o básico para viver, pois pensar no porvir como projeto de vida planejado exige que algumas seguranças básicas estejam garantidas.

Dessa forma, segundo os relatos dos jovens em relação aos seus desejos futuros, o acesso às necessidades básicas, como alimentação adequada, moradia, carro, moto, família, educação e emprego, constituiu-se nas principais perspectivas para o futuro.

Assim, observamos que existem perspectivas de futuro dos jovens em relação a vida, porém o que ficou evidente é que são aspirações de acesso ao básico para a cidadania, ou seja, são perspectivas que guardam certo padrão comum entre os entrevistados, e que nos leva a pensar que a precariedade da vida e a negação ao acesso a um trabalho decente, podem impossibilitar a esses jovens pensarem além do básico, nega ao jovem construir planos para além da sobrevivência, impactando na construção dos projetos de vida.

Diante disso, a Casa da Juventude, como ficou evidenciado nos relatos dos jovens participantes da pesquisa, insere-se como um importante equipamento social de apoio e orientação aos jovens em precariedade social, apresentando-se como possibilidade no suporte

à construção de projetos de vida que podem se desenvolver para além de perspectivas acomodadas nos limites do domínio do capital e de sua reprodução.

Não afirma-se neste estudo, que a Casa da juventude, política municipal da assistência social, seja a solução para outro mundo possível, pois a Política de Assistência Social está inserida intimamente na lógica global da acumulação do capital. No entanto, a Casa da Juventude mostra-se como espaço de lutas para se pensar a categoria juventude e seus projetos de vida para além da lógica do mercado global. Contribuindo com a autonomia e emancipação, sendo um lugar de referências individuais e coletivas, atuando na garantia de direitos dos jovens.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Questões do trabalho**: estudos avançados v. 34, n.98, p. 111-126, jan./abr. 2020a. Disponível em: <http://scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt>. Acesso em 26 jan. 2026.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e a juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set./dez. 2020b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2026.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [Brasília], n. 05-06, p. 25-36, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- ABRAMO, Lais. Trabalho decente e juventude no brasil: a construção de uma agenda. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3800>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/MAbramovay_kas.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, Giovanni. Formas da reestruturação produtiva. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. p. 155-184.
- ALVES, Giovanni. Toyotismo e captura da subjetividade. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. p. 185-208.
- ALVES, Giovanni. Precariedade e precarização do trabalho. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. p. 111-154.
- ALVES, Giovanni. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais da capital na era da globalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 55-72.
- ALVES, Giovanni. Toyotismo restrito: reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80. In: ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 120-138.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo global e captura da subjetividade: uma perspectiva crítica. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela Souza; NAVARRO, Vera; BERTANI, Iris; SILVA,

José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel. (Org.). **O avesso do trabalho II**: trabalho precarizado e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 41 – 60.

ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, [Rio de Janeiro], n. 37, p. 25–32, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4077>. Acesso em: 09 jan. 2024

ANDRADE, Cláudia. A construção da identidade, auto-conceito e autonomia em adultos emergentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, [São Paulo]. v. 20, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. *In*: LOURENÇO, Edvânia Ângela Souza; NAVARRO, Vera Lúcia; BERTANI, Iris Fenner; SILVA, José Siqueira da; SANT'ANA, Raquel. (Org.). **Averso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 21–40.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP : Boitempo, 2009. p. 101-118.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-28.

ANTUNES, Ricardo. As respostas do capital à sua crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP : Boitempo, 2009. p. 37-48.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, p. 19-34, dez. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/431>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. As formas de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo: do Taylorismo-Fordismo à acumulação flexível e digital. *In*: BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV, 2023. p. 109-122.

ANTUNES, Ricardo. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil recente. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. p. 225-246.

ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. p. 21-30.

ANTUNES, Ricardo. O toyotismo e as novas formas de acumulação de capital. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. p. 49-62.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-24.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, jul. 2015, p. 19-40. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264586001/html/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; OLIVEIRA, Jonathan Melo de; JESUS, Maísa Santos de; SÁ, Nelma Rezende de; SANTOS, Párbata Araújo Côrtes dos; LIMA, Thiago Cavalcante. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, [S. L.], v. 23, n. 3, p. 574-582, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XWXTQXKJ44BtT5Qw7dLWgvF/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. Aprender a empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, e1140, p.1-17, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376806104_Aprender_a_Empreender_reflexoes_sobre_um_projeto_de_vida_danificado. Acesso em 26 jan. 2026.

BARREIRO, Rafael Garcia; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Política brasileira para a juventude: a proposta dos Centros da Juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [S.L.], n.15, v.2, p. 1111-1122, 2017. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2890/858>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BORIN, André Luis dos Santos. **A nova senzala é logo ali**: ao lado da capital do agronegócio; lá nos fundos dos canaviais sertanezinhos. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/bdff5c20-cce8-4113-a280-73c51bf330cb/content>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BORIN, André Luis dos Santos. A relação capital x trabalho no setor sucroalcooleiro: o caso de Sertãozinho (SP). *In*: BORIN, André Luis dos Santos. **A nova senzala é logo ali**: ao lado da capital do agronegócio; lá nos fundos dos canaviais sertanezinhos. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2011. p. 113-170. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/bdff5c20-cce8-4113-a280-73c51bf330cb/content>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. **Sair ou não sair da casa dos pais**: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. (Orgs.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília : Ipea, 2016. p. 97-122. Disponível em: https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/Biblioteca/Livro_dimensoes%20da%20experien cia%20juvenil%20Brasil.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 28 outubro. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 28 outubro. 2024

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 ago. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 28 outubro 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14, jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 28 abril 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 26 outubro 2024

BRASIL. Lei nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 outubro 2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov. 2011. Seção 1, p. 114. Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_d6dbeb048ba947c2bbaf71b7008fb1b3.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005. 175 p. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005. p. 31-38. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Serviços da proteção social básica. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. p. 11-27. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília: [S.n.], [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 jan. 2026.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Successful qualitative research: a practical guide for beginners**. Los Angeles: Sage, 2013.

CACCIA-BAVA JUNIOR, Augusto. Direitos civis dos jovens e a insegurança urbana. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 16, p. 41-64, 2004.

DAL-ROSSO, Sadi. Crise econômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, p. 43 – 53, 2013
DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A fábrica do sujeito neoliberal**. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321-376.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, [Rio de Janeiro], n. 24, p. 40–52, set./out./nov./dez., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>Acesso em: 23 nov. 2024.

DIEESE. Aumenta o número de trabalhadores em ocupações criativas, mas alta informalidade é desafio. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 29, dez. 2024a. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2024/boletimEmpregoPauta29.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. Precarização do trabalho avança sobre setores e ocupações mais estruturadas. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 7, mar. 2018b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmpauta7.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. Renda média do contrato intermitente é inferior ao salário mínimo. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 28, nov. 2024b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2024/boletimEmpregoPauta28.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. Trabalho intermitente cresce, mas renda média é inferior ao salário mínimo. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 25, mai. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoempauta25.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. Trabalho novo, precarização antiga. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 10, nov. 2018a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmpauta10.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado. **Boletim Emprego em Pauta**, [S.l.], n. 22, mai. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoempauta22.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 271-290, abr./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MNX4pQhMhP6bPgCHY3T8rDq/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura. Juventudes e política de assistência social no Brasil pós-constituição federal de 1988: análise de programas e serviços. **Revista de Políticas Públicas**, [São Luís], v. 24, p. 410–432, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15154/8038>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: o Capitalismo no final do século. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 896-920. Disponível em: https://www.academia.edu/60723901/Reestrutura%C3%A7%C3%A3o_Produtiva_Globaliza%C3%A7%C3%A3o_e_Neoliberalismo_capitalismo_e_exclus%C3%A3o_soical_neste_final_de_s%C3%A9culo_1. Acesso em: 25 abr. 2025.

FIRMIANO, Frederico Daia. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil**: problemas do passado e dilemas para o futuro [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022. Disponível

em

<https://tile.loc.gov/storage-services/master/gdc/gdcebookspublic/20/23/32/74/98/2023327498/2023327498.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2025.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3095.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

FIRMIANO, Frederico Daia; SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos. A crise civilizatória do capital, a América Latina e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, p. 1-21, e-6628404, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DfQdGBchp8s953tG9Kjx7SF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FIRMIANO, Frederico Daia. A teoria do Estado na obra de István Mészáros: breve aproximação. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e97515, p. 1-10, 2024.

FIRMIANO, Frederico Daia; TEIXEIRA, Paula Maria Rattis. A situação da classe trabalhadora no Brasil e a Covid-19: uma análise dos primeiros meses da pandemia. **Revista da ABET**, v. 20, n. 2, p. 498-517, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/53846/35025>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FNPETI. Formas e Consequências do Trabalho Infantil. In: FNPETI. Trabalho infantil. Brasília [DF]: FNPETI, [2025]. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/formasdetrabalhoinfantil/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos; LUCHESI, Bruna Moretti; SAIDEL, Maria Giovana Borges; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro; MELO, Débora Gusmão. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p. 389-394, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FREITAS, Miguel; SANTOS, Antonio José; PIMENTA, Margarida; KENNETH, Howard Rubin. Qualidade da amizade na adolescência e ajustamento social no grupo de pares. **Análise Psicológica**, [Lisboa], v. 2 n. XXXVI, p.219-234, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como delinear estudos de campo. In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 129-136.

GRACIOLI, Maria Madalena. Expectativas e projetos de futuro de jovens estudantes do ensino médio. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 27.; Jornadas de sociología de la universidad de Buenos Aires, 8., 2009, Buenos Aires. **Actas...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 1-9. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-062/1852>. Acesso em: 23 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Disponível em <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/3a3bf0eafe3c4cd3ad7c2248369ee38b?fileName=Caderno%2022.pdf>. Acesso em 25 abr. 2025.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**: revista científica da infância, adolescência e juventude, [Rio de Janeiro], ano 5, n. 14, p. 9-17, mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/9574/7482>. Acesso em: 23 nov. 2024.

HIRAOKA, Nicole Ayume Fukuda; AZEVEDO, Flávia Regina Porto de; FONSECA, Eliana Maria Pereira da. Do trabalho infantil: o direito e a proteção de crianças e adolescentes em vulnerabilidade no Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 2103-2118, dez. 2024.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: Comparando Brasil, França e Japão. **Sur**: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13 n. 24, p. 53 – 64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. A cafeicultura. In: IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 10-18.

IANNI, Octavio. A formação da economia açucareira. In: IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 39-46.

IANNI, Octavio. A sociedade da usina. In: IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 51-62.

IBGE. Estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, [Rio de Janeiro?], p. 1-15, 2024b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Primeiro Trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b.

IBGE. Sertãozinho. In: IBGE. **Cidades**. [Rio de Janeiro, RJ]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sertaozinho/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2025.

IBGE. **Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2024**. [Rio de Janeiro]: [S.N.], 2025a. 13 p. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102125_informativo.pdf. Acesso em: 25 jan. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. From recovery to sustained resilience? *In*: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook: Trends 2025**. ILO: [S.l.]: 2025. p. 1-20. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-01/WESO25_Trends_EN_WEB5.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook: Trends 2025**. ILO: [S.l.]: 2025. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-01/WESO25_Trends_EN_WEB5.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**: Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rzpHjM43CRDDZyHhYBFzj5B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, jul./dez. 1999.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Denise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, [Brasília], v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a12.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MANDELLI, Maria Teresa; PENNA SOARES, Dulce Helena; DIEZ LISBOA, Marilu. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 49-57, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006. Acesso em

MARTINS, Juvenal (org.). **Almanaque de 1905 do município de Sertãozinho**. 2. ed. São Paulo: Agora, 2004. Disponível em: <http://www.cemm-musc.com.br/conteudo/almanaque-de-sertaozinho-1905.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARX, Karl. **O Capital**. V.1. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELSERT, Ana Luísa de Marsillac; BOCK, Ana Mercedes Bahia. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/3LQrJfXVNBhJBrMWZ8kWSyq/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. *In*: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 216-344.

MÉSZÁROS, István. A linha de menor resistência e a alternativa socialista. *In*: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 896-980.

MÉSZÁROS, István. Causalidade, tempo e formas de mediação. *In*: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 175-215.

MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista. *In*: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 787-886.

MÉSZÁROS, István. Formas mutantes do controle do capital. *In*: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 701-786.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia; PESSÔA, Luciana Fontes; MENDES, Deise Maria Leal Fernandes; RAMOS, Dandara de Oliveira; FIORAVANTI-BASTOS, Ana Carolina Monerat; CARVALHO, Rafael Vera Cruz de; BROOKING, Luciana; VICTOR, Tânia Abreu da Silva. Concepções sobre autonomia em faixas etárias diversas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n. 2, p. 293-303, abr./jun. 2017.

MOHERDAUI, Isabela Cintra. **Projeto de vida de jovens aprendizes**: reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem. 2021. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2021.

NASCIMENTO, Jefferson Ferreira do. Formação industrial de Sertãozinho-SP (1930-1980): as lições da história versus o mito do empreendedorismo local. **Revista Illuminart**, Ano IX, n. 15, p. 51-71, dez. 2017a. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/278>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NASCIMENTO, Jefferson Ferreira do. Os relatos sobre os primeiros anos de Sertãozinho-SP e os desafios lançados à pesquisa histórica. **Revista Iluminart**, Ano IX, n. 15, p. 27-47, dez. 2017b. Disponível em:

<http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/277>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022. Disponível em: ,

<https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSBzhfyd9hz9Xf/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NOVAES, Regina Célia Reys; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Política nacional da juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2025.

OIT. **Convenção nº 182, Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com vista à Sua Eliminação, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em 17 de Junho de 1999**. [Genebra: OIT, 1999]. Disponível em:

https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_norm/%40normes/documents/normativeinstrument/wcms_c182_pt.pdf . Acesso em: 28 jan. 2026.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 25-120.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 121-150.

PAULO NETTO, José. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 50, n.1, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em: 07 set. 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios às críticas dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIRES, Aline Suelen; PERIN, João Pedro Ferreira. Juventude e os sentidos do trabalho: experiências e perspectivas dos cicloentregadores plataformizados. **Revista brasileira de sociologia**, [S.l.], v. 11, n. 29, p. 124-150, set./dez. 2023. Disponível em:

<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/958>. Acesso em 27 jan. 2026

POCHMANN, Marcio. SINDEEPRES: as relações do trabalho terceirizado. In: Seminário 20 anos de terceirização no Brasil, [2012], [Brasília]. **Anais [...]**. Brasília: SINDEEPRES, [2012]. p. 1-19. Disponível em:

https://www.diap.org.br/images/stories/terceirizacao_nobrasil.pdf . Acesso em: 25 abr. 2025.

RAMOS, Dulcinéia Aparecida Rissatti; SOUZA, José Gilberto de. Políticas macroeconômicas e setoriais e suas determinações na mobilidade da força de trabalho assalariada no município de Sertãozinho – 1975–1999. *In: X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, [São Paulo]. **Anais [...]**. [São Paulo: Edusp], 2005. p. 12292-12306. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/26.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 58-70, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229049716007>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SANTOS, Adriano Pereira. Engrenagens industriais do agronegócio canavieiro: crise, desenvolvimento dependente e reestruturação produtiva em Sertãozinho-SP. **Revista Illuminart**, n. 15, p. 75-105, 2017. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/289>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. A relação entre trabalho juvenil e abandono escolar no Brasil: uma análise crítica. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 27, p. 1-12, maio, 2025.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Decreto Estadual nº 463 de 5 de dezembro de 1896. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Actos do poder legislativo, São Paulo, ano 6, n. 1602, p. 18869, 8 dez. 1896. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1896/lei-463-05.12.1896.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Interior. Lei n. 1.038, de 19 de dezembro de 1906. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Actos do poder legislativo, São Paulo, ano 17, n. 17, p. 221, 19 dez. 1906. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1906/lei-1038-19.12.1906.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SENAI. **Aprendizagem Industrial**. São Paulo: [s.n.]: 2025. Disponível em: <https://www.sp.senai.br/aprendiz-senai>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SERTÃOZINHO (SP). **Decreto nº 5976, de 10 de janeiro de 2014**. Institui o regulamento do funcionamento do centro das artes e dos esportes unificado - CEU - "Eurides Ferraz Teixeira" e dá outras providências. Sertãozinho, SP: Prefeitura Municipal, [2014]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/htrqo>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). **Lei nº 5.250, de 01 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a criação da casa da juventude e dá outras providências. Sertãozinho, SP: Prefeitura Municipal, [2011]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bqmtr>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). **Casa da juventude de sertãozinho tem inscrições abertas para curso jovens talentos**. Sertãozinho: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, 5 jul. 2021a. Disponível em:

<https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/7635/casa-da-juventude-de-sertaozinho-tem-inscricoes-abertas-para-curso-jovens-talentos> . Acesso em 25 abr. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). **Casa da juventude:** apoio para o jovem sertanezinho conquistar a independência. Sertãozinho: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, 12 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1242/casa-da-juventude-apoio-para-o-jovem-sertanezinho-conquistar-a-independencia> . Acesso em 25 abr. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). Sertãozinho adere ao programa de educação integral em escolas estaduais. Sertãozinho: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, 16 ago. 2021c. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/7793/sertaozinho-adere-ao-programa-de-educacao-integral-em-escolas-estaduais>. Acesso em 31 jan. 2026.

SERTÃOZINHO (SP). Assessoria de Comunicação PMS. **Inauguração do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas acontece neste sábado, dia 04, às 9h.** Sertãozinho: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, 2 jul. 2015. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/4503/inauguracao-do-centro-de-atencao-psicossocial--alcool-e-drogas-acontece-neste-sabado-dia-04-as-9h> . Acesso em 25 abr. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). Assistência Social e Cidadania. **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).** Sertãozinho: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, [2025a?]. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/carta-servicos/107/>. Acesso em 25 abr. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). História do município. In: SERTÃOZINHO, (SP). **A nossa cidade.** Sertãozinho, SP: Prefeitura Municipal Sertãozinho, [2024a]. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-do-municipio/> . Acesso em: 16 dez. 2024.

SERTÃOZINHO (SP). Centro Municipal de Memória. Museu da Cidade. **Conheça Sertãozinho.** Sertãozinho, SP: CEMM: MUSC, [202-]. Disponível em: <https://www.cemm-musc.com.br/conteudo/conheca-sertaozinho.html> . Acesso em: 25 abr. 2025.

SERTÃOZINHO (SP). Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar. **Perfil d@s Jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP.** Sertãozinho: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar, [2024b].

SILVA, Silmara Carneiro e; GALETO, Pedro Henrique; BASTISTA, Rafaela Karoline. Juventude, mundo do trabalho e vulnerabilidade social: o desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20 (especial), p. 1-11, e2014836, 2020. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> . Acesso em: 28 jan. 2026.

SIQUEIRA, Luana. Alguns equívocos no tratamento da pobreza: a outra face da acumulação. In: SIQUEIRA, Luana. Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013. p. 184-218.

SOUSA, Michela Augusta de Moraes e; ALVES, Maria Zenaide. Projetos de vida, um conceito em construção. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 20, n. 02, p. 145–165, 2019. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3387/pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOUZA, Iael de. Precariedade, precarização e precariado no sistema capital do século XXI – Você não estava aqui. **Idéias**, Campinas, SP, v.12, e021010, p. 01-35, 2021.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo (SP)*, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1993.

TEIXEIRA, Paula Maria Rattis; FIRMIANO, Frederico Daia. Vozes do trabalho digital: o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais segundo percepção de trabalhadores. **Revista Ciência et Praxis**, [S. l.], 2023, v. 17, n. 32, p. 01-14, jun./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/7426> . Acesso em: 25 abr. 2025.

VARELA, Raquel Carneira; PEREIRA, Luisa Barbosa. Restruturação produtiva na Europa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 157-167, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p157> . Acesso em: 25 abr. 2025.

VIANA, Nildo. **Juventude, trabalho e projeto de vida**. In: Seminário Internacional Juventude na Contemporaneidade, 1., 2012, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: [s.n.], 2012. p. 164-187. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/anais_seminario_juventudes_2012.pdf_final.pdf. Acesso em 27 jan. 2026.

VICENTIN, Marcelo; SILVEIRA, Carlos Roberto da. Projeto de vida do programa ensino integral: protagonismo neoliberal. **Revista INTEREDU: Investigación, Sociedad y Educación**, [S.l.], n. 5, v. II, p. 11-39, dec. 2021.

WADDINGTON, Jeremy.; HOFFMANN, Reiner. Trade unions in Europe: reform, organisation and restructuring. In: WADDINGTON, Jeremy.; HOFFMANN, Reiner. (Ed.). Trade unions in Europe: facing challenges and searching for solutions. Brussels: European Trade Union Institute, 2000. p. 27-79.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288–322, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2024.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS EMITIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO



PREFEITURA DE
SERTÃOZINHO/SP

1Doc

Ofício 1.969/2024

De: Edelmiro F. - SMASSA-DES-CJ

Para: Symone Resende Martins Pires

Data: 24/06/2024 às 09:09:06

Setores envolvidos:

SMASSA, SMASSA-DES-CJ

Autorização para pesquisa

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador Edelmiro Alfonso Fernandez Filho, RG 34744420-9 e CPF 306.378.828/73, está autorizado a realizar pesquisa na Casa da Juventude, Rua Pedro Montenegro, 340 – Bairro: Santa Marta, Sertãozinho/SP, CNPJ 45.371.820/0001-28.

A pesquisa terá duas etapas, a primeira composta pelo acesso aos dados de perfil dos jovens. A Casa da juventude já dispõe desses dados no documento intitulado "Perfil d@s jovens da Casa da juventude" que foi elaborado em 2024 pela equipe.

A segunda etapa será composta por entrevistas com alguns jovens de 18 a 24 anos que falarão sobre suas vivências de trabalho e seus projetos de futuro. A pesquisa tem a finalidade de compreender as perspectivas de futuro dos jovens e como a Assistência social pode contribuir.

A pesquisa estará sob orientação do Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano, na qualidade de orientador do trabalho de Mestrado, Junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP – Câmpus Franca.

Assinado por 1 pessoa: SYMONE RESENDE MARTINS PIRES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sertaozinho.1doc.com.br/verificacao/018A-5E6D-13F9-8A3E>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 018A-5E6D-13F9-8A3E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SYMONE RESENDE MARTINS PIRES (CPF 605.XXX.XXX-72) em 24/06/2024 10:41:47 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sertaozinho.1doc.com.br/verificacao/018A-5E6D-13F9-8A3E>

ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE FRANCA

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens em Sertãozinho-SP

Pesquisador: EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81266124.2.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.992.660

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como objetivo investigar as perspectivas de futuro de jovens impactados/as pelas experiências de trabalhos degradantes e como a Política de Assistência Social enfrenta esta contradição no contexto da Casa da Juventude de Sertãozinho, com jovens vinculados ao equipamento. Além disso, o projeto buscará analisar o perfil desses jovens e discutir seus projetos de vida a partir das vivências em trabalhos degradantes, proibidas aos jovens até 18 anos. Destaca-se a importância dos resultados desta pesquisa, pois, dentre outros objetivos, buscarão subsidiar um plano de ação das políticas públicas de assistência social direcionadas aos jovens e seus projetos de vida em Sertãozinho. O projeto está devidamente elaborado, apresentando todos os elementos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, devido fundamento teórico, objetivos primário e secundários delineados e adequação metodológica. Trata-se de uma proposta de pesquisa de relevante impacto social.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão devidamente delineados. A presente pesquisa objetiva ouvir, no período de 3 meses, jovens de 18 a 24 anos da casa da juventude de Sertãozinho/SP. Para tanto, há a indicação da abordagem qualitativa, constituída em duas etapas: a) na pesquisa bibliográfica e documental serão estudados a juventude em situação de vulnerabilidade social, a degradação social do trabalho, os projetos de vida e a Política de Assistência Social; e b) a pesquisa de

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.992.660

campo, com jovens de 18 a 24 anos, na Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, utilizando entrevistas semi-estruturada como procedimento metodológico, adotando critérios de amostragem por saturação teórica. No projeto, consta como objetivo primário a investigação das experiências de trabalho degradantes vividas por jovens de 18 a 24 anos, buscando analisar os impactos dessas experiências nas perspectivas de futuro de jovens da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP. Como objetivos secundários, são elencados os seguintes: 1. investigar o perfil dos jovens vinculados à Casa da Juventude do município de Sertãozinho-SP; 2. Identificar e discutir os projetos de vida dos jovens que vivenciaram as situações de trabalho degradante; 3. Apresentar como produto da pesquisa um plano de intervenção para a Casa da Juventude, a partir da discussão da Política de Assistência Social do município de Sertãozinho/SP, particularmente, no que diz respeito às relações entre juventude e mundo do trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica, como risco, o fato de os respondentes, durante a realização da entrevista, estarem sujeitos a se cansarem, se sentirem expostos, se emocionarem, além do risco de saírem de suas casas e irem até a entrevista.

Quanto aos benefícios indicados destacam-se a contribuição teórica e prática sobre o tema, a reflexão crítica, pelos próprios entrevistados, no que tange aos seus projetos de vida e subsídio para um plano de ação no município de Sertãozinho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de relevante impacto social, fundamentada em projeto e documentação adequados para a sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação foram devidamente entregues.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente parecer é pela aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado ad referendum do colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.992.660

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2368793.pdf	02/07/2024 16:21:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_Plataforma_Brasil_Miroassinado.pdf	02/07/2024 16:18:00	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rostoassinada.pdf	02/07/2024 16:17:23	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2368793.pdf	29/06/2024 10:52:16		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rostoassinada.pdf	29/06/2024 10:49:14	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rostoassinada.pdf	29/06/2024 10:49:14	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_mestrado_Edelmiro_Alfonso_Fernandez_Filho_Plataforma_Brasil3.pdf	29/06/2024 10:48:12	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_mestrado_Edelmiro_Alfonso_Fernandez_Filho_Plataforma_Brasil3.pdf	29/06/2024 10:48:12	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado
Outros	Roteiro_para_entrevista_semiestruturada_Plataforma_Brasil.pdf	26/06/2024 08:30:38	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Outros	Roteiro_para_entrevista_semiestruturada_Plataforma_Brasil.pdf	26/06/2024 08:30:38	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_Plataforma_Brasil.pdf	25/06/2024 17:19:42	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_Plataforma_Brasil.pdf	25/06/2024 17:19:42	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CartaCircular110.pdf	25/06/2024 17:19:23	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CartaCircular110.pdf	25/06/2024 17:19:23	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado
Declaração de concordância	autorizacao_para_a_pesquisa_na_casa_da_juventude.pdf	25/06/2024 10:52:01	EDELMIRO ALFONSO	Aceito

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.992.660

Declaração de concordância	autorizacao_para_a_pesquisa_na_casa_da_juventude.pdf	25/06/2024 10:52:01	FERNANDEZ FILHO	Aceito
Declaração de concordância	autorizacao_para_a_pesquisa_na_casa_da_juventude.pdf	25/06/2024 10:52:01	EDELMIRO ALFONSO FERNANDEZ FILHO	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 08 de Agosto de 2024

Assinado por:

José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

APÊNDICE A - MODELOS DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ GÊNERO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **JUVENTUDE, MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL**: uma investigação sobre os impactos da experiência do trabalho degradante nos projetos de vida de jovens em Sertãozinho-SP. O projeto de pesquisa será conduzido por **Edelmiro Alfonso Fernandez Filho**, do Programa de Pós-Graduação em **Planejamento e Análise de Políticas Públicas**, orientado pelo Prof (a). Dr **Frederico Daia Firmiano**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **A pesquisa será constituída de entrevistas com jovens de 18 a 24 anos, da Casa da Juventude de Sertãozinho/SP, para conhecer como as experiências de trabalho degradante impactam nos projetos de vida dos jovens.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados, que não a riscos previsíveis e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário sem que isto acarrete qualquer penalidade.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

Edelmiro Alfonso Fernandez Filho (assinatura)
 Pesquisador Responsável

Nome: Edelmiro Alfonso Fernandez Filho
 Endereço: Av. Arthur Verri, 192 -Nova Jaboticabal – Jaboticabal/SP
 Tel: 16-991122969
 E-mail: e.fernandez@unmaec.br



Documento assinado digitalmente

FREDERICO DAIA FIRMIANO
 Data: 02/07/2024 13:59:11-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

_____(assinatura)

Orientador

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano
 Endereço: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca.
 Avenida Eufrásia Monteiro Petráglio - lado par
 Jardim Doutor Antônio Petráglio
 14409160 - Franca, SP - Brasil
 Tel: 16-991559204
 E-mail: f.firmiano@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp – Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petráglio, 900 - Jd. Dr. Antônio Petráglio – CP 211. CEP: 14409-160 – FRANCA – SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA

Roteiro para interação social na entrevista semiestruturada

Apresentação ao jovem:

Primeiramente gostaria de agradecer a você por ter aceitado participar dessa entrevista. Estou realizando um estudo sobre as experiências dos jovens com alguns tipos de trabalhos. Acredito que, pela sua experiência e vivência, você poderia ajudar muito. Nessa nossa conversa focaremos em alguns tipos de trabalho que você pode ter experimentado.

Eu também preciso gravar nossas conversas. Não será divulgada, é apenas para que depois eu possa lembrar o que você falou. Você está de acordo?

Queria destacar que você será resguardado independente da informação dada. Ninguém mais, além de mim e do meu orientador, terá acesso ao conteúdo dessa entrevista. Em nenhuma divulgação que fizermos, as suas respostas serão associadas à sua pessoa. Aqui, não existem respostas certas ou erradas. Meu interesse é em entender o seu ponto de vista sobre as questões que vou levantar.

Caso você aceite participar da entrevista, gostaria de ler, juntamente com você, um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que esclarece a questão do anonimato e uso das suas respostas. Caso esteja de acordo, você poderia assinar para mim?

Quadro. Roteiro da entrevista semi-estruturada

Tópico	Conteúdo
1 - Estabelecimento do <i>Rapport</i>	Envolve bloco de questões iniciais para estabelecer vínculo com o/a entrevistado/a.
2 - Sociodemográfico	Bloco com questões como sexo, gênero, idade, com quem reside, escolaridade, filhos, local de residência, renda, se a família está inserida em benefício de transferência de renda (Programa Bolsa Família).
3 – A consciência prática dos jovens acerca de si mesmos	Bloco de questões que visa buscar a consciência prática do que é ser jovem na concepção do/a próprio/a jovem
4 – Experiência em trabalho degradante	Bloco com questões que visa capturar os sentidos atribuídos ao mundo do trabalho a partir das experiências dos jovens com as piores formas de trabalho infantil (Lista TIP). Inclui questões sobre a importância do trabalho, a primeira experiência de trabalho da lista TIP, a percepção de riscos na experiência de trabalho degradante, a convivência no trabalho, a relação contratual trabalhista, a busca por trabalho protegido.

5 – Projetos de vida	Bloco com questões que tem a intenção de apreender as perspectivas de futuro dos jovens, desde o mundo do trabalho e segundo a perspectiva da política pública de assistência social; e questões que visam identificar a consciência dos jovens diante de temas como meritocracia, empreendedorismo, dentre outras formas individualizantes da experiência social.
----------------------	--

Bloco 1 – *Rapport*

1 – Você poderia me dizer o seu nome e me contar um pouco sobre você?

Bloco 2 – Sociodemográfico

1 - Qual a sua idade?

2 – Qual a sua escolaridade?

3 – Em que bairro você mora?

4 – Você é casado(a)?

5 – Tem filhos?

6 - Você pode me dizer qual é a sua renda? (renda individual e familiar)

7 – Você reside com quem?

8 – Como você define seu gênero?

9 – Qual é a sua raça?

10 – Sua família recebe o Bolsa Família ou outro auxílio do governo? Se sim, qual?

Bloco 3 - Como é ser jovem

1 – Você se considera jovem?

2 – O que é ser jovem para você?

3 – Como foi a sua adolescência?

4 – Sua vida mudou muito entre a sua adolescência e agora? O que mudou?

5 – Está melhor ou pior? Porque?

Bloco 4 – Mundo do trabalho

1 - Você está trabalhando no momento? Com o que?

2 – Para você, qual a importância do trabalho?

- 3 – Você considera que seu trabalho é bom ou ruim? Porque?
- 4 – Para você, o que um trabalho precisa ter para ser considerado bom?
- 5 – O que um jovem precisa ter para conseguir um bom trabalho?
- 6 – Como foi o seu primeiro trabalho?
- 7 – Por que você começou a trabalhar?
- 8 – Quando estava trabalhando, havia riscos de se machucar ou prejudicar sua saúde? Se sim, quais?
- 9 – Como era a convivência com as pessoas do seu primeiro trabalho?
- 10 – Que outros trabalhos você teve? Me conte um pouco sobre cada um deles.
- 11 – Em seus trabalhos, você tinha carteira assinada ou algum contrato de trabalho?
- 12 – Você acha que é importante trabalhar com carteira assinada?
- 13 – Que tipo de dificuldades você encontra ao buscar um emprego registrado?

Bloco 5 – Projeto de vida

- 1 – O que você deseja para o seu futuro?
- 2 – Como você acha que será o seu futuro?
- 3 – Qual emprego você espera ter no futuro?
- 4 – Qual emprego você gostaria de ter no futuro?
- 5 – O que você acha que é necessário para ter a vida e o emprego que você deseja?
- 6 – Para você, o que é ter sucesso?
- 7 – Você acha que o estudo/formação pode te ajudar a conseguir o emprego que você deseja?
- 8 – Você se considera um trabalhador?
- 9 – O que é ser trabalhador para você?
- 10 – O que você acha que essas pessoas que se dão bem na vida têm para se darem bem na vida?
- 11 – O que precisa ter para superar as dificuldades e vencer na vida?
- 12 – Em sua avaliação, qual é o papel do governo/município no sentido de garantir que você tenha o futuro que você deseja?
- 13 – Você acha que o governo/município ajuda ou atrapalha a nossa vida?
- 14 – E o que você acha que o governo/município pode/deveria fazer para contribuir com a nossa vida?
- 15 – Você acha que as ações da Casa da Juventude contribuem com seu projeto de vida?